

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

**A DEMOCRACIA ATENIENSE COMO PROJETO DE SOCIEDADE AUTO-  
INSTITUÍDA: A DESCOBERTA DA POLÍTICA**

LUÍS FILIPE TROIS BUENO E SILVA

Florianópolis (SC)  
Maio – 2004

LUÍS FILIPE TROIS BUENO E SILVA

**A DEMOCRACIA ATENIENSE COMO PROJETO DE SOCIEDADE AUTO-  
INSTITUÍDA: A DESCOBERTA DA POLÍTICA**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Direito do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Urqhart de Cademartori

Florianópolis (SC)  
Maio - 2004

LUÍS FILIPE TROIS BUENO E SILVA

**A DEMOCRACIA ATENIENSE COMO PROJETO DE SOCIEDADE AUTO-  
INSTITUÍDA: A DESCOBERTA DA POLÍTICA**

Esta dissertação foi julgada adequada para a obtenção do título de Mestre em Direito e aprovada em sua forma final pela Coordenação do Curso de Pós-Graduação, Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Banca Examinadora:

---

Prof. Dr. Sérgio Urqhart de Cademartori – Presidente

---

Prof. Dr. Antonio Carlos Wolkmer – Membro

---

Prof. Dra. Maria Cecília Miranda Nogueira Coelho – Membro

---

Prof. Dr. Sérgio Urqhart de Cademartori – Orientador

Prof. Dra. Olga Maria B. De Oliveira – Coordenadora do CPGD-UFSC

Sem nenhuma dúvida, ao meu queridíssimo e deveras saudoso pai, Hipolyto Bueno, a pessoa mais espetacular, mágica e formidável que já conheci; e à minha queridíssima mãe, Maria Helena, a quem eu sempre agradecerei pelo apoio e dedicação inesgotáveis e incondicionais, em todos os tempos, lugares e sentidos, e, que, além e muito antes disso, é uma mulher fabulosa eternamente merecedora dos maiores aplausos e mais rasgados elogios.

## AGRADECIMENTOS

Agradeço a esta menina tão especial, alegre, viva, doce e suave chamada Luana Emmendoerfer (que eu tive muitíssima sorte em encontrar) pela companhia, carinho e ajuda inestimáveis; e a quem eu faço questão de homenagear e oferecer todo o meu afeto, cuidado e atenção, ontem, hoje e doravante.

Ao meu irmão Antônio Augusto pela velha e sempre nova companhia (companhia esta mais antiga do que eu possa me lembrar) e pelo apoio e confiança inquebrantáveis.

A todas as pessoas que estão, estiveram e estarão dispostas a ajudar pela simples razão segundo a qual um homem não pode nunca se resumir apenas às suas próprias determinações.

Aos meus queridos e saudosos avós maternos Salvador Martins Trois e Lourdes Ferreira Trois, pessoas cuja bondade e ponderação serão baluartes eternos em minha vida.

Aos meus tios e primos, próximos ou distantes, e para toda a minha família, pretérita, presente e futura.

Aos meus amigos (a ordem é alfabética) Alexandre Maluf, Anderson Wachholz, Eduardo Irigoyen, Gustavo Schmidt e Márcio Longaray pelas suas verdadeiras amizades.

Aos amigos Tiago Soares e Marcus Fabiano Gonçalves pelas conversas seminais, as quais teriam fundamental importância em todo o processo de elaboração deste trabalho, servindo como um norte seguro em momentos de desassossego e indecisão.

A todas as pessoas com as quais ao longo de minha vida eu compartilhei bons momentos.

Para a professora Ana Luiza Moll da Faculdade de Direito da UFRGS, por toda a sua ajuda.

Ao meu orientador, Sérgio Cademartori, por ter acreditado nesta dissertação.

À professora Maria Cecília pela ajuda e oportunidades ofertadas.

Ao professor Luís Felipe Ribeiro pelas ótimas sugestões e conversas.

Ao professor Antônio Carlos Wolkmer pela ajuda e compreensão.

Aos colegas André Menezes, Bruno Costa, Daniel Swoda, Nazareno pelos vitais livros emprestados (ou alcançados) e direta atenção dispensada a esta dissertação.

Aos colegas e companheiros da UFRGS Angela Brambilla (a pessoa que me alertou para o exame de seleção para o Mestrado da UFSC), Leonardo Menin (meu melhor amigo na Faculdade), Luís Gustavo Franco (companheiro no Mestrado também, e pessoa com a qual eu dividi, entre maio de 2002 e julho de 2003, um apartamento no bairro Trindade, em Florianópolis, junto com o já mencionado Gustavo Schmidt).

Aos funcionários e estagiários da secretaria do Centro de Pós-Graduação de Direito da UFSC por todos os seus préstimos.

Finalmente, *last but not least*, agradeço a todos que, desde o início da minha fase estudantil, acreditaram e continuam acreditando no meu potencial.

“All these places had their moments,  
With lovers and friends I still can recall,  
Some are dead and some are living,  
In my life I’ve loved them all. [...]  
Though I know I’ll never lose affection  
For people and things that went before,  
I know I’ll often stop and think about them,  
In my life I love you more.”  
(Lennon/McCartney)

“Nossas leis não são universalmente conhecidas, são segredo do pequeno grupo de nobres que nos domina. Estamos convencidos de que essas velhas leis são observadas com exatidão, mas é extremamente penoso ser governado segundo leis que não se conhecem. Não penso neste caso nas diferentes possibilidades de interpretá-las nem nas desvantagens que há quando apenas indivíduos e não o povo inteiro podem participar da sua interpretação. Talvez essas desvantagens não sejam tão grandes assim. As leis são de fato muito antigas, séculos trabalharam na sua exegese, certamente até essa interpretação já se tornou lei, na verdade continuam a existir as liberdades possíveis no ato de interpretar, mas elas são muito limitadas. Além do mais é evidente que a nobreza não tem motivo algum, na interpretação, para se deixar influenciar pelo interesse pessoal em detrimento do nosso, pois as leis foram desde o início assentadas para os nobres, a nobreza está fora da lei e precisamente por isso a lei parece ter sido posta com exclusividade nas mãos da nobreza. Naturalmente existe sabedoria nisso - quem duvida da sabedoria das velhas leis? -, mas é também um tormento para nós, provavelmente algo inevitável.

Aliás essas leis aparentes podem na realidade ser apenas presumidas. É uma tradição que elas sejam confiadas à nobreza com um segredo, mas não se trata nem pode tratar-se de mais que uma tradição antiga e, por sua antiguidade, digna de fé, pois o caráter dessas leis exige também que se mantenha o segredo da sua existência. Mas se nós do povo acompanhamos com atenção desde os tempos mais remotos as ações da nobreza, possuímos a respeito delas registros dos nossos antepassados, demos a esses registros um prosseguimento consciencioso e acreditamos reconhecer nos inúmeros fatos certas normas que permitem concluir esta ou aquela determinação histórica, e se procuramos nos orientar um pouco por essas conclusões filtradas e ordenadas da forma mais cuidadosa em relação ao presente e ao futuro - então tudo isso é incerto e quem sabe somente um jogo mental, uma vez que essas leis, que aqui tentamos adivinhar, talvez não existam de maneira alguma. Há um pequeno partido que realmente pensa assim e busca provar que, se existe uma lei, ela só

pode rezar o seguinte: o que a nobreza faz é lei. Esse partido vê apenas atos de arbítrio dos nobres e rejeita a tradição popular que, na sua opinião, só traz proveitos diminutos e casuais e na maior parte das vezes, pelo contrário, grave prejuízo, já que ela dá ao povo uma segurança falsa, enganosa, que leva à leviandade diante dos acontecimentos vindouros. Esse prejuízo não deve ser negado, mas a esmagadora maioria do nosso povo vê a causa disso no fato de a tradição ainda não ser nem de longe suficiente, havendo portanto necessidade de que muito mais nela seja pesquisado; de qualquer maneira, por mais gigantesco que pareça, seu material ainda é muito pequeno e séculos terão de passar antes que a tradição acumulada baste. O sombrio dessa perspectiva para o presente só é iluminado pela crença de que virá um tempo no qual - de certo modo com um suspiro - a tradição e o seu estudo chegarão ao ponto final, que tudo terá ficado claro, que a lei pertencerá ao povo e que a nobreza desaparecerá. Isso não é dito, porventura, com ódio da nobreza - em absoluto e por ninguém. Odiamos antes a nós mesmos porque ainda não podemos ser julgados dignos da lei. E na verdade foi por essa razão que aquele partido - muito sedutor em certo sentido -, que não acredita em nenhuma lei propriamente, permaneceu tão pequeno: porque também ele reconhece plenamente a nobreza e o seu direito à existência.

A rigor só é possível exprimi-lo numa espécie de contradição: um partido que rejeitasse, junto com a crença nas leis, também a nobreza, teria imediatamente o povo inteiro ao seu lado, mas um partido como esse não pode nascer porque ninguém ousa rejeitar a nobreza. É nesse fio da navalha que nós vivemos. Certa vez um escritor resumiu isso da seguinte maneira: a única lei visível e indubitavelmente imposta a nós é a nobreza - e será que quereremos espontaneamente nos privar dela?"

Franz Kafka  
"Sobre a questão das leis"



## RESUMO

O objetivo deste trabalho é possibilitar, a partir do exemplo histórico democrático ateniense, uma reflexão que atente para os pressupostos radicais do político. O político compreendido enquanto atividade autônoma realizada por homens livres dentro de um espaço público mediante o *lógos*. Com efeito, em primeiro lugar, analisa-se as condições necessárias para a criação de um pensamento democrático – paralelo e em estreita relação com a emergência do direito e da filosofia – o qual levaria posteriormente à edificação da pólis clássica. Em seguida, busca-se problematizar o ideal democrático assim como ele seria vivenciado pelos próprios cidadãos atenienses, por meio de uma apreciação das manifestações culturais características daquela cidade. Por fim, nesta pesquisa, desenvolve-se o estudo do funcionamento da instituição ateniense tomando por base sua organização político-judiciária e seus mecanismos garantidores do princípio constitucional democrático.

**Palavras-chave:** Democracia, político, autonomia, ideal democrático.

## ABSTRACT

This work aims at possibiliting a reflexion about the basis of politics through the historical athenian example, which is an autonomous activity formulated by free men within a public space using the *lógos* as a device. So, at first, it is analysed the necessary conditions for the creation of a democratic thinking – parallel and strictly related to the rise of law and philosophy – which would have directed to the formation of the classical *polis*. In the following, one seeks to problematize the democratic ideal as it was lived by the athenian citizens, all of it through an appreciation of the manifestation of cultural characteristics of that city. At the end of this research, one develops a study about the functioning of athenian institution taking for granted its political judiciary organization and its mechanisms that guarantee the democratic constitutional principles.

**Key-words:** Democracy, politics, autonomy, democratic ideal.

## SUMÁRIO

<b>RESUMO.....</b>	<b>IX</b>
<b>ABSTRACT.....</b>	<b>X</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
<b>1 FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DEMOCRÁTICO.....</b>	<b>22</b>
<b>1.1 A Protopolítica na Grécia Arcaica.....</b>	<b>22</b>
1.1.1 A fase aristocrática: nobreza e excelência como os mais altos valores morais.....	28
<b>1.2 Ordem Ético-Social e Ordem Cósmica: Mudanças nas Relações de Poder.....</b>	<b>34</b>
1.2.1 A representação igualitária de universo em Anaximandro.....	37
<b>1.3 Publicização do Poder e do Conhecimento: O Processo de Convencionalização..</b>	<b>42</b>
<b>2 O IDEAL DA PÓLIS DEMOCRÁTICA .....</b>	<b>55</b>
<b>2.1 O advento da cidade.....</b>	<b>55</b>
<b>2.2 O Pensamento e a Cultura Democrática Ateniense.....</b>	<b>65</b>
2.2.1 Os gêneros discursivos atenienses.....	65
2.2.1.1 As orações fúnebres enquanto expressão oficial da pólis.....	74
2.2.1.2 A democracia ateniense contextualizada .....	79
2.2.1.3 Ésquilo e Heródoto: os arautos do triunfo democrático.....	84
2.2.1.4 Sófocles: o zênite da democracia ateniense e o problema da ação política.....	87
2.2.1.5 Protágoras e a expressão da essência democrática.....	90
2.2.1.6 Os sofistas e a chegada irreversível da crise .....	95
2.2.1.7 A comédia aristofanesca como corolário da liberdade democrática .....	100

**3 A ESTRUTURA, O FUNCIONAMENTO E OS PRESSUPOSTOS DO ESTADO**

<b>DEMOCRÁTICO ATENIENSE .....</b>	<b>103</b>
<b>3.1 O cidadão ateniense.....</b>	<b>105</b>
<b>3.2 O imperialismo da cidade democrática .....</b>	<b>110</b>
<b>3.3 O governo popular .....</b>	<b>116</b>
3.3.1 Assembléia: o centro do quadro institucional democrático .....	125
3.3.1.1 Os mecanismos de autolimitação .....	132
3.3.1.2 A <i>Boulé</i> .....	137
3.3.1.3 O sistema judiciário ateniense e o seu diletantismo demasiado democrático...	139
 <b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>145</b>
 <b>REFERENCIAS.....</b>	<b>148</b>

## INTRODUÇÃO

*“Hay por lo menos dos formas de mostrar una erudición irritante: una, acumulando citas, y otra, no haciendo ninguna.”*

Ernesto Sabato

O tema deste trabalho é assombroso e espetacular. Trata-se aqui do momento em que o homem começou a indagar a respeito de si, de tudo que o circundava e se propôs a construir um universo estruturado a partir de princípios criados por ele próprio.

Os gregos antigos, pois, reivindicaram uma ética absolutamente humana, assumiram responsavelmente o fatalismo da existência e atraíram os deuses para uma estrita órbita antropocêntrica. Com efeito, talvez nenhum tempo da história do Ocidente, no que diz respeito às transformações intelectuais *lato sensu*, possa ser comparado com o período em que aquela sociedade se desenvolveu ao redor do mar Egeu. De qualquer maneira, é preciso precaver-se contra as tendências mitificadoras, ideologizantes e definitivas acerca dos gregos de outrora. Descortina-se um universo por demais vertiginoso para que se arrogue a detenção de uma pretensa verdade a seu respeito.

Não se objetiva aqui, portanto, uma explicação do “problema grego” nietzschiano. Almeja-se, ao contrário, transitar os aspectos ambíguos e potencialmente contraditórios – assim como outros clarividentes e não menos importantes – manifestos em todos os quadrantes do *ethos* helênico, para que se possa inquirir acerca das nossas obscuras origens e sobre nós mesmos enquanto animais que se organizam social e politicamente. Afinal, ainda que não queiramos – ou

não consigamos mais – nos aperceber disto, continuamos, de várias maneiras, atrelados aos fundamentos construídos por aqueles homens.

Esta dissertação, isto posto, assume uma perspectiva político-filosófica para, a partir de um exemplo histórico determinado – compreendido como um campo infinitamente fértil de reflexão política – colocar o fenômeno político democrático em questão; ressaltando o fato perante o qual, malgrado dois mil e quinhentos anos nos separem daquela cultura, o termo democracia não sofreu nenhuma alteração semântica que lograsse alterar seu primeiro sentido. Sendo assim, é a etimologia da palavra que, muito embora todas as ocorridas e recorrentes mistificações possíveis continua válida: democracia – de maneira sucinta e direta – indica e significa o governo cuja soberania pertence ao povo.

A questão democrática, tal como nos é apresentada na sua origem, é muito mais do que um impressionante fato histórico. Todavia, este, à primeira vista, tão claro e simples princípio e modo de governo foi, desde pretéritas eras, alvo de tantas espécies de desnaturação, além de envolto em uma espessa rede de congêntas ambigüidades, para que nos neguemos a deitar os olhos sobre o momento em que o pensamento e postura democráticos surgiram e adquiriram forma pela primeira vez. Não obstante – e talvez este aspecto seja ainda mais inspirador – há uma potencialidade ainda não esgotada, e, *ipso facto*, a ser buscada, no mundo em que foram gerados, como que de chofre, a política, a democracia e o pensamento racional. De tal forma que, evitando confundir a democracia antiga com longínquo e incontestado exemplo intransponível ou panacéia para todas as teratologias e impasses políticos contemporâneos, anelamos, justamente, nos deter sobre aqueles pontos prenhes de suposições absurdas e ensinamentos em aberto ofertados por esta civilização tão próxima e distante de nós outros. Assim, anuncia-se que o que está colocado como foco principal desta dissertação é a indagação acerca da natureza do político:

pertenceria ele, afinal de contas, ao campo do autônomo ou do heterônomo? Inclinamo-nos inequivocamente em favor da primeira hipótese (e este opúsculo procurará dar conta deste posicionamento), isto é, a verdadeira política seria aquela instituída, realizada, organizada, discutida e guiada por todo o organismo social.

Além disso, e no mesmo sentido do exposto acima, outra eterna questão que se faz premente – e que é muito mais intrincada do que a princípio aparenta ser – refere-se à possibilidade ou não, em sua acepção radical, da democracia. Existiriam homens destinados a governar e outros a serem governados, ou isto é uma grande falácia no mínimo tão velha quanto a obra platônica? Por outro lado, haveria uma política autêntica que não fosse autônoma e democrática? Nos situamos, portanto, deliberadamente no alvor da experiência político-democrático-filosófica para levantarmos uma interrogação crucial que permanece insidiosa como uma esfinge a escarnecer dos sentidos da razão ordenadora: o problema da autonomia e da emancipação humanas no âmbito das organizações políticas.

A presente dissertação, por conseguinte, parte de um pressuposto sustentado por Cornelius Castoriadis, consoante o qual é no desenrolar das alterações ocorridas, sobretudo, na Atenas dos séculos VI-IV a.C., e no transcurso das evoluções sofridas pela Grécia nos períodos arcaico e clássico, que se opera, pela primeira vez na história da humanidade, uma profunda mudança psicológica, tonitruante ruptura, que engendraria um amplo questionamento dos fundamentos últimos do real. Postura dubitativa, arguta e já marcada pelo indelével traço do raciocínio autônomo a indicar um caminho em que mais nada, exceto o próprio homem, seria então assumido como o único responsável e possível centro gravitacional da vida em sociedade.

Esta nova mentalidade, eminentemente grega – frise-se – não pretende ser assumida sob um viés míope que promova aquela realidade como alguma era utópica na qual a autonomia teria nascido e atingido a perfeição. A democracia ateniense, estando incrustada na Antiguidade, apresenta uma série de categorias e condições que, sob pena de incorrermos em incômodos anacronismos, entrevêm-se como completamente estranhas às nossas. De sorte que Castoriadis toma-a como um projeto de universalização, uma riquíssima possibilidade de reflexão política que tenha por princípio a necessidade de enxergar a sociedade enquanto algo que necessária e continuamente se auto-institui e que exige da parte de *todos* os seus integrantes, a consciência e a *responsabilidade* para julgar e escolher aquilo que for mais justo quando do momento das inevitáveis deliberações.

Desta maneira, lembrando o fato de que nunca houve – e decerto nunca haverá – uma civilização que atinja a plena autonomia, desejamos desenvolver este trabalho, não sob a forma de um exercício histórico-panfletário, mas sim, contrariamente, buscar os elementos que permitam um amplo, lúcido e incessante questionamento dos próprios princípios e valores articulados dentro das nossas organizações sociais. Ou seja, é no potencial ilimitado das criações gregas que avistamos a possibilidade de um pensar irrestrito, emancipado e autônomo sempre capaz de colocar em xeque, porém de modo não deletério e sim construtivo, as bases em que se equilibram a existência do conjunto social e dos indivíduos a ele pertencentes.

Portanto, esta postulação de um mundo ético-moral unicamente subordinado aos desígnios do homem, em detrimento de alguma responsabilização divina (ou a qualquer causa externa a ele mesmo) pelo seu destino, só poderia provir de uma inteligência que, tendo sido afetada por um violento período de transformações econômicas e sociais, procurou construir uma norma objetiva que conseguisse dar conta daquela realidade a qual já não permitia ser abrangida



por uma fala mitológico-narrativa. Daí em diante, pois, apenas um discurso argumentativo, lógico e dialético, enraizado no ato da discussão e do livre e público entrecchoque de opiniões, poderia abrir a via para a edificação de um espaço político.

A pólis, com efeito, nasce em meio a um espírito de absoluta repulsa ao caos, ao disforme e à anomia, e de, nas palavras do célebre helenista Jean-Pierre Vernant, um *esforço geral de codificação e medida* que, lançando mão dos conhecimentos geométricos recém criados ou intuídos, realizou a organização da cidade de maneira que o equilíbrio, aliado a um inédito conceito de justiça - no qual a concepção de um centro espacial e irradiador exercia um papel fundamental - fossem a viga mestra de todo o sistema, a fim de que o conjunto das classes nativas (áticas) saíssem, sem exceção, favorecidas e, principalmente, ao invés de se auto-aniquilarem em combates intestinos, orientassem suas vidas na direção da conservação de um bem que deveria ser tomado, a partir de então, como público e comum a todos.

A razão que possibilita aos homens viverem em comunidade daquele modo, pois, se apóia sobre o imperativo da transparência e da não contradição interna; daí os esforços envidados para açambarcar os múltiplos aspectos da existência social, de modo que se comunicassem entre si e convergissem para o mesmo ponto. Todos os caminhos levam à política e cada indivíduo descobre a si mesmo e mede o seu valor na medida da sua relação com a pólis.

Adianta-se, à vista disso, o momento histórico em que é deflagrado o longo, equívoco e patético processo de abstração entre o homem e a natureza e em que se torna patente o caráter convencional e demasiado humano da lei; lugar definitivo onde surge a filosofia, caracterizada, essencialmente, pela ilimitada capacidade interrogativa e portadora de uma significação que se pretende universal.

Política e filosofia, logo, encontram-se associadas de maneira inextricável nas suas origens, fato que torna impossível pensar, na Grécia antiga, a existência de uma apartada da outra. Este paralelismo, com efeito, possui implicações capitais para a compreensão do princípio democrático, e de como pôde se desenvolver a idéia de uma sociedade que deitasse a si mesma, e não a qualquer ente metafísico hipostasiado, os pressupostos primeiros da sua existência.

Conquanto desde os tempos mitológicos já estivesse presente a imagem segundo a qual a realidade não se sustentaria sobre pilares nítidos e concretos (na Teogonia de Hesíodo vimos que Caos é anterior a todos os deuses, inclusive ao Tempo), o desenvolvimento do discurso filosófico, exposto em praça pública, leva ao extremo um juízo que, consciente da condição abismal e precária do homem em relação ao seu meio, tende a problematizar tudo o que lhe diga respeito.

A eclosão da objetividade e da universalidade, pois, são conseqüências de um brutal desvelamento – o homem grego escapa de um estado de clausura e passa a questionar intermitentemente os estatutos da verdade, da justiça e, com efeito, a própria instituição da sociedade. Neste sentido, por sob o terreno em que a ideologia democrática assumiria seus definitivos contornos, há como que uma indeterminação radical a lembrar que, em última análise, a verdade e o bem absolutos seriam inacessíveis à inteligência dos mortais.

No berço histórico do pensamento racional evidencia-se, *prima facie*, um fascinante paradoxo: no bojo da democracia ateniense, a razão não detinha o destino da pólis – como assevera Werner Jaeger, o *ethos* preponderava sobre o *logos*. Motivo pelo qual, a todos os cidadãos, não sendo levado em conta qual formação, origem ou conhecimento específico tivesse, compete – corroborando a tese de que a participação direta era a base daquele regime – tomar partido dos problemas do Estado.

Haveria, deste modo, uma espécie de sintonia fina a garantir o frágil equilíbrio da pólis democrática que, tendo a liberdade como ideal precípua, estaria sempre destinada a balançar entre a anarquia acéfala e a autonomia redentora. Já naquela época, portanto, despontaram homens a acusar aquele regime de ser suicida e irresponsável, cuja participação ativa da massa ignorante nos negócios da cidade, condenar-lhe-ia, inapelavelmente, à desdita.

Delineava-se, assim, uma discussão gravíssima e interminável acerca da condição humana e do político: seríamos, nós homens, pois, radicalmente desiguais, quanto às nossas características mais elementares, a ponto de haver um seletivo grupo de pessoas que assuma o comando de algo que, sendo da ordem do coletivo e do vital, deveria contar com a ampla e efetiva participação da comunidade em todos os seus possíveis meandros? Ou, dando azo a uma concepção aristocrática propugnada solidamente por Sócrates e Platão: da mesma maneira que para exercer qualquer ofício são necessários conhecimentos específicos, e considerando a política como aquilo que de mais nobre e importante pode haver entre os homens, não poderia ela ser confiada a indivíduos sem exclusiva formação (*savoir faire*) para tal. Enfim, pertenceria a política ao campo da *doxa* ou da técnica? Como no mito de Protágoras, todos os seres humanos possuiriam discernimento político, ou, no sentido inverso, este estaria reservado a um escol de filósofos-reis e tecnocratas?

O presente trabalho, portanto, tem por objetivo elucidar o problema democrático do modo como ele se deu na sua alba, partindo do princípio de que este estudo, além de evidentemente ser um fim em si mesmo, oferece reflexões políticas aplicáveis ao nosso mundo.

No capítulo 1 analisar-se-á a formação do pensamento democrático procurando evidenciar, a partir da posição frente a qual já estariam, germinados, desde o período arcaico, os

pressupostos que, sobrevinda a evolução ético-político-jurídica, concorreriam para a estruturação da pólis. Procurar-se-á, também, demonstrar a estreita relação e o papel de influência que tiveram, um em relação ao outro, a filosofia, o jurídico e a política nos seus estágios embrionários. Portanto, manifestar-se-ia no homem grego, ainda pré-político, uma profunda inquietude às voltas com a apreensão de uma norma que pudesse ordenar a realidade em que se via inserido. Neste ínterim ocorre a mudança do discurso que, de mitológico e opaco, se transforma em público e sujeito à crítica e ao olhar de muitos. Surge a lei escrita e pública, e com ela se fortalece o processo de vulgarização da participação do poder e do conhecimento. Nascia a pólis.

O segundo capítulo tem por escopo investigar de que maneira era veiculado o ideal democrático e o papel preponderante das festividades público-religiosas (sobretudo a tragédia e a comédia), e dos demais gêneros culturais existentes para a conservação, manifestação e questionamento do imaginário coletivo e instituição social. Neste sentido, através da interpretação de algumas práticas discursivas características daquele universo, indaga-se acerca da existência de uma linguagem propriamente democrática entre os atenienses-gregos.

O capítulo 3 busca expor e problematizar a estrutura, o funcionamento e os pressupostos da cidade democrática. Desta maneira, analisa-se a instituição ateniense a partir da sua organização político-judiciária. Do mesmo modo, estuda-se o estatuto da lei naquele regime e quais os mecanismos que garantiriam o princípio constitucional, bem como de que forma era exercida a soberania popular. Também colocaremos em questão o imperialismo marítimo ateniense: seria ele um contra-senso ou *conditio sine qua non* da democracia daquele tempo? Na esteira dos questionamentos levantados em relação ao universo político da Atenas clássica, não se deixará passar *in albis* a situação dos excluídos naquela pólis (escravos, mulheres e estrangeiros)

e de, a partir desta realidade, oferecermos as condições para responder à seguinte interrogação: as atrocidades cometidas por aquele *status quo* seriam suficientes para deslegitimar o ideal democrático lá existente, ou este é um falso problema e uma petição anacrônica?

Concluindo esta introdução, grande parte dos atributos, magnânicos e nefastos, que qualificam a nossa modernidade ocidental encontram o seu ponto de partida naquela Grécia. Por isso acreditamos que se estivermos dispostos a trabalhar por um projeto de homem e de civilização que não negaceie os fundamentos sobre os quais se firma – mesmo aqueles porventura indesejáveis –, sempre será lícito e oportuno retroagir ao tempo-espaço em que se originou e tomou impulso esta atitude criteriosa e universalista. Entendemos, por conseguinte, que os atos de questionar e de incluir remontam exatamente ao *locus* social-histórico que nos propusemos estudar nesta dissertação.

# 1 FORMAÇÃO DO PENSAMENTO DEMOCRÁTICO

*“De onde surge, porém, este poder súbito do estado, cuja meta está além do exame e além do egoísmo do homem singular?”*

Nietzsche <sup>1</sup>

## 1.1 A PROTOPOLÍTICA NA GRÉCIA ARCAICA

Um estudo genealógico da democracia não pode se furtar à constatação das dificuldades inerentes ao seu conceito. <sup>2</sup> Os fatores conhecidos, que, aliados, promoveram a ascensão do espírito democrático são muitos, porém, provavelmente não sejam suficientes, a partir das informações disponíveis, para exaurir a explicação de como este surgiu e veio a se firmar como regime hegemônico no acme do poderio ateniense.

Abre-se, portanto, um necessário debate a respeito das possibilidades de apreensão das causas democráticas. O clássico paralelo traçado entre o desenvolvimento do pensamento racional-positivo e o fenômeno sociopolítico é, sem dúvida, bastante esclarecedor e decisivo para a compreensão dos fundamentos da política grega antiga. <sup>3</sup> Não obstante, tudo indica que pelo menos uma parte dos pressupostos aos quais a democracia remonta, sejam ainda anteriores ao período no qual a razão humana estabeleceu *uma delimitação mais rigorosa dos diferentes planos*

---

<sup>1</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *O estado grego In: Cinco prefácios para cinco livros não escritos*. Trad. Pedro Sussekind. Rio de Janeiro, Sete Letras, p.51.

<sup>2</sup> Cf. GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* Trad. Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003, pp. 09-13.

<sup>3</sup> Ressalte-se que a relação estabelecida entre o pensamento racional e o surgimento do fenômeno político é irrefutável e, desta feita, seguida neste trabalho. De outra parte, entendemos que existem aspectos no universo político que não são subsumidos pela razão.

do real,<sup>4</sup> evidenciando, assim, um resíduo insondável instalado no cerne daquilo que resultaria, logo após, na exaltação da vida em comunidade e na divisão do controle político entre a massa dos indivíduos livres.<sup>5</sup>

Com efeito, chamar a atenção para o fato de a equivocidade efetivamente permear o conceito democrático, não significa de modo algum ofuscar a extraordinária importância do advento do *logos* ocorrido na Grécia antiga,<sup>6</sup> nem negar a estreita relação existente entre este e a política.<sup>7</sup> Todavia, a experiência democrática, tal como existiu na Atenas clássica,<sup>8</sup> dá mostras de um enraizamento numa era pré-política em que os *planos humanos e divinos*<sup>9</sup> ainda estavam imiscuídos.<sup>10</sup>

---

<sup>4</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. Trad. Isis Borges da Fonseca. 12. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002, p.42.

<sup>5</sup> Neste diapasão, evitando uma atitude relativista e auto-indulgente que mascare suas limitações, *over the shoulders of the giants* entende-se que toda busca por fundamentos baseada numa estrita lógica causal acaba redundando em petição de princípio ou, o que é pior, em solecismo redutor. Sendo assim, como tudo que é da ordem do existente, não poderíamos compreender a democracia a partir de uma explicação definitiva quanto à sua origem. A este respeito, cf. CASTORIADIS, Cornelius. *O imaginário: a criação no domínio social histórico In: As encruzilhadas do labirinto II : os domínios do homem*. Trad. José Oscar de Almeida Marques. 2.ed. São Paulo, Paz e Terra, 2002, pp.246-8.

<sup>6</sup> O sentido primitivo da palavra *logos* indicava reunião. Com o tempo passou a significar algo que poderíamos traduzir por (ou relacionar com) razão, linguagem, palavra ou discurso.

<sup>7</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], p.54.

<sup>8</sup> Também houve outras pólis democráticas, inclusive anteriores à Atenas, na Grécia entre os séculos VI e IV a.C (e.g., a ilha de Quios no mar Egeu). De qualquer maneira, além de existirem pouquíssimos documentos relativos às instituições e aspectos culturais daquelas cidades, Atenas sempre foi considerada a cidade democrática por excelência.

<sup>9</sup> VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre. *O momento histórico da tragédia na Grécia: algumas condições sociais e psicológicas In: Mito e Tragédia na Grécia antiga*. Trad. Anna Lia A. de Almeida Prado. São Paulo: Duas Cidades, 1977, p.14.

<sup>10</sup> Numa sociedade em que não há uma clara separação entre o que é aceito por convenção e o que pertence à ordem natural, a noção de justiça vincula-se não à responsabilidade da ação humana, mas a outros fatores tais como o azar, a adivinhação (mântica), a consulta oracular, ou a pura força à guisa de prova em um processo ordálico. Cf. DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia antiga*. Trad. Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988, pp.24-32; VERNANT, Jean-Pierre. *A formação do pensamento positivo na Grécia arcaica In: Mito e pensamento entre os gregos*. Trad. Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp.349-59; VERNANT, Jean-Pierre. *A guerra das cidades In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. Trad. Myriam Campello. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999, p.38. Ainda neste sentido, a respeito das práticas judiciais da Grécia arcaica, mediante as quais produziam-se as provas destinadas a aferir a verdade no contexto de um conflito interindividual, cf. especialmente FOUCAULT, Michel. *A verdade e as formas jurídicas*. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999, pp.31-3.

Diante disso, mesmo quando do apogeu da organização da cidade-estado grega,<sup>11</sup> momento em que, tendo em vista o papel central concedido ao debate, se encontravam plenos e efetivos os princípios de transparência e não-contradição,<sup>12</sup> o religioso nunca deixou de representar o elemento primeiro de coesão social.<sup>13</sup> Além disso, conquanto um sólido pressuposto racional coordenasse os assuntos da pólis, havia aspectos em jogo – decisivos para o seu futuro – que não eram passíveis de ser apreciados numa deliberação.<sup>14</sup> A política helênica, pois, em face da sua permanente relação com a atividade religiosa, seria sempre marcada por uma ambivalência insuperável.<sup>15</sup> De qualquer forma, há que se atentar para o fato frente o qual, depois de consolidada a pólis clássica, esta ordem divina nunca retirará das mãos daqueles homens a responsabilidade perante os seus atos.<sup>16</sup> Sublimava-se no temor sagrado, algo absolutamente humano. A consagração aos deuses, por parte da cidade, na realidade, era a projeção da própria comunidade em um plano sobrenatural.<sup>17</sup>

O homem grego, pois, durante o interregno em que atinge a consciência de si e, logo, dos princípios sobre os quais uma sociedade complexa e organizada deveria se estruturar, lança mão de inéditos e sofisticadíssimos artifícios sem por isso desvencilhar-se completamente dos valores que faziam parte do seu passado recente. Há, desta feita, ruptura e continuidade em relação ao

---

<sup>11</sup> Cf. o capítulo 3.

<sup>12</sup> Este ponto, concernente à importância da linguagem para o desenvolvimento da política, será devidamente analisado no item 1.3.

<sup>13</sup> A decisão a respeito de qualquer medida política a ser tomada, entretanto, provinha necessariamente das assembleias. Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], pp. 53-72.

<sup>14</sup> *Ibid*, p.60 e FINLEY, Moses. *Grécia antiga: Idade do Bronze e Idade arcaica*. Trad. Wilson R. Vaccari. 1.ed. São Paulo, Martins Fontes, 1990, p. 113.

<sup>15</sup> Sublinhe-se que a sociedade helênica antiga nunca sofreu um processo de secularização completo, tal como ocorreu no Ocidente moderno. Não esqueçamos, no entanto, que, em uma sociedade onde a religião não era institucionalizada, a relação entre o Estado e o divino se dava de outra forma. Neste sentido, escreve Vernant: “a religião grega [...] é mais uma prática, uma forma de comportamento e uma atitude interna, do que um sistema de crenças e dogmas”. VERNANT, Jean-Pierre. *História social e evolução das idéias na China e na Grécia do século VI ao século II antes da nossa era In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], pp.85-6.

<sup>16</sup> Cf. FINLEY, Moses. *Op.cit*, p.113; VERNANT, Jean-Pierre. *A sociedade dos deuses In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], p.101.



tempo antigo, e tanto esta como aquela não se excluem nem arrefecem mutuamente seus efeitos.

<sup>18</sup> Portanto, o fenomenal esforço empregado para a construção de um espaço político não poderia desperdiçar a incomum predisposição gregária apresentada pelo temperamento grego. <sup>19</sup> Por outro lado, a torrente de transformações técnicas, intelectuais e econômicas, unida a um estado de intensa crise social desencadeado naquele período, *tout court*, colaborava para a formação de algo completamente diferente e novo.<sup>20</sup>

Desta maneira, o caminho que leva à democracia não é plano nem retilíneo e tampouco possui um marco inicial auto-evidente. Seja como for, há sinais, no mínimo plausíveis, que localizam as primeiras manifestações do espírito igualitário grego entre o final de um período conhecido como a “idade das trevas” <sup>21</sup> e o princípio da era arcaica, mais precisamente na época em que se acredita terem sido escritos e compilados os poemas homéricos, isto é, no século VIII

---

<sup>17</sup> Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], 2002, p.51; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega*. Trad. Henrique de Araújo Mesquita e Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo, DIFEL, 1980, p. 07.

<sup>18</sup> Ainda que, sem sombra de dúvidas, a ruptura com o passado tenha sido o aspecto diferencial e decisivo para a formação da sociedade emergente. Para o binômio continuidade e ruptura, cf. DETIENNE, Marcel. *Os mestres da verdade na Grécia antiga*. [...], p. 73.

<sup>19</sup> Cf. JAEGER, Werner. *Paidéia: A formação do Homem Grego*. Trad. Artur. M. Parreira. 4.ed. São Paulo, Martins Fontes, 2001, p.140.

<sup>20</sup> Entre as diversas e fundamentais mudanças que ocorreram naquele período e que fazem parte do grande processo de universalização e convencionalização sofrido pela civilização ao redor do mar Egeu, destacamos: a substituição da metalurgia do bronze pela do ferro no fim do séc. VIII a.C; alteração das práticas funerárias; a importância e a participação crescente dos artesãos dentro da estrutura econômico-social; a retomada e o desenvolvimento dos contatos com o Oriente e uma decorrente visão exterior e objetivada da realidade; conflito fundiário entre camponeses e aristocratas, explosão demográfica e a necessidade conseqüente de colonizar outras terras; invenção e instituição da moeda e o confisco dos privilégios aristocráticos pelo Estado emergente, promovedor de uma ordem regida pela noção de medida comum a todos; apropriação do alfabeto fenício (mais prático e compatível com os sons da língua grega) e a proliferação da língua escrita; nascimento da filosofia e o desenvolvimento aguçado da matemática (descoberta da geometria); aurora do pensamento reflexivo e racional. Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], pp. 41-51 e 73-107.

<sup>21</sup> Situada entre a queda do regime monárquico micênico, provocada pela invasão dos dórios por volta do séc. XII a.C, e o início da era arcaica ou aristocrática, no séc. VIII a.C. Esta fase é marcada pela ausência de documentos históricos (tudo o que sabemos acerca desta época, devemos às pesquisas arqueológicas), motivada pelo fim da linguagem escrita. Quando os gregos voltarem a se expressar por intermédio de sinais, o farão a partir do alfabeto fenício, fonético e não silábico como o micênico, e, portanto, mais flexível do que este. A escrita, por conseguinte, será conhecida por uma ampla faixa da população. Até então, as civilizações que faziam uso da grafia, a confiavam apenas aos escribas, responsáveis pelos documentos administrativos. Cf. FINLEY, Moses. *Grécia antiga: Idade do Bronze e Idade arcaica*. [...], pp.65-98; FINLEY, Moses. *Os Gregos antigos*. Trad. José Ribeiro Ferrerira. Lisboa, Edições Setenta, s/d, pp.17-25; VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], pp. 09-39.

a.C. É justamente neste momento histórico, pois, que um grupo de detentores de terras, aliviado do jugo de um déspota-monarca,<sup>22</sup> e vendo-se diante de uma situação anárquica,<sup>23</sup> passa a controlar o espaço circundante de maneira oligárquica e clientelista.<sup>24</sup>

Com efeito, a espécie de relação existente entre aqueles nobres primitivos, já demonstra uma característica singular grega que, por sua vez, teria implicações diretas na construção da civilização helênica e, do mesmo modo, seria uma das possíveis causas concorrentes para o desaparecimento do seu tipo peculiar de organização política: a *concepção agonística de sociedade e de homem*.<sup>25</sup> É a partir do espírito de luta que o grego antigo se reconhece e concebe a realidade na qual está inserido. A competição, portanto, apresenta-se como uma necessidade inquestionável e presença natural e constante em todas as manifestações vitais daquele povo. De modo que, entre a guerra cruenta e os pacíficos concursos ginásticos e musicais, nos jogos fúnebres realizados logo após a morte de um soldado célebre, bem como nos debates em assembleias e nos processos jurídicos, e até mesmo no seio familiar, existe sempre a premência

---

<sup>22</sup> No período creto- micênico (2000-1200 a.C, aproximadamente), a organização do Estado se dava ao redor do palácio do soberano. Nesta sociedade, antepassada daquilo que viria a ser futuramente conhecido como a Grécia antiga, o rei, intitulado *anax*, detinha o controle absoluto sobre todos os meandros deste tipo de organização comunitária, chegando, inclusive, a confundir-se com esta. Cf. VERNANT, Jean-Pierre *Ibid*; FINLEY, Moses. *Ibid*, pp.33-63.

<sup>23</sup> Vernant se refere a esta situação específica como uma “crise sucessória e de soberania”. VERNANT, Jean-Pierre *Ibid*, pp.41-51.

<sup>24</sup> VERNANT, *Ibid*. ; MOSSÉ, Claude. *Atenas: A história de uma democracia*. Trad. João Batista da Costa.3.ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997, pp.12-3; FINLEY, Moses. *Os Gregos antigos*. Trad. José Ribeiro Ferrerira. Lisboa, Edições Setenta, s/d, p. 110.

<sup>25</sup> A respeito do caráter agonístico grego, cf. o ponto 1.1.1. desta dissertação e necessariamente JAEGER, Werner. *Paidéia: A formação do Homem Grego*. [...], p.140, 253; NIETZSCHE, Friedrich. *O Estado Grego In: Cinco prefácios para cinco livros não escritos*. [...], pp 52-5; VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], pp. 49-51; VERNANT, Jean-Pierre. *A guerra das cidades In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], p.37; CASTORIADIS, Cornelius. *A polis grega e a criação da democracia In: As Encruzilhadas do labirinto II. Os domínios do homem*. [...], p. 320; MACINTYRE, Alasdair. *Depois da virtude*. Trad. Jussara Simões. Bauru, EDUSC, 2001, pp.235-7; ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 5.ed. São Paulo, Perspectiva, 2002, p.99.

do combate e da medida de forças, orientados, dependendo da situação, em maior ou menor medida, por critérios predeterminados. A união do grupo nasce e se reafirma com o conflito.<sup>26</sup>

Este poderoso sentimento de rivalidade, pois, só poderia grassar em meio a homens tidos como semelhantes entre si, que, em última análise, por já possuírem uma poderosa devoção à ética comunitária, se subordinassem às mesmas regras; participassem, enfim, do mesmo universo cultural.<sup>27</sup> Estabelece-se, destarte, uma espécie de acordo tácito – garantido pela celebração dos mesmos deuses e pelo uso da mesma língua – regedor de relações tão violentas quanto solidárias.<sup>28</sup>

Por conseguinte, é neste quadro de ausência de coação externa representada pela figura de um soberano absoluto, somado a um estado no qual clãs aristocráticos, situados próximos uns dos outros, reconheciam-se em condições equivalentes, que começa a tomar contornos, embora de forma ainda embrionária, a idéia de comunidade grega.<sup>29</sup>

---

<sup>26</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia: A formação do Homem Grego*. [...]; VERNANT, Jean-Pierre. *A guerra das cidades In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], p.28.

<sup>27</sup> A propósito, é nesta época, 776 a.C, que os Grandes Jogos pan-helênicos, em Olímpia, começam a ser realizados regularmente a cada quatro anos. Prova de unidade cultural, estas disputas ocorriam em tempos de paz. Inclusive, se houvesse alguma guerra em curso entre os povos gregos, ela seria temporariamente interrompida em nome do *agôn* olímpico. É também neste tempo em que se inicia a organização das *anfitionias*, ligas sagradas comuns a um conjunto de comunidades gregas, em torno de lugares considerados santos, e.g., Delfos. A respeito da evolução do pan-helenismo, cf. VERNANT, Jean-Pierre. *A guerra das cidades In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], pp.37-8; FINLEY, Moses. *Os Gregos antigos*. Trad. José Ribeiro Ferrerira. Lisboa, Edições Setenta, s/d, p. 45; BONINI, Roberto. v. *Pólis*. In: BOBBIO, Norberto. (Org.). *Dicionário de política*. Trad. João Ferreira e Luís G.P. Caçais. Brasília, Editora UnB, 2002, p.950; TOYNBEE, Arnold J. *A humanidade e a Mãe-Terra: Uma história narrativa do mundo*. Trad.Helena M.C.M.Pereira. Rio de Janeiro, Zahar, pp.226-7.

### 1.1.1 A fase aristocrática: nobreza e excelência como os mais altos valores morais

*“Ele me mandou, portanto, para ensinar-te todas essas coisas: a ser um bom orador de palavras e um bom executante de ações”.*

Homero <sup>30</sup>

O estágio de desenvolvimento sociopolítico em que se encontravam os agrupamentos humanos, no período arcaico, <sup>31</sup> é marcado pelos signos da instabilidade e da confusão. <sup>32</sup> Corroborando tal imagem, as fontes de que dispomos são lacunares e algumas delas, inclusive, estão repletas de asserções contraditórias e conceitos anacrônicos. Este é o limiar da civilização helênica e é dali que necessariamente partem muitos dos valores destinados à construção do ideal da pólis clássica. Enquanto durar a Grécia antiga, os homens da era aristocrática estarão sempre envoltos por uma aura de bravura e heroísmo e, não obstante a disparidade dos preceitos éticos que balizam os dois tempos, nunca deixarão de repercutir nas ações e nos discursos dos seus preclaros descendentes. <sup>33</sup>

<sup>28</sup> Cf. item 1.1.1. VERNANT, Jean-Pierre. *A guerra das cidades In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], p.38-9; FINLEY, Moses. *Grécia antiga: Idade do Bronze e Idade arcaica*. [...], p.94, 109.

<sup>29</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], 2002, pp. 41-51.

<sup>30</sup> Trecho da admoestação de Fênix para Aquiles. HOMERO. *Ilíada* (em forma narrativa). Trad. e adaptação Fernando C. de Araújo Gomes. Rio de Janeiro, Ediouro, s/d, pp.158-9.

<sup>31</sup> Desde o início do século VIII a.C até o final do século VI a.C, aproximadamente.

<sup>32</sup> No século em que chega ao ocaso a civilização micênica, inicia-se um período de migração em massa, em direção à bacia egéia, de povos nômades provenientes da Europa central. Confundem-se, neste cenário, atos destrutivos e formadores entre as diferentes tribos conquistadoras. Os aqueus, primeiros a chegar na Grécia, quando da invasão dos dórios, via de regra, fugiram para a Ásia Menor e lá estabeleceram as primeiras colônias gregas relativamente estáveis. A partir de então passaram a ser conhecidos como jônios. A luta ferrenha pela conquista de um espaço fértil e seguro foi constante durante todo o período de existência da civilização helênica. Numa paisagem fragmentada e montanhosa com poucos vales e terrenos férteis, vão se estabelecendo, pouco a pouco, comunidades de dimensões reduzidas voltadas para o mar. Cf. FINLEY, Moses. *Grécia antiga: Idade do Bronze e Idade arcaica*. [...], pp.79-97; TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: História de uma civilização*. Trad. Waltensir Dutra. Rio de Janeiro, Zahar, 1963. pp.37-52.

<sup>33</sup> As epopéias homéricas, *Ilíada* e *Odisséia*, primeiras obras da literatura ocidental e fonte de muito do que se supõe acerca do período arcaico, sempre foram consideradas pelos gregos clássicos, não só como um conjunto de histórias

Com efeito, logo no início, a sociedade arcaica grega possui um equilíbrio bastante precário, quase inexistente. A fragmentação política impera e o estado de guerra, entre os diversos clãs locais, é intermitente. Nesta ordem esfacelada, os *gêne*, famílias com as suas próprias regras, lendas e ritos, apresentam-se como as únicas formas, propriamente ditas, de organização humana. Cada uma delas estrutura-se a partir de crenças numa origem nobre ou divina e em um fortíssimo sentimento de pertença ao grupo e insubordinação diante de qualquer ameaça de domínio externo. A base deste primitivo direito doméstico são as *thémistes*, normas sagradas com aspecto de sentenças formalizadas, mágicas e infalíveis, reveladas pelo líder familiar e com poder *erga omnes*.<sup>34</sup>

Há, do mesmo modo, indícios de solidariedade absoluta e um sentido de igualdade e cooperação profundo dentro do *oikos* parental.<sup>35</sup> A propriedade fundiária, sobre a qual a família se sustenta, é inalienável e indivisível. O *genos* é autárquico (auto-suficiente) e compõe-se obstinadamente de forma a garantir a subsistência e a autonomia da sua instituição. Importante não omitir, todavia, que a pilhagem, o rapto de mulheres e muitos atos de vandalismo são considerados dignos de glória e júbilo por estes homens semibárbaros.<sup>36</sup> Nos prelúdios da

---

que continham a suma dos valores helênicos e, portanto, providos de força moralizante, mas, também, enquanto eterno e incomparável paradigma estético.

<sup>34</sup> A palavra *thémistes* derivaria do verbo *títemi*, o qual possui o sentido de determinar, instituir. GOYARD-FABRE, Simone. *Os fundamentos da ordem jurídica*. Trad. Claudia Berliner. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p.08; GLOTZ, Gustave. *Op.cit.* p.06; DETIENNE, Marcel. *Op.cit.* p.29.

<sup>35</sup> *Oikos* em grego antigo é a casa. Refere-se ao domínio do doméstico e do privado, e também se define em contraposição à pólis, ao público, ao geral e ao político.

<sup>36</sup> COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga*. Trad. Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo, HEMUS, 1975, p.72; GLOTZ, Gustave. *Ibid.* De qualquer maneira, há que se atentar para o fato, *a priori*, paradoxal perante o qual é justamente neste meio absolutamente violento, que o espírito solidário e igualitário se desenvolve entre o grupo guerreiro. Os soldados tratam-se como semelhantes. Desta forma, depois do saque bem sucedido, o butim era disponibilizado a todos os integrantes da coletividade. No mesmo sentido é no seio das organizações bélicas que começam a ser realizadas as assembléias deliberativas. DETIENNE, Marcel. *Op.cit.* pp.45-55.

civilização ocidental, a brutalidade não era travestida nem comportava subterfúgios ideológicos; ao contrário, revelava-se cruamente.<sup>37</sup>

De outra parte, partindo do núcleo privado em direção à esfera das relações entre as famílias, divisamos um misto de violenta dissensão e de composição de forças. Sendo assim, aqueles clãs patriarcais poderiam viver algumas gerações sob a égide da vendeta e, por intermédio do casamento, celebrar a aliança (*philotès*) das suas casas.<sup>38</sup> Contudo, não se pode pretender que, em um mundo inegavelmente rude e regido por outros princípios como este, o processo de evolução social sempre ocorresse de maneira tão linear e sem atropelos. No âmago daquela realidade, forças de conflito e união ainda se apresentavam indistintas.<sup>39</sup> De sorte que os *géne* organizados em forma de fratrias contra um inimigo estrangeiro e comum, poderiam, noutras ocasiões, digladiarem mortalmente entre si.<sup>40</sup>

O tipo de homem forjado por este *ethos* agonístico é de estirpe aristocrática e heróica. O desejo de honra, consubstanciado nos valores *kleos* e *kudos*,<sup>41</sup> manifesta-se enquanto um princípio absoluto e indiscutível que move todas as ações do nobre guerreiro e pelo qual ele se obriga a sacrificar a própria vida. Como observa MacIntyre, “o homem que faz o que deve se dirige constantemente rumo ao destino e à morte”.<sup>42</sup> Configura-se, deste modo, uma cultura,

---

<sup>37</sup> A este respeito, cf o item 3.2 acerca do imperialismo ateniense, e, mais especificamente, o ponto em que, a partir do texto de Tucídides, evidencia-se a visão dos próprios atenienses a respeito do jugo perpetrado sobre outras cidades-estado gregas.

<sup>38</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *O casamento In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], pp.48-50. O termo grego “*philotès*”, nas palavras de Glotz, possuiria uma conotação mais jurídica do que sentimental; GLOTZ, Gustave. *Op.cit.* p.05.

<sup>39</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *A guerra das cidades In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], p.27.

<sup>40</sup> Seja como for, é em meio a muitos avanços e retrocessos que, paulatinamente, vai se firmando uma identidade de grupo cada vez mais larga. A respeito do processo de aglutinação política e social ocorrido na maioria das regiões gregas, e, principalmente na Ática, confira o item 1.3 desta dissertação.

<sup>41</sup> Marcel Detienne enuncia que estes são os dois aspectos essenciais do sentido de glória para os gregos antigos. *Kudos* seria a graça concedida pelos deuses no momento mesmo da batalha. Por seu turno, *Kleos* é a glória que passando de geração em geração, garantiria a imortalidade do vencedor. DETIENNE, Marcel. *Op.cit.* p.19.

<sup>42</sup> MACINTYRE, Alasdair. *Op.cit.* p.215.

caracterizada pelo tom gravíssimo das relações humanas, na qual o indivíduo está totalmente enclausurado no mundo a que pertence e cuja noção de função social é assaz rígida e forte.<sup>43</sup> As consciências ainda não haviam se interiorizado e, portanto, é só a partir do reconhecimento da sociedade, e do cumprimento dos seus papéis específicos, que todos descobrem quem são.<sup>44</sup>

Formava-se, pois, no seio daqueles *gené* aristocráticos, chamados de eupátridas, uma ética guerreira representada na figura do *kalós kagathós*, cavaleiro-soldado portador dos ideais máximos de beleza e virtude. Num tempo, anterior à reforma hoplita,<sup>45</sup> em que apenas as famílias terratenentes possuíam as condições necessárias para arcar com as despesas bélicas e no qual a cidade nobiliárquica (*asty*) ainda se opunha à área ocupada por camponeses e artesãos (*démos*),<sup>46</sup> o nobre era educado com o fito de ser sempre o melhor e mais corajoso entre todos.<sup>47</sup> Com efeito, o homem detentor da *areté*<sup>48</sup>, guiado por um extremado sentido de dever (*aidos*) e de autodomínio (*sophrosyne*), era o indivíduo virtuoso que englobava as qualidades físicas e espirituais consideradas modelares naquele universo cultural regido por um código de ética cavaleiresca.<sup>49</sup>

Segue-se, portanto, que o conceito de *areté*, num primeiro estágio – em detrimento dos outros estratos sociais – exclusivamente relacionado aos valores da aristocracia dita heróica, acompanharia as evoluções ocorridas no solo grego, entre os séculos VII e V a.C, alargando o seu sentido original. Sendo assim, aquelas virtudes caras aos antigos nobres, tais como a honradez, a

---

<sup>43</sup> *Idem*. pp.210-3.

<sup>44</sup> JAEGER, Werner. *Op.cit.* p.31.

<sup>45</sup> Cf. as páginas 20 e 21 *infra*.

<sup>46</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *História social e evolução das idéias na China e na Grécia do século VI ao século II antes da nossa era. In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], p.81

<sup>47</sup> ARENDT, Hannah. *Op.cit.* p.99.

<sup>48</sup> *Areté* traduz-se com o sentido de excelência e virtude. Na era aristocrática, confirmando, a propósito, a etimologia da palavra, só os nobres poderiam ter *areté*, pois, como nos informa Jaeger, a raiz desta palavra está diretamente relacionada com a noção de distinto e escolhido. JAEGER, Werner. *Op.cit.* p.26.

<sup>49</sup> JAEGER, Werner. *Op.cit.* p.27.

coragem, a astúcia e a magnanimidade, somadas a princípios éticos e igualitários mais desenvolvidos, convergiriam para a formação da *idealidade da pólis democrática*.<sup>50</sup>

Este processo de vulgarização e desenvolvimento cultural e político, por outro lado, não dá mostras de unilateralidade. A originalidade e o caráter revolucionário impresso em vários momentos da história grega também acusam a participação preponderante de camadas não-nobres da população. Desta forma, é da relação conflituosa entre as classes plebéias e aristocráticas, inserida em um quadro de desordem e de profundas transformações econômicas e sociais,<sup>51</sup> que nascerão reflexões morais e políticas profundamente inovadoras, preocupadas com a construção de um espaço ordenado que possibilitasse a convivência de todos.<sup>52</sup>

Neste sentido, cumpre ressaltar a série de mudanças em curso que corroborava o estado de aguda crise social, já presente nos meados da era arcaica. A estrutura oligárquica e clientelista enraizava o seu domínio em uma economia fechada, de cunho eminentemente agrícola, na qual pequenos proprietários de terra encontravam-se subordinados, em razão de dívidas, aos *eupátridas*,<sup>53</sup> donos dos melhores quinhões.<sup>54</sup> Além disso, colaborando para a manutenção deste *status quo*, eram os mesmos aristocratas que, a partir de normas de feições divinas e não-escritas (as *thémistes*),<sup>55</sup> monopolizavam o poder jurídico.

Em contrapartida, o estabelecimento de rotas comerciais ao longo do mar Mediterrâneo e ao redor do mar Negro, promovido, em grande parte, pela proliferação de colônias gregas nestas

---

<sup>50</sup> Como veremos nos capítulos seguintes, um dos fundamentais fatores de equilíbrio da cidade clássica era justamente a mescla ponderada entre elementos democráticos e aristocráticos. Ilustrando esta observação, lembramos que o trabalho braçal nunca foi visto com bons olhos pelos cidadãos atenienses.

<sup>51</sup> Cf. a nota 19 na página 13.

<sup>52</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], p.43.

<sup>53</sup> Eupátrida significa “bem gerado”. FINLEY, Moses. *Grécia antiga: Idade do Bronze e Idade arcaica*. [...], p.131.

<sup>54</sup> ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. Trad. Francisco Murari Pires. São Paulo, Editora Hucitec, 1995, p.17; FINLEY, Moses. *Grécia antiga: Idade do Bronze e Idade arcaica*. [...], p.112.

<sup>55</sup> Cf. *supra*.



mesmas regiões,<sup>56</sup> fazia com que novos modos de exploração de riqueza fossem desenvolvidos. Destarte, a partir do controle de algumas atividades estratégicas dentro do panorama econômico, o *dêmos* emerge como força capaz de se opor aos nobres e de exigir direitos de participação nos assuntos da comunidade. Paralelamente, a deflagração da reforma hoplítica, possibilitada pelo incremento da armadura militar (panóplia), desencadeou uma revolução dos hábitos bélicos. De modo que, daí em diante, a organização do exército em falanges compactas e cerradas, ao mesmo tempo em que se tornava uma poderosa forma de defesa e ataque do conjunto social, recrutava todos aqueles que pudessem adquirir o equipamento de guerra.<sup>57</sup>

Desta maneira, o clima de instabilidade, provocado pela insatisfação crescente das classes oprimidas e dos indivíduos livres, alheios à aristocracia, que – detentores de uma importância econômica cada vez maior – exigiam benefícios e participação ativa nos assuntos da comunidade, em conjunto com um impressionante amadurecimento ético e moral, propiciava um movimento generalizado de recusa à anomia e ao caos. Os gregos, a partir de então, dariam início a um *tour de force* intelectual em busca da ordenação do cosmos no qual viviam. Angustiados com a

---

<sup>56</sup>A explosão demográfica evidenciada a partir do século VIII a.C, ocasionava problemas gravíssimos no tocante à divisão do espaço físico e à distribuição de alimentos nas povoações gregas originárias. As migrações gregas, portanto, são decorrência necessária de um período marcado pela escassez. Ademais, a busca intensa por metais, como o ferro, era mais um motivo para o estabelecimento de postos avançados gregos. VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], p.76.

<sup>57</sup>A falange de hoplitas nada mais é além de um enfileiramento maciço de soldados, os quais seguram o escudo pesado com o braço esquerdo, ao mesmo tempo em que protegem o flanco direito por meio do vizinho ao lado. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. Trad. Jônatas Batista Neto. São Paulo, Companhia das Letras, 2002, p.94; VERNANT, Jean-Pierre. *A guerra das cidades In: Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], pp.29-46; VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego* [...], pp.66-8; FINLEY, Moses. *Grécia antiga: Idade do Bronze e Idade arcaica*. [...], pp.110-1; FINLEY, M.I. *Os Gregos antigos*. [...], p. 32; TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: História de uma civilização*. [...], pp. 71-3.

instituição de um sentido lógico, coerente e objetivo para a realidade, voltaram os olhos para o universo físico.<sup>58</sup>

## 1.2 ORDEM ÉTICO-SOCIAL E ORDEM CÓSMICA: MUDANÇA DAS RELAÇÕES DE PODER

*“Outros povos têm santos, os gregos têm sábios”.*

Nietzsche<sup>59</sup>

Conquanto o homem ainda não seja objeto das primeiras cerebrações filosóficas, já se encontra presente no fundamental questionamento acerca da origem de tudo e das forças que regeriam a natureza, uma forma dessacralizada de legislação do mundo exterior a qual, estando baseada no princípio de causalidade e repleta de vocábulos político-jurídicos e expressões alusivas ao embate de potências físicas opostas, refletia e prolongava as preocupações contemporâneas com a consecução de um padrão de equilíbrio para aquela sociedade em crise.<sup>60</sup>

Portanto, não desejando subordinar a importância do nascimento da filosofia às inegáveis relações desta com o pensamento político emergente, o mais adequado seria considerar ambos os fenômenos como consequência de um impressionante processo de mutação psicológica a partir do qual uma atitude livremente especulativa, isenta de qualquer comprometimento com algo além

---

<sup>58</sup> Neste diapasão, com o objetivo de não apenas ilustrar, mas enfatizar, a brutal radicalidade e estranheza, assim como o caráter antinatural, em termos históricos, do aparecimento contingente de um sujeito disposto e capaz – senão obcecado – de entender a realidade desordenada circundante, torna-se pertinente citar Foucault: “O mundo não procura absolutamente imitar o homem, ele ignora toda lei. Abstenhamo-nos de dizer que existem leis na natureza. É contra um mundo sem ordem, sem encadeamento, sem formas, sem beleza, sem sabedoria, sem harmonia, sem lei, que o conhecimento tem de lutar. É com ele que o conhecimento se relaciona. Não há nada no conhecimento que o habilite, por um direito qualquer, a conhecer esse mundo. Não é natural à natureza ser conhecida”. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, p.18.

<sup>59</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A filosofia na idade trágica dos gregos*. Trad. Artur Mourão. Editora Elfus, s/d, p.21.

da própria curiosidade e anseio criador, passa a esquadrihar os diversos meandros do real.<sup>61</sup> Deste modo, a filosofia naturalista dos jônios, embora ainda vincule boa parte da sua concepção cosmológica às antigas narrativas míticas,<sup>62</sup> transpõe-nas para um contexto profano em cujo domínio os problemas são submetidos ao escrutínio racional e exaustivo, os quais, estando expostos pública e explicitamente, acabariam promovendo uma transformação radical da visão grega de mundo.

Aqueles primeiros filósofos, pois, atestam a independência e a originalidade dos seus pensamentos ao formular teorias que, rompendo com a maneira alegórica de explicar o mundo, especulam sobre a constituição última das coisas, de modo a propugnar um sistema cosmológico coerente em si mesmo e provido de uma significação que se pretende verdadeira e universal.<sup>63</sup>

---

<sup>60</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *História social e evolução das idéias na China e na Grécia do século VI ao século II antes da nossa era*. In: *Mito e Sociedade na Grécia antiga*. [...], p.85; VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego* [...], pp.114-5; JAEGER, Wener. *Op.cit.*, p.193.

<sup>61</sup> A filosofia conhece a sua aurora na cidade de Mileto, província grega situada na costa oeste da Ásia Menor, atual Turquia. As razões pelas quais o pensamento filosófico teria despontado naquele local parecem estar relacionadas com a atmosfera de liberdade política e intensidade comercial das cidades jônicas somada às influências da cultura babilônica, tanto no que tange aos seus mitos de criação como a partir da sua astronomia. Seja como for, os gregos apoderaram-se de elementos culturais estrangeiros e lhes deram uma dimensão totalmente original. Também é interessante observar que as teorias dos filósofos gregos não dependiam de nenhum aspecto astrológico-religioso, como na Babilônia, nem partiam de experiências e observações rigorosas fundadas nalgum método científico, mas, dando azo ao clima de individualismo crescente, dependiam unicamente do raciocínio de cunho intuitivo. Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *Geometria e astronomia esférica na primeira cosmologia grega*. In: *Mito e pensamento entre os gregos*. Trad. Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, pp.193-4.

<sup>62</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego*. [...], pp.111-5.

<sup>63</sup> A relação entre os sistemas cosmológicos da primeira filosofia e o movimento emergente de institucionalização das pólis evidencia-se também com a participação de muitos filósofos pré-socráticos na elaboração das leis e administração das cidades-estado gregas. Neste mesmo sentido, tanto Tales de Mileto quanto Sólon, poeta e líder político ateniense, estão incluídos na célebre lista dos sete sábios helênicos. Desta maneira, logo quando da elaboração das primeiras normas escritas, os legisladores eram tidos como os verdadeiros educadores do povo. Suas figuras eram, então, relacionadas com as dos poetas (*poiesis* em grego antigo é criação, tanto os legisladores como os poetas, pois, seriam criadores e instituidores de sentido) Deve-se, por conseguinte, chamar a atenção para o fato de, em um primeiro momento, não haver clara distinção entre os filósofos, os sábios e os poetas. Afinal, todos eles participavam do movimento de formação ética e intelectual grega. VERNANT, Jean-Pierre. *A formação do pensamento positivo na Grécia arcaica*. In: *Mito e pensamento entre os gregos*. [...], p. 379; VERNANT, Jean-Pierre. *O advento do pensamento racional*. In: *Entre Mito e Política*. Trad. Cristina Murachco. São Paulo, Edusp, 2001, p.241. JAEGER, Werner. *Op.cit.*, p.143. A respeito de Sólon, cf. o item 1.3. deste trabalho

Logo, a necessidade de encontrar o princípio ordenador que conferisse inteligibilidade e solidez ao existente, parecia, naquele período, expandir-se de maneira irresistível na direção de duas dimensões primordiais: o espaço físico e o social. *A contrario sensu*, é precisamente quando o homem propõe modelos normativos análogos de organização natural e política,<sup>64</sup> que ele começa a tomar consciência da diferença entre tais ordens; ou seja, a noção a partir da qual o homem iniciaria seu processo de afirmação perante a natureza,<sup>65</sup> provém da descoberta de leis objetivas capazes de elucidar, racionalmente, determinados fatos até então sujeitos às brumas do mito.<sup>66</sup>

Este novo tipo de pensamento, com efeito, manifesta-se tanto na estruturação política da cidade como na ordenação do universo. As idéias de causa (*aitía*) e de medida (*métron*) adquirem uma importância fundamental e estabelecem-se enquanto conceitos absolutos. A realidade, daí em diante, por via de um notável e conjunto esforço de abstração, só poderia ser compreendida em termos geométricos e causais. Destarte, a consagração do termo *dikaiosyne* (justiça), estreitamente relacionado com as noções ético-jurídicas de responsabilidade e culpabilidade,<sup>67</sup> antecipa e prepara um período no qual tudo deveria estar subordinado a uma lei que garantisse a simetria da disposição das partes: a isonomia.

---

<sup>64</sup> Esta analogia será explicada a seguir.

<sup>65</sup> O cisma entre o homem e a natureza, torna-se ainda mais claro a partir da reforma clisteniana em Atenas. Cf. o item 1.3. desta dissertação e NIETZSHE, Friedrich. *A disputa de Homero In: Cinco prefácios para cinco livros não escritos*[...], p.73; VERNANT, Jean-Pierre. *A formação do pensamento positivo na Grécia arcaica In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], pp. 365-7.

<sup>66</sup> Na linguagem filosófica, em contraposição à mítica, existe uma tendência para a definição rigorosa das coisas. Assim, não obstante a filosofia naturalista jônica ainda apresente certas ambigüidades e indistínções, e, do mesmo modo, tal como a Teogonia de Hesíodo, também trate da origem do mundo e de como a ordem sucedeu ao caos, o faz de uma maneira categórica na qual não há intervenção alguma de qualquer divindade, mas sim de processos físicos e naturais. VERNANT, Jean-Pierre. *As origens da filosofia In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], pp.376-9.

### 1.2.1 A representação igualitária de universo em Anaximandro

*“Pois donde a geração é para os seres, é para onde também a corrupção se gera segundo o necessário; pois concedem eles mesmos justiça e deferência uns aos outros pela injustiça, segundo a ordenação do tempo.”*

Anaximandro <sup>68</sup>

O esquema cosmológico de Anaximandro de Mileto, <sup>69</sup> por seu turno, oferece o exemplo emblemático da projeção da ordem social na ordem física – <sup>70</sup> *weltanschauung* esta indisfarçavelmente helênica, na medida em que faz enxergar as bases constitutivas da cidade de maneira análoga aos contemporâneos modelos explicativos do universo, <sup>71</sup> e vice-versa.

Provavelmente o primeiro grego a registrar por escrito sua filosofia e a elaborar um mapa do nosso planeta então conhecido, o célebre milesiano em questão é, com toda a certeza, um autor não apenas revolucionário como seminal. Com efeito, a concepção de universo proposta por Anaximandro encontra-se completamente assentada sobre a idéia de um espaço circular, em constante movimento e transformação, regido por *rigorosas proporções matemáticas*. <sup>72</sup> Esta audaciosa representação de um todo homogêneo – sem diferença de planos ou níveis hierárquicos

<sup>67</sup> Jaeger assevera que é esta época quando se enuncia de forma objetiva, originariamente, a relação causal entre a violação do direito e a perturbação da ordem social. JAEGER, Wener. *Op.cit*, p.179.

<sup>68</sup> ANAXIMANDRO. *O s Pensadores: Pré Socráticos*. Trad. Cavalcante de Souza 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p.22.

<sup>69</sup> Anaximandro de Mileto, geógrafo, matemático, astrônomo e político, teria vivido entre os anos 610 e 547 a.C, e, assim como Tales, também exercia atividades práticas em Mileto, tendo, inclusive, liderado uma das suas expedições colonizadoras. Tudo o que se sabe sobre a sua filosofia da natureza deriva do fragmento acima citado e de antigos comentários conservados acerca da sua doutrina. LUCE, John Victor. *Curso de filosofia grega: do séc. VI a.C ao séc. III d.C*. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro, Zahar, 1994, p.23.

<sup>70</sup> Sua teoria da natureza foi a primeira tentativa, fundamentada em pressupostos suficientemente lógicos e rigorosos, de dar uma resposta à origem e organização do universo.

<sup>71</sup> BIGNOTTO, Newton. *O Tirano e a Cidade*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998, p.48.

<sup>72</sup> JAEGER, Wener. *Op.cit*, p.198.

– coordenado a partir de relações de distância e posição,<sup>73</sup> e sujeito às vicissitudes do tempo, já denuncia um olhar deveras agudo o qual, não satisfeito com aquela forma narrativa de justificar o mundo em que entidades físicas com nomes de deuses interagem entre si,<sup>74</sup> procura, além das aparências sensíveis, o princípio que fundamente e governe o cosmos.

Pois, Anaximandro, ao que tudo indica, fez uso do termo *arché* pela primeira vez.<sup>75</sup> Para este homem da Mileto do século VI a.C, o princípio do ser é o indeterminado (*ápeiron*),<sup>76</sup> não um elemento observável da natureza como a água de Tales ou o ar de Anaxímenes, mas uma premissa *a priori*, um conceito abstrato só apreensível por intermédio da inteligência, o qual – ao mesmo tempo origem e norma absoluta reguladora da existência de todas as coisas – estabeleceria o equilíbrio do sistema de tal maneira que se tornasse impossível o privilégio de um ente em detrimento dos outros.<sup>77</sup> Todos estão igualmente submetidos à ordenação cíclica do tempo; o *ápeiron* (o não-limite, o sem-fundo, a ausência de qualquer determinação) é a causa e o fim daquilo que há. A sentença assume ares inexoráveis: “de onde as coisas tiram a sua origem, aí devem também perecer”.<sup>78</sup>

Anaximandro sustenta a ordem do universo enquanto um fenômeno moral. Na sua cosmologia, a causalidade física, evidenciada nos agentes naturais que tudo transformam e

---

<sup>73</sup> Esta seria mais uma característica da cosmologia jônica a se contrapor às cosmogonias mitológicas, estruturadas sobre um fundo hierárquico, no qual há uma clara diferença ontológica entre os níveis. Na representação mítica, portanto, os deuses imortais estão em um plano, os homens estão em outro, e ainda haveria o “espaço da morte e dos deuses subterrâneos”. VERNANT, Jean-Pierre. *Geometria e astronomia esférica na primeira cosmologia grega In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], p.213.

<sup>74</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *Estrutura geométrica e noções políticas na cosmologia de Anaximandro In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], pp.196-7.

<sup>75</sup> É Simplicio quem informa a introdução do termo *princípio* por Anaximandro. Doxografia. 1. Simplicio Física, 24, 13 (DK 12 a 9) In: *O s Pensadores: Pré Socráticos*. Trad. Wilson Regis. 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973, p.21.

<sup>76</sup> *Péras*, em grego antigo, tem o sentido de limite. Portanto, o *ápeiron* (a-peiron) seria aquilo sem limite, sem determinação, sem princípio atrás de si.

<sup>77</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego* [...], p.131.

corrompem necessariamente, é compreendida como uma regra de compensação.<sup>79</sup> O justo mesmo seria se nada houvesse, que nada viesse à tona e se individualizasse. De qualquer maneira, não há escapatória desta incessante corrente, do interminável ciclo através do qual as coisas se definem, adquirem forma e afinal perecem como que para expiarem a injustiça (*adikia*) inerente a toda existência, a tudo que se afirma – a partir da sua individualização – frente ao *indeterminado*. Pois só a ele, aquilo que, nas palavras de Cornford, “está acima e para além dos elementos”,<sup>80</sup> e não possui qualidades definidas,<sup>81</sup> é conferido o caráter de princípio eterno de tudo que existe, e, por isto, livre da terrível degeneração e ocaso que se abate inevitavelmente sobre todo o resto.

Portanto, o *ápeiron*, estado inicial e final de toda a matéria existente, e perante o qual, exceto o fato de ele vir a ter um aspecto divino e esférico,<sup>82</sup> só podem ser atribuídas definições em caráter negativo,<sup>83</sup> tais como “sem determinação”, “inesgotável”, “sem princípio nem fim no tempo”, “não envolvido por nada” e “sem distinções internas”,<sup>84</sup> seria o lugar da “catástrofe da

---

<sup>78</sup> Esta seria a tradução de Nietzsche para o fragmento de Anaximandro já citado na epígrafe deste subitem. A transliteração do alemão para o português foi confiada à edição lisboeta do livro *A filosofia na idade trágica dos gregos*, com tradução de Artur Mourão, página 33.

<sup>79</sup> JAEGER, Wener. *Op.cit*, p.203; VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego* [...], p.134. Heidegger, sobre este aspecto fundamental da cosmologia de Anaximandro, enuncia (porém, registre-se, conforme aponta o Professor Luís Felipe Ribeiro, em tom de crítica): “Noções morais e jurídicas se imiscuem na imagem da natureza”. HEIDEGGER, Martin. *A sentença de Anaximandro In: Os Pensadores*[...]. Trad. Ernildo Stein, p.30.

<sup>80</sup> CORNFORD, F.M. *Principium Sapientiae. As origens do pensamento filosófico grego*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbekian, s/d, p.285.

<sup>81</sup> Nietzsche observa com toda a razão que o que conferiria imortalidade ao *ápeiron*, seria “o fato de ele estar desprovido de qualidades definidas que conduzem à morte”. NIETZSCHE, Friedrich. *A filosofia na idade trágica dos gregos*. [...], p.35.

<sup>82</sup> O aspecto divino do *ápeiron*, assinalado por Aristóteles (Física, III,4. 203 b6 [DK 12 a 15] *In: Os pensadores. Op.cit*) parece estar relacionado com o fato de ele ser uma causa motora eterna. Cornford, a este respeito, assevera que todos os filósofos jônicos concebiam a substância primária como uma coisa viva; por isso eles também eram chamados de hilozoístas, isto é, aqueles os quais supõem que toda matéria possuiria vida, e, logo, poder de movimento. CORNFORD, F.M. *Op.cit*, pp.290-2. Quanto à esfericidade do indeterminado, para os gregos antigos o círculo simbolizava a idéia de uniformidade, de plenitude, de perfeição; de algo que se basta a si mesmo e que não possui nem princípio nem fim.

<sup>83</sup> *Ibid*, p.269.

<sup>84</sup> *Ibid*, pp.280-9.

lógica”,<sup>85</sup> uma instância absurda e caótica onde forças naturalmente contrárias (fogo, terra, água e ar) se encontrariam ainda informes e misturadas, e de cujo rompimento – por via da separação destes opostos – derivaria o mundo.

É, por conseguinte, de tal “emancipação criminosa do ser eterno”,<sup>86</sup> que um cosmos geométrico de feições inteiramente igualitárias se faz. O processo de distinção dos elementos (“a determinação do indeterminado”) originariamente mesclados entre si, ocorre de modo que, depois desta disjunção criadora, nenhum deles venha a controlar a hegemonia da comunidade mundial por longo tempo.<sup>87</sup>

A ordem do universo, com efeito, afigura-se sobre um intermitente embate de potências irredentas e expansionistas na busca da primazia impossível – visto que não é lícito, neste cenário no qual o *indeterminado* impõe e assegura uma lei igual *erga omnes*, e em que as determinações espaciais conferem um estatuto simétrico e reversível a todos os corpos, o controle por parte de qualquer ente dos desígnios do mundo. Afinal, é precisamente a impossibilidade de que alguma qualidade sobrepuje, de modo irrefreável as demais,<sup>88</sup> a razão do precário equilíbrio e

---

<sup>85</sup> Devo esta expressão, além de vários comentários brilhantes e elucidativos acerca de Anaximandro e muitos outros temas de fundamental importância para este trabalho, ao professor de história da filosofia, de grego antigo e Teologia natural do departamento de filosofia da UFSC, Prof. Dr. Luís Felipe Ribeiro.

<sup>86</sup> NIETZSCHE, Friedrich. *A filosofia na idade trágica dos gregos* [...], p.34.

<sup>87</sup> O processo de separação dos contrários efetivar-se-ia da seguinte maneira: a partir de uma espécie de turbilhão ocorrido dentro do próprio *ápeiron*, as partes mais pesadas tendem a mover-se para o centro, enquanto que as mais leves são expelidas para a periferia. É deste modo que, por meio de um movimento circular, vão se formando e posicionando os elementos. Assim, na região nuclear estariam localizadas as forças mais pesadas (posteriormente, terra e água), e, situadas nas órbitas exteriores, as mais leves (posteriormente, ar e fogo). Desta disposição conflituosa de forças, manifesta na oposição fundamental entre o quente e o frio, e conseqüente evaporação de parte da matéria aquosa pela ação do fogo, formar-se-iam os elementos, e, depois, os corpos celestes. Daí em diante, o equilíbrio e as transformações do universo dependerão da relação beligerante destes elementos contrários, até que tudo volte a indeterminar-se novamente, para, logo após, o ciclo recomeçar mais uma vez. Cf. CORNFORD, F.M. *Op.cit.*, pp.262-5; LUCE, John Victor. *Op.cit.*, p.25; ARISTÓTELES. *Metereologia. II, 1. 353 b 6 (DK 12 a 27)* In: *Os pensadores* [...], pp. 21-2.

<sup>88</sup> Enfim, a nenhum indivíduo, a algo que possua características específicas e definidas, é dada a possibilidade de ser a força suprema do cosmos, sob pena de demolir os pressupostos sobre os quais a ordem de Anaximandro se fundamenta.



estabilidade do sistema.<sup>89</sup> Se, porventura, alguma das forças naturais viesse a deter a *monarchía* de tudo o que existe, como havia asseverado Aristóteles a este respeito, todas as outras “já teriam há muito sido destruídas”.<sup>90</sup> Sendo assim, a explanação para a equivalência de qualquer um dos elementos se fundamenta numa estrita lógica proporcional de oposição dos contrários; pois a cada avanço de uma potência, haveria um posterior recuo na exata medida do que fora excedido, causado pela reação da força adversária.<sup>91</sup>

Ademais, a utilização de um esquema geométrico para representar a ordem do mundo, abriria, espetacularmente, uma nova perspectiva a partir da qual as noções de “em cima” e “embaixo” cedem lugar à idéia de “centro”.<sup>92</sup> Portanto, todos os corpos celestes se encontram em posição de igualdade, precisamente devido às posições simétricas de cada um em relação ao diâmetro da circunferência sideral. Se a Terra localiza-se imóvel no centro do cosmos, é porque ela está a igual distância de tudo, e, por conseguinte, não precisa se apoiar em nada para permanecer fixa em seu lugar. Seu caráter central, contudo, não lhe conferiria uma dimensão mais elevada em comparação com as demais partes do universo. Pelo contrário, tal como a ágora situada no seio da pólis em formação, a centralidade da Terra simbolizava seu aspecto comunal, sua identificação completa com o todo.<sup>93</sup>

---

<sup>89</sup> Cf. VERNANT, Jean-Pierre. *Estrutura geométrica e noções políticas na cosmologia de Anaximandro* In: *Mito e pensamento entre os gregos*. [...], pp.212-3.

<sup>90</sup> ARISTÓTELES (Física 204 b 22) *apud* CORNFORD, F.M. *Op.cit.*, p.285.

<sup>91</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *Estrutura geométrica e noções políticas na cosmologia de Anaximandro* [...], pp.222-3.

<sup>92</sup> Vários exemplos, tanto na *Ilíada* quanto na *Odisséia* de Homero, demonstram que a idéia de centro, para os gregos, representava, ao menos desde aquela época arcaica, aquilo que era comum em contraposição ao particular, privado ou exclusivo. Portanto, a antiga percepção de que algo colocado no centro (*es méson*) representaria a coletividade, quando da ascensão da pólis adquire amplas proporções e acabaria por se tornar um conceito geral, de modo que, não só uma casta de guerreiros ou integrantes de um clã estariam orientados por esta noção, mas, daí em diante, toda a comunidade também consideraria, religiosamente, o centro da cidade (a praça pública) como algo pertencente a todos. Cf. DETIENNE, Marcel. *Op.cit.*, pp. 45-55; VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego* [...], pp.135-7. e também o item 1.3. desta dissertação.

<sup>93</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *Estrutura geométrica e noções políticas na cosmologia de Anaximandro* [...], pp.224-5.

Destarte, concebe-se uma realidade de tal forma que nada esteja em um plano superior ou externo em relação ao conjunto. O mundo não foi criado nem mesmo seria regido por uma potestade ou norma acima dele próprio. Na visão cosmológica de Anaximandro, a meio-caminho entre o novo e o arcaico, e destinada a exercer profunda influência sobre o modo de os gregos pensarem e organizarem o mundo, a ordem é imanente ao todo,<sup>94</sup> assim como a noção de justiça se confunde com a natureza das coisas.<sup>95</sup> Logo, o processo de formação e a maneira pela qual os corpos se dispõem e coexistem entre si, atestam esta configuração autônoma e igualitária do universo. Não há nada do lado de fora sustentando, envolvendo, dominando, determinando ou limitando o que existe. O cosmos, portanto, se auto-regula.<sup>96</sup> Aquém e além dele despontaria apenas o *indeterminado*.

### 1.3 PUBLICIZAÇÃO DO PODER E DO CONHECIMENTO: O PROCESSO DE CONVENCIONALIZAÇÃO

*“O mais difícil, porém, é chegar à percepção inteligente da medida invisível, ao fato de todas as coisas terem os seus próprios limites”.*

Sólon<sup>97</sup>

A extraordinária aparição do pensamento filosófico no cerne do panorama cultural grego anunciava-se enquanto um novo modo de interpretar e pôr em ordem a realidade. Ao lado disto, uma miríade de fatores de cunho econômico, tecnológico, político e social corroborava o estado

---

<sup>94</sup> *Ibid*, p.214.

<sup>95</sup> LUCE, John Victor. *Op.cit*, p.26.

<sup>96</sup> *Ibid*.

<sup>97</sup> SÓLON. Fragmento 19 *apud* JAEGER, Werner. *Op.cit*, p.188.

de amplas alterações estruturais.<sup>98</sup> Depois de adquirida e desenvolvida a capacidade argumentativa, já não poderia prolongar-se um quadro no qual poucos dominavam uma maioria através de fórmulas rituais mágico-religiosas ou sentenças intemporais, infalíveis e não-escritas com caráter jurídico e moralizante (as *thémistes*), ainda fundamentadas numa compreensão puramente mítica do que seria a justiça.<sup>99</sup>

Além disso, a grande massa de camponeses inconformados com a relação de subordinação frente aos *eupátridas*, proprietários das melhores terras, chegara a um ponto crítico e incontornável. Desta maneira, paradoxalmente, ao mesmo tempo em que parecia haver uma premência cada vez maior de união de forças entre os diversos grupos humanos localizados numa mesma região, em nome da defesa e da sobrevivência econômica do território considerado comum, vários tipos de conflitos, também provocados pelo aumento populacional excessivo, alastravam-se por todos os segmentos do organismo social.<sup>100</sup> A célebre onda migratória ocorrida nesta época – cite-se como exemplo – é consequência direta desta situação de grave crise experimentada pelas comunidades políticas gregas ainda incipientes.<sup>101</sup> Com efeito, tal confluência inédita de marcantes mutações envolvendo a quase totalidade dos fenômenos que constituíam a base da existência daqueles homens, preludiava a construção de um artefato moldado à imagem mais próxima que estes possuíam da harmonia e da perfeição: a pólis clássica.

Neste sentido, é mister observar que as transformações ocorridas em Atenas a partir de meados do período arcaico, até a derrota final para os macedônios (322 a.C), outorgam-lhe um papel de grande destaque, e importância difícil de ser exagerada, entre as demais localidades

---

<sup>98</sup>Cf. p.13 n.19 desta dissertação.

<sup>99</sup>Cf. DETIENNE, Marcel. *Op.cit.*, pp.24-32; MOSSÉ, Claude. *Atenas: A história de uma democracia*. [...], pp.12-3. e também pp.29-30 deste trabalho.

<sup>100</sup>Cf, FINLEY.M.I. *Os gregos antigos*. [...], pp.31-5.

<sup>101</sup> Cf.FINLEY. M.I. *Idade do bronze e idade arcaica*. [...], pp.101-8.

gregas. Nenhuma outra cidade helênica, salvo monumental engano, conheceu uma evolução histórica e política tão rica e tão patética. Nela está plasmado o que há de mais profundo e inquietante do caráter grego antigo. Suas múltiplas manifestações, os homens que lá viveram e os discursos que proferiram, mesmo nas vulgaridades perecíveis do dia-a-dia; tudo lhe atribuía, já naquele tempo, um aspecto grandioso e exemplar. De modo que, qualquer referência à espécie de cultura florescida nas cercanias do mar Egeu e alhures, no lapso dos quatro séculos, que vão de 700 a 300 a.C, precisa necessariamente abarcar Atenas – a pólis grega por antonomásia – em sua informação.<sup>102</sup>

Uma personalidade histórica com ressonâncias lendárias, cuja obra oferece o testemunho dos primórdios da participação ateniense no cânone das relevantes criações e acontecimentos helênicos é Sólon. Este homem, mercador viajante, poeta ao longo de toda a vida, e político-legislador durante um tempo determinado,<sup>103</sup> encarna a obstinada procura daquela civilização por uma medida que conferisse ordem e segurança para uma sociedade simultaneamente em crise e formação. Pois, tendo assumido o cargo de mediador e arconte em Atenas com a incumbência de promover uma ampla reforma capaz de garantir um estado de legalidade ao qual todos, independentemente da classe social, deveriam se curvar, realizou mudanças tão controversas quanto fundamentais.

Suas ações reformistas caracterizaram-se, então, por conceder liberdade irrestrita àqueles que se encontravam escravizados por dívidas hipotecárias (a *seisáchteia*, “anulação dos

---

<sup>102</sup> Um fato que indisfarçavelmente favorece muito a posição de grande evidência de Atenas no contexto helênico, é a enorme quantidade de documentos remanescentes em comparação com as outras cidades e regiões gregas. De qualquer maneira, nunca restaram dúvidas a respeito do caráter central ateniense, pois além de Atenas possuir a maior população e a maior área urbanizada de toda a Hélade, sua atividade cultural – assim como qualquer coisa que produzisse, no auge do seu domínio, atingiria, inevitavelmente, enormes proporções para os padrões da época – também era a mais intensa.

<sup>103</sup> JAEGER, Werner. *Op.cit*, p.177.

encargos”), proibindo para sempre este tipo de servidão, ao mesmo tempo em que evitavam a aspirada redistribuição das terras entre as camadas mais desfavorecidas da população.<sup>104</sup>

De qualquer maneira, a emancipação da massa camponesa autóctone de um estado indigno e servil, bem como a concessão de prerrogativas políticas proporcionais às condições econômicas dos cidadãos,<sup>105</sup> marca, junto com outras tantas medidas igualmente assentadas na força de uma lei pública, explícita e comum à totalidade dos indivíduos,<sup>106</sup> o momento em que a idealidade da pólis começava a se delinear.<sup>107</sup>

Deste modo, há um conjunto de mudanças psicológicas notáveis, desencadeadas precisamente nesta época, capazes de evidenciar a emergência da noção de comunidade política enquanto fato supremo na existência daquelas pessoas.<sup>108</sup> Assim, o que até então era devido de

---

<sup>104</sup> ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas* [...], p.31.

<sup>105</sup> Sólon teria dividido a sociedade em quatro classes censitárias, as quais acabariam por subsistir durante toda a história da Atenas antiga. Assim, os *pentacosiomédimnoi* e os *hippêis* eram os mais ricos da escala social, estando a eles reservados os cargos políticos mais importantes. Os *zeugitai*, por seu turno, seriam aqueles artesãos e pequenos proprietários de terras e comerciantes capazes de, adquirindo a panópia, se integrar ao exército dos hoplitas, e estando por isso habilitados a votar e a ocupar posições políticas menores. Por último, os *theées* provavelmente eram oriundos das classes populares recém emancipadas. Sua participação política, naquela época, ainda se restringia às votações nas assembléias. De qualquer modo, a sua inclusão nas votações atinentes aos assuntos da comunidade, é o primeiro momento de uma tendência a qual, à medida que a pólis se tornava mais democrática, se caracterizava por abranger em sua esfera espiritual, *todos* os cidadãos livres. Claude Mossé ressalta, ainda, a respeito das classes censitárias, que esta nova divisão, revelava “uma profunda alteração das mentalidades” ao substituir os antigos critérios aristocráticos, apoiados quase que exclusivamente na força da propriedade territorial, por outros novos, agora relativos à medida da produção agrícola, à idéia concreta de quantia, em detrimento da importância debitada à nobre origem. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.15; FINLEY, M.I. *Grécia primitiva: Idade do bronze e Idade arcaica*. [...], pp.133-4; PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*[...], pp.155-6; JAEGER, Werner. *Op.cit.*, p.272. e VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], p.99.

<sup>106</sup> As leis solonianas, a partir das informações de Plutarco, seriam gravadas e expostas ao conhecimento de todos em “molduras retangulares de madeira girantes, em torno de um eixo”, chamadas de “quírbéis”. A mobilidade dos quírbéis se destinava a permitir a leitura de quem quer que fosse. PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas [...], pp.154-5.

<sup>107</sup> Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos*. [...], p.38.

<sup>108</sup> A nova ordem nasce junto a um ideal de austeridade; a uma necessidade de comedimento que atravessa todos as manifestações sociais e se contrapõe frontalmente aos antigos hábitos ostentatórios aristocráticos. Desta maneira, tanto nos campos de batalha agora dominados pelo espírito de igualdade dos hoplitas, como na evitação do luxo excessivo, e mesmo na proibição imposta por Sólon às ruidosas lamentações fúnebres femininas, ressaltava-se a contenção. Daí em diante, era a cidade, e não os indivíduos, que deveria concentrar todo o luxo e a admiração. Logo, a magnífica glória de um soldado valoroso, pertenceria antes à pólis do que a ele mesmo, pois esta foi a forma

forma exclusiva ao universo familiar, começa, gradativamente, a transformar-se em dever absoluto para com a cidade. A lei torna-se algo a ser profundamente respeitado e mesmo temido. Por conseguinte, o homicídio deixa de ser uma questão privada,<sup>109</sup> e todos estão moralmente obrigados a denunciar qualquer espécie de crime que atente contra a ordem e a coesão social.<sup>110</sup>

Com efeito, tanto na filosofia da natureza de Anaximandro, como nas elegias morais e políticas de Sólon, encontra-se patente uma idêntica concepção da realidade no que tange a certeza da “inevitabilidade da retribuição”,<sup>111</sup> baseada na constatação de que o mundo é regido por ciclos, e, portanto, haveria uma ordenação imanente às próprias coisas. Destarte, o conteúdo da lei soloniana, a primeira a reportar-se a um sentido concreto de justiça, está totalmente enraizado na certeza religiosa de uma medida exterior aos homens, mas que, todavia, não lhes retiraria a responsabilidade pelas suas ações.<sup>112</sup>

A *eunomia* da sociedade, pois, assim como a ordem do universo, consiste em um equilíbrio harmonioso das diversas partes que a compõem.<sup>113</sup> Desta maneira, existiria uma

encontrada de, não suscitando divisões e invejas, garantir a superação das diferenças, promovendo, enfim, a união do grupo. VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], pp.68-9; JAEGER, Werner. *Op.cit*, p.176.

<sup>109</sup> VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], p.83. Na realidade, o primeiro legislador ateniense a formular leis que tratavam o homicídio como um problema de ordem pública, porém de maneira ainda bastante primitiva, teria sido Drácon.

<sup>110</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, IX.

<sup>111</sup> KIRK.G.S. e RAVEN.J.K. e SCHOFIELD.M. *Os filósofos pré-socráticos: história crítica com seleção de textos*. 4.ed. Trad. Carlos Alberto Louro Fonseca. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1994, pp120-1.

<sup>112</sup> JAEGER, Werner. *Op.cit*, p.180-1.

<sup>113</sup> Cumpre ressaltar que a visão eunômica de sociedade em Sólon é ainda essencialmente hierárquica. Assim, o recurso da divisão dos encargos e direitos sociais a partir das classes censitárias, a despeito da mudança dos critérios, desde então baseados na riqueza calculável dos cidadãos (produção de trigo), revela a intenção de conceder a participação nos assuntos da pólis, de acordo com o valor de cada um. De outra parte, o fato de todos, não importando a classe social, estarem submetidos a uma mesma lei e poderem participar das assembléias e tribunais, já aponta para um igualitarismo bastante diferente do período aristocrático anterior, caracterizado pela monopolização das decisões jurídicas por parte dos eupátridas. Vidal-Naquet a respeito da reforma constitucional de Sólon enuncia que ele ainda permaneceria no quadro de uma sociedade agrária porém teria rompido com os princípios de uma sociedade nobiliária. VERNANT, J.P. *Espaço e organização política In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], p.240; VERNANT. *As origens do pensamento grego*. [...], p.98; VIDAL-NAQUET, P. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. [...], p.176. Cf. a nota 103 desta dissertação.

legalidade natural e intrínseca ao acontecer dos fatos, de tal forma que nada escaparia à imputação divina e restauradora da ordem representada pela *Díke*.<sup>114</sup> Por outro lado, o estágio a que havia chegado o entendimento ético grego, já no período durante o qual Sólon escreve seus poemas e comina as leis para os atenienses, não poderia mais se coadunar com a idéia que, como observa Jaeger, Hesíodo, cem anos antes, fazia do castigo imposto pelos deuses através de pestes, abortos e más colheitas.<sup>115</sup> É a desmedida (*hybris*), peculiar a toda ação contrária ao direito, a toda discórdia entre concidadãos, a toda vontade arrogante de se fazer valer perante os demais, que engendraria a *stásis*,<sup>116</sup> desordem do organismo social, pondo em risco, tal como uma doença contagiosa, a sua existência.<sup>117</sup>

Portanto, o destino do homem não estava mais determinado de antemão. Entretanto, para que sua vida transcorresse de modo justo e correito, seus atos deveriam necessariamente encontrar-se em consonância com o ritmo próprio à existência, harmonizar-se com o natural ciclo e movimento das coisas;<sup>118</sup> enfim, procurar conformar-se a um padrão estável, porém nem sempre acessível à compreensão humana.

A noção de *eunomía*, pois, abrange e expressa de maneira exemplar dois vieses complementares da visão grega de mundo. Isto é, da mesma forma que o real se apresenta, em várias circunstâncias e sob muitos aspectos, enquanto algo opaco, um enigma insondável que arrebatava e restringe os propósitos humanos como para lembrá-los dos seus limites; a questão da responsabilidade do agente, da construção autônoma de cada destino individual ou coletivo,

---

<sup>114</sup> JAEGER, Werner. *Op.cit*, p.179. A etimologia da palavra *dike*, tida como uma divindade entre os gregos, estaria relacionada com as noções de mostrar e revelar.

<sup>115</sup> *Ibid.*

<sup>116</sup> A palavra *stásis* remontaria inicialmente à simples idéia de posição. Com o tempo, porém, passou a representar a idéia de desordem social, sedição, dissensão e guerra civil. Cf. FINLEY.M.I. *Democracy ancient and modern*. Revised edition. New Jersey, Rutgers University Press, 1996, p.44.

<sup>117</sup> JAEGER, Werner. *Op.cit*, p.179

nunca deixa de se contrapor – a partir do momento em que o homem passa a refletir acerca das possibilidades de participar ativamente na alteração da realidade circundante – àquilo que lhe manietava e ameaça sua independência.<sup>119</sup>

Assim, a despeito da sólida crença numa medida exterior e de caráter divino que influiria em todos os acontecimentos possíveis, alheios ou não à ação humana, o desenvolvimento progressivo da consciência moral grega promove uma discussão sem fim concernente ao que seria próprio dos deuses e o que dependeria, afinal, da intervenção única do homem.<sup>120</sup> Contudo, o que confere uma ambigüidade brutal e insanável a todo debate relativo à confrontação entre os planos laico e sagrado, é o fato de nunca ter ocorrido, inclusive em períodos tardios da história helênica, uma clara separação de tais domínios.<sup>121</sup>

Desta forma, o conceito de *eunomia*, ao menos desde Sólon, pressupõe que o homem seja o maior responsável frente a sua existência. Sem embargo, isto não impede, absolutamente, a participação de outras forças imponderáveis no seu destino. Logo, por mais auto-afirmativos que fossem, os gregos sempre estiveram atentos, em maior ou menor escala, à intromissão definitiva de fatores como, por exemplo, a fortuna (*týkhe*) na resolução dos seus conflitos.<sup>122</sup> Por outro lado, haveria um nexo causal entre a desdita e a *hýbris* negando a mera aleatoriedade, ou seja, ainda que a natureza do ilícito não se mostrasse apreensível e determinável, para todo tipo de ação desmedida sobreviria fatalmente alguma sanção.

---

<sup>118</sup> *Ibid*, p.180.

<sup>119</sup> Cf. *Ibid*, p.181.

<sup>120</sup> Esta ambigüidade impressa no coração da cultura helênica desde os tempos homéricos, acerca dos limites da participação humana no seu próprio destino, será debatida e levada ao paroxismo no decurso de todo o século V a.C., a partir, principalmente, da tragédia ática e dos seus maiores expoentes, Ésquilo, Sófocles e Eurípides. Cf. o item 2.2, *infra*.

<sup>121</sup> Cf. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. Trad. Yvette Vieira Pinto de Almeida. Brasília, Editora UnB, 1998, p.33.



Neste sentido, a afirmação de que a justiça entre os gregos antigos, até mesmo após a revolução sofística,<sup>123</sup> manteve-se de certa maneira vinculada a uma ordem teológica, também está obrigada a levar em conta a especificidade da relação daqueles homens com os seus deuses; pois desde quando se estipularam as condições para o aparecimento de convenções suficientemente lógicas e palpáveis, tais como a norma escrita e o padrão monetário estatal, a abstração acerca de uma medida exterior, divina e em grande parte invisível ao homem, tão-somente refletia e prolongava o seu esforço positivo para legislar o mundo,<sup>124</sup> ao mesmo tempo em que o incitava a descobrir e arrostar as próprias limitações. De qualquer modo, deve-se enfatizar o caráter genuíno do respeito de Sólon para com o que lhe parecia oculto, assim como a crença verdadeira, expressa na sua poesia, votada a uma justiça muito maior e mais poderosa do que os ditames puramente humanos poderiam alcançar.<sup>125</sup>

Com efeito, a percepção cada vez mais acentuada a respeito das possibilidades reais do homem transfigurar o espaço exterior e conclamar para si a responsabilidade total perante os seus feitos, sugerida a partir das suas variegadas criações – sobretudo entre os meados dos tempos arcaicos e o fim da era clássica – bate-se, sob os olhos extemporâneos da modernidade atomizada, voluntarista e “desencantada”, frontalmente com uma postura demasiado religiosa e dependente da compreensão propugnada pelo grupo (*êthos*).<sup>126</sup>

---

<sup>122</sup> A respeito da influência da *týkhe* nos negócios humanos, cf. VIDAL-NAQUET, P. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. [...], p.107 e VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], p.60.

<sup>123</sup> Cf. o subitem 3.1.1. acerca do movimento sofístico.

<sup>124</sup> VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], p.91.

<sup>125</sup> Cf. JAEGER, Werner. *Op.cit.*, pp.302-3.

<sup>126</sup> A respeito do tipo de relação existente entre o homem grego e o sagrado, Jean-Pierre Vernant observa que a religião, para eles, assumia contornos eminentemente políticos, de tal maneira que não deveria, de modo algum, ser omitida a sua participação na construção e nos assuntos fundamentais da cidade clássica. Desta maneira, depois de chamar a atenção para o fato de o conceito de individualidade, da forma como é sentido e compreendido pelos modernos, simplesmente não existir entre os antigos, Vernant enuncia que “o religioso, por ser sociopolítico, é muito mais uma forma de vida social e de vida coletiva do que, primeiramente, uma forma de experiência pessoal e de

Portanto, é neste cenário em que os deuses se imiscuem na vida dos homens – sendo o hábito de oferecer sacrifícios públicos, construir altares e celebrar grandes festividades religiosas uma prática ubíqua ao longo de todo o apogeu grego, provocando desta sorte um *cul-de-sac* hermenêutico, tendo em vista a extrema dificuldade em trabalhar com uma razão não totalmente secularizada que seja distinta da cristã – sobre o qual será “inventada” a política.<sup>127</sup> Uma política que, não obstante certa influência divina, será feita pelos homens e para os homens.<sup>128</sup> Assim, se todas as assembléias e julgamentos sempre precisavam começar com algum rito ou oferenda, tal prática mais conferia a solenidade necessária para o início e o desenvolvimento dos trabalhos públicos, do que qualquer outra função de ordem decisiva. A discussão era travada num plano totalmente humano, no meio dos cidadãos; assim como a conclusão a que chegavam dependia única e exclusivamente do que haviam antes deliberado.<sup>129</sup>

Doravante, o mais importante de tudo seria a palavra, de modo que a capacidade de persuadir os outros por via de um encadeamento lógico, atraente e impactante de idéias era onde

---

relação pessoal com a divindade”. VERNANT, J.P. *Entre mito e política*. [...], p.202. Também acerca deste ponto relativo à influência da religião sobre a pólis, Ilias Arnaoutoglou escreve que “as pólis gregas não eram só comunidades políticas, eram também comunidades religiosas. O aspecto religioso da pólis é muito predominante para ser ignorado”. ARNAOUTOGLU, Ilias. *Leis da Grécia antiga*. Trad. Ordep Trindade Serra, Rosiléa Pizarro Carnelós. São Paulo, Odysseus, 2003, p.XXXI.

<sup>127</sup> É Moses Finley quem se utiliza desta expressão para referir-se ao fato de os pressupostos fundamentais que caracterizariam a atividade política, terem sido expostos e vivenciados, originalmente, pelos gregos. Cf. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. [...], p.32.

<sup>128</sup> Com efeito, M.I. Finley assevera: “Essa insistência no caráter secular da vida pública parece negligenciar a religiosidade ubíqua dos gregos. Havia altares por toda parte; nenhum ato público (e poucos atos privados sérios) era realizado sem um sacrifício inicial; o juramento era o endosso habitual em acordos públicos; os deuses eram consultados por meio de oráculos e de outros modos, e partilhavam as vitórias; a realização de festivais religiosos importantes era de responsabilidade do Estado, bem como o castigo pela irreverência e a blasfêmia. Entretanto, nem no período clássico nem no helênico essa ponderável quantidade de atividades rituais colidia, normal ou seriamente, com as atividades políticas, ou delas divergia”. *Ibid*, p.33.

<sup>129</sup> Ainda acerca deste suposto paradoxo, qual seja o problema da religiosidade impressa nas manifestações políticas e culturais durante o período clássico, Mario Attilio Levi observa: “A cultura ateniense cala-se sobre os pressupostos religiosos, mas não os nega: serviço e sacrifício pela pólis apresentam sempre a motivação do vínculo de confraternidade de crentes, que se encontra na base de toda pólis e de toda politéia”. LEVI, Mario Attilio. *Péricles: um homem, um regime, uma cultura*. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1991, p.259.

residia o princípio de toda a autoridade e *areté* política.<sup>130</sup> Por conseguinte, quiçá nunca nenhuma outra sociedade tenha dado tamanha importância ao papel da oralidade quanto os gregos de outrora. A faculdade argumentativa irrompe, entre eles, enquanto um êxtase da linguagem e, logo, como uma forma de dominação sobre outrem.<sup>131</sup> O verbal despe-se do seu caráter mágico e sentencioso para assumir uma preeminência sustentada nos diálogos contraditórios, no livre e frenético comércio das opiniões e na propagação *urbi et orbi* do pensamento impulsionada pela escrita; afirma-se, enfim, na substancialidade mesma do discurso enunciado. É um outro estatuto que a palavra adquire. O seu novo domínio define a forma de racionalidade em ação no seio da cidade. O *lógos*, pois, inserido em um contexto no qual a publicidade surge como uma exigência, e em que se alarga paulatinamente o acesso ao universo espiritual da pólis, até a inclusão completa de todo o *démos*,<sup>132</sup> torna-se o “instrumento político por excelência”.<sup>133</sup>

Neste processo de abertura e vulgarização do poder, a lei escrita e comum a todos ocupa um lugar central. Desta maneira, constrói-se a partir de uma norma estatal, garante da ordem pública, e situada acima de qualquer divisão hierárquica ou particularismo, o elo que fortalece as relações dentro da comunidade. Com efeito, é a existência de um direito codificado, instituído durante o calor de uma situação crítica limiar à completa anomia na qual várias facções, ao mesmo tempo em que lutavam entre si, exigiam o cumprimento das suas expectativas; o fato que possibilita a aglutinação das múltiplas formas sociais e a convergência das diferenças para algo colocado sobre e além delas. Ademais, a aparição da lei escrita, promulgada pelos órgãos legislativos do Estado soberano, não só tinha o efeito de garantir uma prestação de justiça

---

<sup>130</sup> VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], pp.53-4.

<sup>131</sup> DETIENNE, Marcel. *Op.cit*, p.51.

<sup>132</sup> VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], p.55

<sup>133</sup> DETIENNE, Marcel. *Op.cit*, p.54.

igualitária, visto que todos, da nobreza à plebe, estavam a ela submetidos da mesma forma,<sup>134</sup> como também trazia em seu bojo os novos valores éticos e políticos, fundamentos de uma textura diversa de realidade.<sup>135</sup>

Assim, o que antigamente era exclusivo a uma casta de nobres guerreiros, generaliza-se de modo gradual no transcurso das décadas dos séculos VI e V a.C. Superpondo-se ao princípio eunômico de organização da sociedade, propugnado por Sólon e, a despeito da sua significação revolucionária, bastante afeito a uma estrutura hierárquica; a isonomia promove outra mudança constitucional ainda mais profunda do que a soloniana.<sup>136</sup> Pois, é apenas a partir da plena vigência desta regra de igualdade absoluta que o sentimento democrático ganha um caráter real, encontra o arcabouço necessário para se desenvolver até finalmente vir a confundir-se com a própria idéia da pólis ateniense. Desde então, a comunidade tornada homogênea, e organizada como se fora um universo autônomo e encerrado nele mesmo, com suas manifestações singulares e um modo particularíssimo de refletir sobre si própria,<sup>137</sup> faz com que, conforme observou

---

<sup>134</sup> Neste sentido, Simone Goyard-Fabre observa que “a autoridade da norma legal impõe-se como um desafio à desordem e à arbitrariedade: opõe o ideal de uma vida civilizada à espontaneidade anárquica dos bárbaros, isto é, dos não-gregos; e veicula um ideal democrático erigido contra a arbitrariedade da tirania”. GOYARD-FABRE, Simone. *Os fundamentos da ordem jurídica*. [...], p.08.

<sup>135</sup> Sobre a importância da lei escrita na formação de um novo tipo de homem e de sociedade, Cf. JAEGER, Werner. *Op.cit*, pp.142-4.

<sup>136</sup> Para Vernant, Sólon ainda estaria em um plano pré-político, porquanto suas atividades de sábio, poeta e mediador, bem como a sua reputação de homem de moral ilibada, colocavam-no “fora do jogo”, alheio às maquinações das famílias poderosas para controlar o poder. Sua função, pois, seria mais a de restabelecer a ordem da cidade, purificando-a da sua *hybris*, apaziguando os seus conflitos quase como um oráculo faria, do que, propriamente, assumir a sua autoridade promovendo as condições para um debate contraditório entre as diversas classes sociais. Prova disto, é a sua retirada voluntária de cena logo após ter encerrado aquilo que considerava como uma missão, fato tão admirável à análise moderna, que fez com que Jaeger declarasse que jamais um estadista teria se elevado tão acima da vontade de poder como Sólon. Por estas razões, pertencendo a um tempo em que a atividade política, tal como passou a ser exercida no século seguinte, ainda não existia, seria anacrônico considerá-lo como o fundador da democracia. VERNANT, J.P. *Entre mito e política*. [...], pp.222-3; JAEGER, Werner. *Op.cit*, p.186.

<sup>137</sup> Vide, entre outras manifestações de caráter eminentemente público, as celebrações comunitárias, tais como as festas dionisíacas e o teatro, assim como os monumentos arquitetônicos erguidos em honra aos deuses que protegiam a cidade. Sobre este aspecto em particular, qual seja o da relação imediata das criações culturais helênicas com a noção que esta sociedade possuía de si mesma, cf. o item 2.2 desta dissertação intitulado “O pensamento e a cultura democrática ateniense”.

Hanna Arendt, o homem descubra “uma espécie de segunda vida, o seu *bíos politikós*”, <sup>138</sup> a sua condição de animal político.<sup>139</sup>

De qualquer maneira, precisaria que ocorresse uma ampla reforma das instituições sociais para a transformação de um conjunto heterogêneo de tribos – cada uma com um sistema privado de costumes, ritos e crenças – em uma cidade cujo atributo preponderante fosse a semelhança incondicional daqueles que participassem da atividade pública. <sup>140</sup> É, portanto, Clístenes o personagem histórico responsável direto pela instauração de uma ordem propriamente política, <sup>141</sup> caracterizada pela intensa discussão, num plano pacífico, livre e de equivalência de condições, acerca daquilo que é considerado comum a todos. Sua reforma (508-507 a.C) consistiu basicamente em eclipsar a importância, até então predominante, das unidades sociais baseadas nas relações de parentesco de forma a permitir a construção de um espaço cívico centralizador, <sup>142</sup> organizado a partir de uma concepção urbanística geométrica, <sup>143</sup> de tal maneira que todas as possíveis diferenças e particularidades existentes no território ático fossem “misturadas”, <sup>144</sup> reunidas no tecido político e ainda, necessariamente, obtivessem o igual direito-dever de representação nos negócios públicos.<sup>145</sup>

<sup>138</sup> ARENDT, Hannah. *A condição humana*. 10.ed. Trad. Roberto Raposo. Rio de Janeiro, Forense Universitária, 2001, p.33.

<sup>139</sup> ARISTÓTELES. *Política*, 1253 A.

<sup>140</sup> DETIENNE, Marcel. *Op.cit*, p.52.

<sup>141</sup> VERNANT. *Espaço e organização política na Grécia antiga In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], p.228.

<sup>142</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *A condição humana*. [...], pp.33-4.

<sup>143</sup> VERNANT, J.P.. *Espaço e organização política na Grécia antiga In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], pp.227-46.

<sup>144</sup> ARISTÓTELES. *A Constituição de Atenas*. [...], XXI, 2. A reforma cívica de Clístenes provocou a transformação das quatro antigas *phylai*, organizadas fundamentalmente a partir de relações de parentesco, que constituíam a região ática em dez circunscrições territoriais (*démos*) subdivididas em três distritos (*trýtias*) localizados, respectivamente, no litoral, interior e cidade. Deste modo, promovia-se a integração de toda a Ática, na medida em que as arcaicas identidades familiares e regionais davam espaço a uma organização política centralizada, doravante, na urbe, e na qual todos os dez *démos* possuíam idêntica representação. .

<sup>145</sup> Ao fundamentar os novos pressupostos da cidade, a reforma clisteniana não proíbe que as famílias continuem celebrando suas antigas tradições. Sua intenção, portanto, não era fulminá-las, mas fazer com que estas ganhassem uma nova dimensão, de cunho doméstico, subordinadas a uma esfera limitada, em contraposição às manifestações

Assim, a pólis realizava, de chofre, a união do território ático, superando renitentes diferenças relativas à classe social ou posição geográfica dos *démos*, para promover uma mutação completa da mentalidade daquele povo. Por conseguinte, a edificação da cidade enquanto um lugar coletivo e igualitário por excelência, implicava a emergência de um espaço público pertencente a todos (*ta koina*),<sup>146</sup> a disposição de todos os atributos comuns no centro (*és méson*) do grupo humano.<sup>147</sup> Estando localizada no coração da urbe, a ágora significava aquilo que rigorosamente pertencia e se referia a todos os cidadãos, sem distinção alguma. Logo, é nela que se encontram a *Hestia koiné*, lareira comum da pólis e símbolo máximo da sua unidade, e a *Boulé dos Quinhentos*,<sup>148</sup> o Conselho deliberativo e, na medida em que a partir de um relatório (*proboulema*) preparava as sessões da Assembléia popular, o principal órgão político da cidade - ou pelo menos vital para o funcionamento de forma equilibrada do governo democrático –<sup>149</sup>,<sup>150</sup> composto de cinquenta representantes de cada uma das dez tribos que formavam Atenas.<sup>151</sup>

Com efeito, o Estado emerge enquanto ente social supremo, início e fim das aspirações dos seus cidadãos, fonte maior da ética do seu tempo. Daí em diante, pelo menos nos cento e oitenta anos seguintes, a política será exercida de uma maneira tal, que acabará sendo confundida com a própria natureza do homem.

---

comuns, abertas a todos os cidadãos. Desta forma, os cidadãos passavam a viver em dois planos de existência complementares e não divergentes: um público e um privado. Cf. *supra* a página 52 deste trabalho.

<sup>146</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A polis grega e a criação da democracia In: As Encruzilhadas do labirinto II.- Os domínios do homem*. [...], p. 311.

<sup>147</sup> VERNANT, J.P.. *As origens do pensamento grego*. [...], p.135.

<sup>148</sup> A respeito do funcionamento da *Boulé*, veja o item 2.3. sobre os órgãos político-judiciários atenienses.

<sup>149</sup> Neste mesmo sentido, Claude Mossé observa que a “*Boulé dos Quinhentos*, efetivamente, constituía um mecanismo essencial ao bom funcionamento da democracia”. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*. Trad. João Batista da Costa. 3.ed. Brasília: UnB, 1997, p.109.

<sup>150</sup> No tempo da democracia radical (séc. IV a.C), época considerada decadente, a Assembléia tornou-se o órgão central da política ateniense. No período clássico, a maioria das decisões da Assembléia provinha das discussões travadas na *Boulé*. Para maiores informações acerca desta instituição, cf. o subitem 3.3.1.2 deste trabalho.

<sup>151</sup> VERNANT, J.P. *Espaço e organização política na Grécia antiga In: Mito e pensamento entre os gregos*. [...], pp.229-30.

## 2 O IDEAL DA PÓLIS DEMOCRÁTICA

### 2.1 O ADVENTO DA CIDADE

*“Orgulhoso e quieto, o estado avança: quem o conduz pela mão é a magnífica mulher que floresce, a sociedade grega. Por esta Helena, ele fez aquela guerra – que juiz de barba grisalha poderia condená-lo?”*

Nietzsche<sup>152</sup>

É logo após a reforma de Clístenes,<sup>153</sup> no apagar das luzes do século VI a.C, que Atenas assume os contornos os quais, não obstante as diversas e incessantes mudanças sofridas pelas suas instituições no período clássico – principalmente sob a égide de Efialtes e Péricles –, seriam lembrados como definitivos e acabariam lhe outorgando a condição de pólis grega por excelência.<sup>154</sup> Desta maneira, as características fundamentais da cidade clássica estavam assentadas sobre as noções de soberania, auto-suficiência (*autarkéia*), urbanização desenvolvida ao redor da ágora e de uma comunidade político-jurídico-religiosa organizada principalmente a partir de leis emanadas dos seus órgãos representativos.<sup>155</sup>

<sup>152</sup> NIETZSCHE, F. *O estado grego In: Cinco prefácios para cinco livros não escritos*. [...], p.54.

<sup>153</sup> Cf. o subitem 1.3. *supra*.

<sup>154</sup> Tendo em vista a importância já destacada e a quantidade de informações detalhadas sobre Atenas, esta dissertação, seguindo uma tendência comum dos estudos helenistas, assume-a como o *modelo de cidade-estado clássica democrática*. Isto não impede que, na medida do oportuno e do necessário, sejam feitas alusões às outras pólis gregas. Da mesma forma, deve-se ressaltar a existência de cidades gregas, na época clássica, com estruturas de governo bastante diferentes em comparação com a democrática. Deste modo, por exemplo, Esparta, quase tão célebre quanto Atenas, destacava-se como uma pólis oligárquica completamente militarizada. No subitem 2.1.3. esta dissertação tratará da relação de Atenas com as outras cidades-estado gregas.

<sup>155</sup> No entanto, o caráter eventualmente representativo da máquina administrativa da pólis ateniense não vai absolutamente de encontro à natureza eminentemente direta do seu regime democrático, nem se confunde, em princípio, com as modernas democracias representativas, posto que, conforme observa M.I. Finley, “[...] nenhuma comunidade tão complexa quanto Atenas poderia funcionar sem delegar muito do trabalho diário do governo e da administração a indivíduos ou a pequenos grupos. A verdadeira questão está no poder. Em uma democracia representativa, o controle popular fica restrito à escolha de funcionários e de uma assembléia legislativa, seguida pelo direito de rejeitá-los em eleição subsequente. Numa democracia direta, não há simplesmente um controle

Situada em um território relativamente exíguo, via de regra premida entre as montanhas e o mar; muito mais do que uma denominação topográfica, a pólis era, antes de tudo, uma abstração psicológica; tratava-se, pois, de uma comunidade cívico-religiosa (*koinônia*),<sup>156</sup> confundindo-se inteiramente com os seus próprios habitantes.<sup>157</sup> Desta feita, durante o ápice da sua influência cultural, os cidadãos gregos, tomados de uma admiração sagrada, invariavelmente reportavam-se a ela invadidos por um orgulho cívico profundo. Assim, refletida no discurso peremptório de Aristóteles – homem que presenciou, talvez de forma um tanto inadvertida, o declínio final da sua pujança –, segundo o qual não haveria maior bem do que o praticado sob os augúrios da cidade,<sup>158</sup> encontra-se, provavelmente, a melhor definição referente ao significado do Estado para os antigos helenos.<sup>159</sup>

Pois, esta certeza estava entranhada de tal maneira naqueles homens, que se lhes tornava impossível conceber uma existência humana digna e civilizada fora dos limites e dos princípios da pólis<sup>160</sup> – recentíssima e vigorosa condição política confundia-se, então, com a *phýsis*.<sup>161</sup>

---

indireto, mas uma soberania popular imediata [...]”. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*. [...], p.36.

<sup>156</sup> Cf. *Ibid.*, p.18.

<sup>157</sup> Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], pp.47-50.

<sup>158</sup> O texto aristotélico em questão é o seguinte: “[...] se todas as comunidades visam a algum bem, é evidente que a mais importante de todas elas e que inclui todas as outras tem mais que todas este objetivo e visa ao mais importante de todos os bens; ela se chama cidade e é a comunidade política”. ARISTÓTELES. *Política*, 1252 a. 3.ed. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora UnB, 1997, p.13.

<sup>159</sup> Partindo do princípio de que o todo deve necessariamente ter precedência sobre as partes, Aristóteles assevera que, do mesmo modo, a cidade deve ter precedência sobre a ordem familiar e sobre cada indivíduo em particular. ARISTÓTELES. *Política*, 1253 a.

<sup>160</sup> *Ibid.* A respeito da compreensão histórica dos próprios gregos, Vidal-Naquet observa: “a pólis é o quadro natural sem o qual a história é propriamente incompreensível [...]”. VIDAL-NAQUET, P. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. [...], p.99.

<sup>161</sup> O convencional (*nómos*), em uma sociedade como a ateniense, lançando mão da classificação do antropólogo Louis Dumont, de tipo *tradicional holista*, a qual, por sua vez, se contrapõe às sociedades individualistas modernas, era amiúde tomado como se pertencesse à seara do natural (*phýsis*). DUMONT, Louis. *O individualismo: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. Trad. Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985, pp.38-41. Assim, conquanto um processo de individualização, dessacralização e conseqüente ruptura consciente entre a natureza e o social já se torne evidente a partir dos sofistas, a civilização grega caracteriza-se, em última análise, por elevar a cultura à condição de natureza sacrossanta sob a forma de ritual. Sobre este respeito, cf. o posfácio de GUINSBURG, J. *Nietzsche no teatro In: NIETZSCHE, F. O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo* [...], p.158.



Aquelas estruturas comunitárias exclusivas e de dimensões assaz reduzidas – se confrontadas com as megalópoles modernas – eram portanto o seu universo vital, seu horizonte último e intransponível.<sup>162</sup> Por conseguinte, conforme as palavras de M.I.Finley, “[...] o poder da pólis grega era total, era a fonte de todos os direitos e obrigações, e a sua autonomia abrangia todas as esferas do comportamento humano, sem exceção”.<sup>163</sup> Do mesmo modo, Werner Jaeger observa que “[...] a antiga cidade-estado era para os cidadãos a garantia de todos os princípios ideais da vida; *politeústhai* significa participar na existência comum”.<sup>164</sup>

Neste sentido, Fustel de Coulanges, ao discorrer acerca do sentimento cívico dos antigos, observou lapidarmente que o indivíduo politizado não poderia ser homem noutra lugar salvo em sua pátria;<sup>165</sup> o homem se define, antes de tudo, pela sua filiação à pólis.<sup>166</sup> Uma consequência disto, era a insuperável condição de isolamento político em que viviam as cidades gregas, sem exceção. Assim, o fato de poder haver intensas relações comerciais entre elas, uma religião comum evidenciada nos santuários e festividades pan-helênicas ou, se eventualmente, juntas terçavam armas contra uma ameaça externa, tais manifestações de unidade eram sempre efêmeras ou precárias e não contradiziam a radical impossibilidade – enquanto durasse a independência

---

<sup>162</sup> Embora as pólis fossem aglomerados urbanos de tamanho modesto – fato vantajoso ao ver de Aristóteles -, com população média não superior a vinte mil habitantes (Atenas era a maior de todas, e possuía, no seu apogeu, cerca de duzentos e cinquenta mil almas, incluindo mulheres, crianças e escravos), isto não impedia que apresentassem as condições necessárias para o convívio dos seus habitantes de um modo plenamente civilizado. Assim, além de todas elas possuírem água encanada, áreas arborizadas e mecanismos de defesa contra quaisquer ataques externos, eram organizadas de forma a possibilitar um ritmo intenso de atividades políticas. ARISTÓTELES. *Política*, 1265 a; FINLEY, Moses I. *A cidade antiga: de Fustel de Coulanges a Max Weber e além In: Economia e sociedade na Grécia antiga*. Trad. Marylene Pinto Michael. 2.ed. São Paulo, Martins Fontes, 2002, p.04; FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.49.

<sup>163</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.50.

<sup>164</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.146.

<sup>165</sup> COULANGES, Fustel de. *Op.cit.*, p.159.

<sup>166</sup> MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates*. Trad. Arnaldo Marques. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1990, p.144.

desta civilização – de as cidades-estado gregas virem a formar um todo homogêneo e solidário.<sup>167</sup>

A autonomia, pois, tanto política quanto econômica, se afigurava como a *raison d'être* de todas as póleis dignas desta alcunha e aspecto essencial de suas constituições.<sup>168</sup>

De qualquer maneira, é sempre bom lembrar que o caminho através do qual se atingiria a contemplação sóbria e percuciente do tipo de vida levado há mais de dois mil e trezentos anos naquelas “instituições ridiculamente limitadas” mas ao mesmo tempo imersas em um *pathos* tão grave quanto monumental,<sup>169</sup> em que pese a quantidade bastante considerável de registros vários não apenas confiáveis como clássicos e fundamentais, é marcado por sérias omissões e falsos atalhos.

Isto posto, defronte deste objeto elusivo e temporalmente longínquo, será mister precaver-se, mais uma vez, contra proposições definitivas: não há, em se tratando da Grécia antiga, teorias incontestáveis e certezas imunes – além das históricas e arqueologicamente comprovadas – a qualquer investigação interpretativa renovada, o que existem são construções lógicas moldadas

---

<sup>167</sup> Reforçando a afirmação perante a qual o sentimento de unidade entre as várias comunidades gregas possuía limites claros ou pelo menos se expressava de uma maneira bastante singular e incompatível com a perspectiva moderna do que seja uma nação, os helenos antigos nunca pareceram possuir qualquer tipo de pejo em escravizar gregos de outras regiões, ou, ainda, de guerrear brutalmente entre si. Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos*. [...], p.45.

<sup>168</sup> A auto-suficiência econômica de uma cidade, tendo em vista a distribuição irregular dos recursos naturais por toda a Hélade, revelava-se mais como um ideal e uma capacidade de empreender relações comerciais de modo competitivo, do que, propriamente, poder dispor dos bens considerados necessários em seu próprio território. A este respeito, Toynbee observa que a revolução sócio-econômica, em curso desde o séc. VIII a.C., tornara as comunidades gregas interdependentes, criando, desta forma, um conjunto econômico que englobava não só as póleis nas cercanias do mar Egeu, mas também as colônias gregas espalhadas ao redor do mares Mediterrâneo e Negro. Tal ocorrência, na medida em que diversificava a oferta dos produtos e intensificava a sua circulação, influía profundamente na estrutura social das cidades. Conseqüentemente, artesãos e pequenos camponeses passam a ganhar uma importância política cada vez maior, contrapondo-se à hegemonia aristocrática. Sendo assim, a pólis clássica pressupõe necessariamente um estado evolutivo no qual já houve a união dos diversos modos de existência econômica e social. Neste sentido, Finley chama a atenção para o que ele considera o ponto de partida fundamental do estudo da cidade antiga: a ligação entre a cidade e o campo. TOYNBEE, Arnold J. *Helenismo: História de uma civilização*. [...], pp.80-1; FINLEY, Moses I. *A cidade antiga: de Fustel de Coulanges a Max Weber e além* [...], p.07. Sobre a união do espaço urbano com o rural como *conditio sine qua non* para a formação da cidade-estado clássica, inaugurada por Clístenes, remeta-se também a VERNANT, J.P. *Espaço e organização política na Grécia antiga*. [...], pp.233-4.

<sup>169</sup> A expressão entre aspas encontra-se em: NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. Tradução, notas e posfácio de J. Guinsburg. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.92.

de acordo com um enfoque determinado, ou, ainda, sujeitas à posterior revisão. A moderna tradição dos estudos helenistas, iniciada com o Iluminismo e notória por maravilhosos anacronismos,<sup>170</sup> sugestivas contradições e lacunas deveras reveladoras do viés ideológico sempre presente por detrás da pesquisa, só vem a corroborar esta advertência.<sup>171</sup>

Feita esta ressalva, buscar-se-á, a seguir, ao longo deste segundo capítulo, um vislumbre sobre os traços mais fundamentais e característicos da pólis clássica; ou melhor, a partir das manifestações de sentido impressas nas instituições políticas, celebrações religiosas, fatos históricos e obras remanescentes as quais de alguma forma exprimem o seu imaginário coletivo,<sup>172</sup> procurar reter os aspectos vitais daquele mundo, oferecendo, assim, uma noção definida acerca do tipo de sociedade formada no seio da cidade democrática. Dito de outra forma e um pouco além, quer-se entender de que maneira a democracia era propalada até vir a se constituir enquanto um princípio hegemônico de uma cidade que, não obstante os ferozes e brilhantes ataques perpetrados pelos antipáticos ao governo do povo e as adversidades oriundas de guerras,

---

<sup>170</sup> A respeito da tradição moderna dos estudos helenistas, e de como a ideologia iluminista dos séculos XVII e XVIII d.C. se utilizou de vários princípios da cultura política helênica para balizar os seus próprios valores, cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *A democracia ateniense em 1788 In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. [...], pp. 211-58.

<sup>171</sup> Sobre este aspecto, Nicole Loraux tece o seguinte comentário: “[...] o historiador da Antiguidade, sem se livrar das sugestões de seu próprio campo cultural, aborda o estudo da pólis grega clássica à luz dos interesses intelectuais, políticos e nacionais que constituem seu presente [...]”. LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. Trad. Lílian Valle. 1. ed. Rio de Janeiro, Editora 34, 1994, p.24. M.I.Finley, por sua vez, pensa que “o historiador se posiciona não só a partir das fontes antigas, mas também de seu mundo contemporâneo – o passado sempre é visto no contexto das categorias e debates presentes”. FINLEY, M.I. *Introdução à edição inglesa In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.XVIII. No mesmo sentido, Castoriadis, acerca da moderna investigação historiográfica da Antiguidade clássica, após asseverar que “o antigo entra no novo com a significação que o novo lhe dá, e não poderia entrar nele de outra maneira”, fulmina: “quase não é necessário acrescentar que esses estudos nos informam muito mais sobre os séculos XVI ou XVIII ou XX do Ocidente do que sobre a Antiguidade clássica”. CASTORIADIS, Cornelius. *O imaginário: a criação no domínio social-histórico In: As encruzilhadas do labirinto II – os domínios do homem (...)*, pp.246-7.

<sup>172</sup> As significações imaginárias de uma sociedade, expressão e conceito cunhados e largamente utilizados por Castoriadis ao largo de sua obra, grosso modo, seriam o conjunto de representações criadas por cada cultura particular, a partir das quais estas, ao mesmo tempo em que apreenderiam a realidade exterior, refletiriam sua própria identidade.

pestes e escassez de alimentos, permaneceu radicalmente democrática até o termo da sua independência política.<sup>173</sup>

Portanto, parte-se do pressuposto de que é por meio da leitura crítica dos valores propugnados dentro do espaço social que se torna possível uma interpretação sobre o mesmo. Reiterando tal oportuno truísmo, não bastaria a fria análise de dispositivos político-jurídicos para se chegar a alguma reflexão que se pretenda minimamente fecunda. O fenômeno democrático ateniense não se exaure em suas assembléias populares e práticas judiciárias<sup>174</sup> – a despeito, bem entendido, da enorme importância e papel fundamental destes –, nem tampouco possuiria uma via de acesso pronta e imediata: estando dispersa no *ethos* de uma civilização marcadamente desprovida de limites claros e evidentes entre as esferas estatal, cultural, religiosa e social, a democracia, na forma como era exercida, sentida e pensada pelos cidadãos gregos, constitui-se enquanto um problema em certa medida insanável, ou, no mínimo, irreduzível a um único esquema explicativo.<sup>175</sup>

Pois, a Atenas que surge e se desenvolve ao longo do século V a.C., fundamentada sobre o princípio da soberania coletiva, orgulhosa do seu poderio militar (principalmente após ter liderado a vitória grega sobre os persas) e catapultada à condição de centro cultural, político e econômico da Hélade inteira – ou seja, do Ocidente –, é, como todo grande personagem, atravessada pelo signo da ambigüidade. Em face disto, tanto a tragédia quanto a primeira sofística

---

<sup>173</sup> Salvo duas revoluções oligárquicas (411 e 404 a.C) de curta duração, mas de profundas conseqüências, provocadas pelos reveses atenienses sofridos na Guerra do Peloponeso, Atenas manteve-se sob a égide do princípio democrático desde as reformas de Clístenes (506 a.C) até a capitulação final diante dos macedônios em 322 a.C.

<sup>174</sup> Seja como for, esta passagem não tem o pendão de insinuar absurda e temerariamente a respeito de uma possível inutilidade dos estudos das instituições políticas atenienses. Isto posto, sobre o funcionamento e a estrutura dos órgãos públicos da Atenas clássica, cf. o capítulo 3 desta dissertação.

<sup>175</sup> Acerca da impossibilidade de reduzir o problema da democracia antiga a uma ou algumas causas explicativas, cf. as páginas 10 e 11 desta dissertação. Sobre a maneira como o espírito democrático era compreendido pelos gregos, veja, *infra*, o item 2.2.

– contemporâneas necessárias do apogeu da cidade clássica – encontrarão nos interstícios, imprecisões e antinomias dos discursos justificadores daquela realidade o substrato para os seus questionamentos e representações.

A pólis, com efeito, nunca deixou de ser um enigma em relação a si mesma – e é pertinente inferir que boa parte da sua ubíqua influência na vida dos cidadãos residisse justamente neste aspecto. Além disso, o postulado primacial da sua unidade e indivisibilidade, num mundo sulcado por todas as espécies de desigualdades e inevitavelmente exposto às rápidas transformações características daquele tempo instável,<sup>176</sup> apresentava-se mais sob a forma de um ideal a ser freqüentemente fortalecido e inculcado através das recorrentes manifestações cívicas – entre elas, por exemplo, as assembléias e as encenações teatrais abertas à massa dos indivíduos livres – e diversas medidas políticas de natureza inclusiva,<sup>177</sup> enfim, mercê de uma ênfase extraordinária na idéia de comunidade,<sup>178</sup> do que a partir de uma homogeneidade absoluta do grupo humano.

Neste sentido, diante de uma complexidade social sempre crescente, ao regime democrático incumbia a impossível tarefa de realizar a quadratura do círculo coligando as múltiplas e naturais diferenças em um organismo comunitário respeitador e orientado pelos mesmos princípios. Criava-se, assim, um tanto artificialmente, as condições para a afirmação da cidade enquanto um *locus* privilegiado de cooperação e convivência. Em se tratando de Atenas, os esforços envidados para a consecução e conservação desta unidade dependiam muito –

---

<sup>176</sup> A respeito da grande desigualdade econômica existente entre os membros das comunidades gregas, cf. FINLEY.M.I. *Os gregos antigos*. [...], pp.51-2.

<sup>177</sup> A remuneração das atividades públicas (*mistoforia*), a designação por sorteio dos cargos político-administrativos e a prática de condenar ao ostracismo determinadas personalidades que atentassem contra a união da cidade, constituem um exemplo de medidas destinadas a possibilitar a participação do povo na condução dos assuntos estatais, além de garantir um certo igualitarismo e a harmonia da pólis. Para maiores informações acerca destes dispositivos remeta-se ao capítulo terceiro deste trabalho.

sobretudo durante o seu período hegemônico (desde a campanha vitoriosa das Guerras Persas até quase o final da Guerra do Peloponeso) – de uma política externa imperialista e de uma economia na qual o trabalho escravo exercia um papel preponderante.<sup>179</sup>

Logo, contrariamente ao que postulava Aristóteles,<sup>180</sup> e decerto a esmagadora maioria dos gregos, o Estado não era um fenômeno natural, decorrência espontânea e necessária do fato de o homem ser um animal político. Há nesta célebre observação,<sup>181</sup> como já apontara Gustave Glotz, uma inversão do efeito pela causa,<sup>182</sup> ou, ainda, uma tremenda redução simplificadora da realidade. A predisposição a uma só vez gregária e competitiva dos helenos fatalmente os compelia a um tipo bastante peculiar de vida em sociedade, contudo isto não implicava, por certo, a consumação de algo tão emaranhado e desenvolvido quanto a clássica pólis, envolta por uma tal aura e assistida por um poder cuja meta, como observou Nietzsche, estaria colocada além do exame e do egoísmo do homem singular.<sup>183</sup> Assim, evitando o engajamento numa *regressio ad infinitum*, adentrando em uma temerária e inócua discussão pretensamente rigorosa acerca das causas do fenômeno cultural helênico, para todos os efeitos, é mais plausível, razoável e seguro considerar que a destacada sensibilidade política dos gregos tenha se formado paulatinamente junto com o Estado.

Por conseguinte, para que a cidade existisse, do modo como era conhecida pelos contemporâneos de Aristóteles, Demóstenes e Platão, foi preciso um sem-número de

---

<sup>178</sup> FINLEY.M.I. *Os gregos antigos*. [...], p.52.

<sup>179</sup> A respeito do imperialismo ateniense, veja o subitem 2.1.3. desta dissertação. Sobre o estatuto dos escravos na Atenas clássica e a sua função dentro daquele regime democrático, cf. o item 3.2.

<sup>180</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Política*, 1253 a.

<sup>181</sup> Reproduz-se aqui o trecho da famosa afirmação aristotélica: “Estas considerações deixam claro que a cidade é uma criação natural e que o homem é por natureza um animal social [...]” ARISTÓTELES. *Ibid.*

<sup>182</sup> GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.01.

<sup>183</sup> NIETZSCHE, F. *O estado grego In: Cinco prefácios para cinco livros não escritos*. [...], p.51. No primeiro capítulo deste trabalho acompanha-se a formação do pensamento democrático paralelamente ao desenvolvimento da cidade-estado grega, desde o estágio em que as organizações humanas ainda se estabeleciam sob um modo gentílico.

transformações, algumas delas, inclusive, não premeditadas ou provocadas pelo temperamento dos seus artífices. Isto é, diversamente do lugar-comum muito alardeado durante a maturidade ateniense, tanto nos meios doutos como nos vulgos, nem o Estado ateniense nem a sua quintessencial democracia poderiam ter estado ali, sempre idênticas a si mesmas, desde épocas míticas e imemoriais.<sup>184</sup>

Destarte, a clássica urbe grega, ao inaugurar um *modo de organização do espaço e do tempo* inteiramente construído a partir de parâmetros políticos e geométricos,<sup>185</sup> em detrimento de uma orientação natural-religiosa, se apresenta enquanto um genuíno construto o qual visa a promover simetricamente a reciprocidade e a reversibilidade das partes que a compõem de maneira a garantir a harmonia do conjunto;<sup>186</sup> já pressupõe uma compreensão social capaz de estabelecer de forma lógica e positiva as regras igualitárias de divisão da vida em comunidade; ajustando, enfim, a natureza aos princípios forjados pelo homem, a pólis se revelava como um artefato feito na exata medida dos seus interesses, ao mesmo tempo em que, paradoxalmente, parecia estar permeada por um significado sobre-humano.

Portanto, a criação e o funcionamento da cidade, ambos calcados em bases racionais, não excluía, no entanto, para os gregos, o mistério da sua existência. Com efeito, o caráter

---

<sup>184</sup> Nicole Loraux observa, a partir dos discursos fúnebres (espaço privilegiado de formação e veiculação da ideologia oficial da pólis), que os atenienses do século IV a.C preferiam considerar as instituições político-democráticas não como aquisições históricas construídas progressivamente ao longo do tempo por intermédio do esforço dos seus contemporâneos ou antepassados próximos, mas enquanto fenômenos pertencentes a uma esfera legendária e fora do tempo. Desta maneira, argumenta Loraux, o Estado, ao reservar a glória dos seus feitos aos seus imemoriais ancestrais, considerando a democracia como algo sempre idêntico a si mesmo e desprovido de qualquer senso evolutivo, reportava-se à própria democracia de forma aristocrática, conferindo-lhe laivos de nobreza por meio de uma fundação mítica. Tal anomalia, qual seja a de definir a democracia lançando mão de elementos antidemocráticos, seria mais um dos paradoxos oferecidos pelo regime ateniense ao observador moderno. De todo modo, é importante lembrar que os discursos fúnebres, enquanto espaço de veiculação eminentemente ideológica, não impediam necessariamente outras formas mais sóbrias e realistas de se referir à democracia, e.g., Tucídides. Cf. LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas* [...], pp.206-7.

<sup>185</sup> Cf. os subitens 1.2 e 1.3 desta dissertação.

<sup>186</sup> VERNANT., J.P. *As origens do pensamento grego*. [...], pp.102-3.

indisfarçavelmente divino destas instituições políticas também deve ser levado em conta ao se procurar compreender quais os elementos que animavam o princípio democrático durante o período clássico, e de que forma ele se confundia com a idéia mesma da pólis, sob pena de deixarmos escapar o essencial.<sup>187</sup>

Seja como for, diante de tamanha equivocidade é preciso muita ponderação. O religioso, pois, ao largo da história autônoma das cidades gregas, nunca ofuscou, se opôs ou porventura excluiu aquilo que era próprio à política helênica; pelo contrário, alargou-a, conferindo-lhe uma feição única, problemática e inusitada. Por conseguinte, depois de consumada a soberania da pólis enquanto o prodigioso palco da lida humana, conforme a sensível observação de Marcel Detienne, é como se os deuses, admirados com esta brilhante manifestação de força e gênio da parte dos seus protegidos mortais, exigissem não só a sua veneração através de festas, lareiras e sacrifícios, como, igualmente, o status de cidadãos.<sup>188</sup>

---

<sup>187</sup> Acerca do aspecto religioso da política grega, remeta-se ao primeiro capítulo deste trabalho. Ainda sobre este mesmo ponto, M.I. Finley defende a hipótese segundo a qual seria o senso de comunidade, necessariamente



## 2.2 O PENSAMENTO E A CULTURA DEMOCRÁTICA ATENIENSE

*“Diz agora a qual opinião a mão  
soberana do povo deu a maioria”.*

Ésquilo <sup>189</sup>

### 2.2.1. Os gêneros discursivos atenienses

Uma das grandes e iniludíveis dificuldades relativas ao estudo da democracia antiga jaz precisamente sobre o problema da determinação a respeito da maneira consoante a qual o fenômeno democrático seria compreendido pelos homens daquele tempo, ou melhor, de que modo a *realidade* e, principalmente, o *ideal sociopolítico*, tomados como duas ordens existenciais, a um tempo, distintas e complementares da pólis, se apresentavam para o conjunto dos cidadãos – tendo bem presente que além de ser um modo de governo, aquela democracia era sobretudo um modo de vida. Neste sentido, e antes de mais nada, há que se levar em conta o fundamental papel exercido pela arte no contexto da vida pública ateniense – paralela à atividade

---

fortalecido pelas tradições mítico-religiosas, o elemento essencial para o sucesso pragmático da democracia ateniense. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern*. [...], p.29.

<sup>188</sup> Cf. SISSA, Giulia e DETIENNE, Marcel. *Quando os Olímpicos vestem o hábito do cidadão In: Os deuses gregos*. Trad. Rosa Maria Boaventura. São Paulo, Companhia das Letras, 1990, pp.173-202.

<sup>189</sup> ÉSQUILO. *As Suplicantes*, 601. *apud* VIDAL-NAQUET, Pierre. *Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio*. [...], p.184. Naquet informa, ainda, que esta passagem da peça esquiliana encenada por volta de 464 a.C, seria a primeira vez, segundo os registros modernos, em que o termo *démos* e o verbo *kratêin* teriam se aproximado. Deste modo, “[...] a mão soberana do povo [...]” seria uma possível tradução portuguesa para “*démou kratôusa khéir*”.

política *stricto sensu*—,<sup>190</sup> em vista do fato de esta servir enquanto insubstituível forma de testemunho – e formação – do espírito da era clássica.<sup>191</sup>

Com efeito, a íntima relação que havia entre a atuação política direta nas assembléias, campanhas militares e tribunais e a massiva participação popular nos diversos e freqüentes eventos culturais sem dúvida constitui-se enquanto o ponto nevrálgico do *ethos* democrático ateniense.<sup>192</sup> Pois em face de a partir dum determinado período da história desta cidade<sup>193</sup> evidenciar-se uma atitude auto-incensante – assim como um pouco mais adiante surgiriam posturas críticas nada simpáticas – para com o seu regime político, oferece outra dimensão à constituição de Atenas, um “duplo” diretamente relacionado com a democracia fática e mais palpável dos decretos, dispositivos e leis isonômicas.

Ora, se já havia, pelo menos desde os tempos homéricos, uma riquíssima tradição festiva, mitológica e religiosa espreada ao longo de todo o mundo grego, este vasto manancial cultural, por seu turno, encontrará no paulatino surgimento de uma robusta consciência ético-política e no estreitamento dos laços comunitários o fértil terreno de cujo seio nascerão os pressupostos invisíveis do Estado democrático – no caso específico e privilegiado de Atenas. Desta feita, aproveitando uma expressão de Claude Mossé, enquanto a “homologia entre o político e todas as

---

<sup>190</sup> Chame-se a atenção para o fato de que a arte no sentido em que ela passou a ser compreendida a partir da modernidade burguesa e individualista não se coaduna inteiramente com o estatuto e lugar da cultura artística no cenário grego antigo, e ateniense em particular, posto que esta era um amálgama indiscernível de elementos estéticos, éticos e religiosos e, fundamentalmente - entre outros aspectos, tais como não haver na Atenas antiga uma linha divisória entre a alta cultura e a arte popular, sendo portanto toda arte popular -, sem o característico acento moderno na personalidade demiúrgica do artista-criador. A respeito da arte grega enquanto uma mistura de fatores estéticos, éticos e religiosos, cf JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.321.

<sup>191</sup> Cf. *Ibid.*, p.315.

<sup>192</sup> Acerca da importância das atividades festivas relacionadas ao mito comunitário ateniense na formação do ideal cívico da pólis, cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], pp.62-3.

<sup>193</sup> Tal momento muito provavelmente se situe logo após a vitória dos gregos (liderados pelos atenienses) nas Guerras Médicas, em 479 a.C. A partir deste enorme sucesso político-militar, e da comparação direta com o regime despótico dos persas, observa Nicole Loraux a partir de O.Scröder, Atenas teria tomado consciência da grandeza de sua constituição. LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. [...] p.214

manifestações da vida real” se mantiver inteira,<sup>194</sup> o espírito da pólis livre, ativista e popular predominará sobre as tendências oligárquicas, despolitizantes e degenerativas.

Ainda sob este viés, pois, fenômenos tais como a tragédia e a antiga comédia ática exprimiriam a essência democrática tanto sob o aspecto de serem eventos abertos (sem restrições de gênero, idade ou classe sócio-econômica)<sup>195</sup> à grande coletividade e, *ipso facto*, atraírem as maiores multidões em Atenas – superiores, em número de indivíduos, às assembléias –,<sup>196</sup> quanto no tipo específico de diálogo que ambas, à sua maneira, estabeleciam com a realidade política e moral da época clássica. De modo que o teatro deve ser interpretado não como um fenômeno isolado na atmosfera ateniense, mas em relação imediata e interdependente com as outras manifestações democráticas da pólis.<sup>197</sup> Em última análise, é lícito inferir que a cultura política, tal como era conhecida e praticada na Atenas hegemônica e democrática do século V a.C, não teria existido sem a contribuição decisiva do teatro dionisíaco.<sup>198</sup> Sobretudo, era a partir dele, do seu caráter ritual e político ao mesmo tempo, que o imaginário da pólis se abria para os atenienses.

Logo, os discursos trágico e cômico não apenas problematizavam as questões candentes àquela sociedade, eles, porquanto politicamente comprometidos, exerciam incalculável influência

---

<sup>194</sup> MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.145.

<sup>195</sup> MARSHALL, Francisco. *Édipo Tirano: a tragédia do saber*. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000, p.18.

<sup>196</sup> As informações disponíveis a respeito da audiência presente nas apresentações teatrais, tomando por base a capacidade dos anfiteatros a céu aberto, indicam, supondo-se a lotação máxima, a participação de dezessete mil pessoas. Por outro lado, as sessões das assembléias populares recebiam, em média, seis mil pessoas. MARSHALL, Francisco. *Op.cit.*, p.17.

<sup>197</sup> Esta inter-relação que o teatro ateniense possuía com as demais instituições políticas da cidade-estado, foi apontada pelo Professor Emiliano J. Buis, do Instituto de Filologia Clássica da Universidade de Buenos Aires, no mini-curso intitulado “Censura e libertad de expresión em la Atenas clásica: fronteras de la parrhesía em la comedia aristofánica”, ministrado por ele e pela Prof. Dra. Claudia N. Fernández da UNLP/ Argentina, entre os dias 16 e 20 de setembro de 2003, por ocasião do V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, na cidade de Pelotas, RS.

<sup>198</sup> A dependência da cultura política ateniense para com o teatro dionisíaco foi mais um aspecto levantado pelo mini-curso citado na nota anterior.

– como se fossem uma espécie de sucedâneos em parte às avessas da mídia impressa e eletrônica contemporânea – na formação orgânica do povo ateniense.<sup>199</sup> Ademais, estes espetáculos ao ar livre eram verdadeiras instituições a um tempo cívicas e culturais, acontecimentos indistintamente estéticos, políticos e religiosos; encenadas anualmente por ocasião dos festivais dionisíacos, sob um contexto competitivo em que os dramaturgos então submetiam suas criações ao escrutínio da audiência e dos jurados, tais obras oferecem o primeiro e perfeito testemunho de uma sociedade que, de maneira tão profunda, consciente e talentosa, colocava a si própria em questão.<sup>200</sup>

Assim, a tragédia, em particular, é um típico fenômeno ateniense do século V a.C. O momento de impasse, o claro desajuste, a adequação incompleta e imperfeita, o caráter ambíguo, antinômico dos valores ético-morais e do posicionamento humano a ser tomado frente a eles – o aspecto da responsabilidade do agente –, as insuficiências das ainda incipientes categorias do pensamento na tarefa de compreensão e determinação do real, o descompasso evidente entre a crepuscular e a ordem nascente,<sup>201</sup> enfim, grande parte das contradições latentes daquele tempo eram levadas ao paroxismo, sendo brilhantemente exploradas pelos tragediógrafos áticos.

Por sobre este choque da tradição recentemente eclipsada com o universo da cidade em estado de expansão, sobre esta divergência inconciliável dos planos mítico e lógico, pois, delineia-se o equívoco, instável porém ubíquo e inescapável horizonte político da Atenas democrática e imperialista dos anos 400 a.C. Por conseguinte, a imagem refletida pelo espelho

---

<sup>199</sup> De qualquer modo, enunciar que algo na Atenas clássica era politicamente comprometido é quase uma tautologia. Neste sentido, de acordo com as palavras de Claude Mossé, “no mundo das cidades gregas na época de seu apogeu, tudo é político: não somente a literatura e a arte, mas também a religião, a filosofia e a reflexão científica. A pólis é o modelo de referência, ao qual nada escapa. MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates*. [...], p.144.

<sup>200</sup> Cf. VERNANT, J.P., *Tensões e ambigüidades na tragédia grega* In: VERNANT, J.P. e VIDAL NAQUET, P. *Mito e tragédia na Grécia antiga* [...], p.20.

<sup>201</sup> Cf. *Ibid.*, pp.20-1.

trágico seria a de um mundo problemático,<sup>202</sup> profundamente precário e conflituoso no qual não há certezas incontestáveis, sentidos únicos, princípios absolutos ou garantias indestrutíveis face ao imponderável e ao absurdo da existência e que portanto instaria os homens a posturas antidespóticas, co-participativas e co-discricionárias.<sup>203</sup> Com efeito, a verdadeira matéria da tragédia, conforme Louis Gernet, seria o próprio pensamento social ateniense.<sup>204</sup> Desta maneira, enquanto particularíssima forma de expressão estreitamente ligada à vida da pólis – tendo vivido somente durante o período de efervescência política e de genuíno governo popular em Atenas –,<sup>205</sup> Castoriadis toma o gênero trágico enquanto uma incomparável oportunidade de vislumbrar aquela – e, por extensão, qualquer outra – democracia em sua máxima significação e peculiaridade, porquanto espontaneamente presente,<sup>206</sup> a partir de sua “base ontológica”,<sup>207</sup> a inescrutabilidade última da natureza das coisas,<sup>208</sup> a idéia de que os valores são mutáveis e condicionados pelas circunstâncias e de que, por fim, não haveria um imperativo categórico infalível ou ponto de apoio paternalmente superior ao homem,<sup>209</sup> os quais por sua vez sempre fossem, de alguma maneira, inteligíveis ou acessíveis em tempos de desorientação ética e moral – mesmo o conhecimento não constituiria abrigo seguro e inabalável –; o princípio democrático,

<sup>202</sup> Vidal Naquet escreve que “a tragédia não é um espelho direto do social e do político, ela é um espelho quebrado”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio [...]*, p.183.

<sup>203</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem. [...]*, pp.316-19.

<sup>204</sup> Apud: VERNANT, J.P. *O momento histórico da tragédia na Grécia: algumas condições sociais e psicológicas In: VERNANT, J.P. e VIDAL NAQUET, P. Mito e tragédia na Grécia antiga [...]*, p.13.

<sup>205</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio [...]*, p.186. A este respeito Jaqueline de Romilly observa que “a tragédia grega, com sua safra de obras-primas, durou ao todo oitenta anos. Em uma relação que não pode ser casual, esses oitenta anos correspondem exatamente ao período de expansão política de Atenas”. ROMILLY, Jaqueline de. *A tragédia grega*. Trad. Ivo Martinazzo. Brasília: Editora UnB, 1998, p.08.

<sup>206</sup> Com a apresentação espontânea quer-se dizer que a tragédia não era uma arte engajada, mas por pertencer a uma época na qual a dimensão política dominava todas as outras, inevitavelmente refletia a compreensão dos gregos-atenienses acerca da realidade e do político.

<sup>207</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem [...]*, p.316.

<sup>208</sup> Nietzsche fala da fé do homem pós-socrático na escrutabilidade da natureza das coisas. NIETZSCHE, Friedrich. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo. [...]*, p.93.

incrustado no cerne do mundo ateniense clássico, apontava – e desde lá continua sinalizando, porquanto “trans-histórico” –,<sup>210</sup> então, para a necessidade de considerar a opinião alheia tanto quanto a própria,<sup>211</sup> de submeter cada posição que venha a influenciar a coletividade à apreciação crítica de todos os demais.

Em suma, a democracia pressupõe a existência de um espaço público onde a sociedade autônoma possa sempre – por meio de um autoquestionamento aberto, inclusivo e incessante - recriar as suas condições de existência.<sup>212</sup> De modo que a tragédia, junto com – e tão importante quanto – a comédia (e outras formas de expressão cultural ateniense) e paralelamente à participação deliberativa do conjunto dos cidadãos nas freqüentes sessões da Assembléia, Conselho e tribunais, era uma das principais formas de problematização e diálogo direto com os fundamentos daquela instituição social.

Desta maneira, o discurso trágico, *a contrario sensu*, ao mesmo tempo em que expunha e questionava a ambigüidade e imprecisão – e mesmo fragilidade – dos valores sobre os quais a cidade-estado se erguia, participava decisivamente no processo de fundação do ideal cívico sem precedentes característico daquele período e, por conseguinte, de intensíssima aglutinação social, na medida em que promovia, em meio a uma atmosfera impregnada de ardor tão patriótico quanto religioso, a identificação dos espectadores com assuntos os quais sem exceção orbitavam ao redor de problemas tocantes à existência da pólis.<sup>213</sup> Assim, o cidadão ateniense era educado,

---

<sup>209</sup> Sem que isso pressupusesse, na época, a superioridade humana em relação aos deuses.

<sup>210</sup> GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* [...], p.40.

<sup>211</sup> GAVAZZI, Giacomo. *Introdução: Kelsen e a doutrina pura do Direito* In: KELSEN, Hans. *A democracia*. Trad. Ivone Benedetti, Jefferson Camargo, Marcelo Cippola e Vera Barkow. São Paulo, Martins Fontes, 2000, p.15.

<sup>212</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia* In: *As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem* [...], p.303.

<sup>213</sup> A tragédia se utiliza do recurso do distanciamento espaço-temporal para tratar de temas tão próximos, compreensíveis e prementes aos atenienses clássicos. Deste modo, as histórias e os personagens, embora via de regra pertençam a um tempo mítico, expressam quase que diretamente os dilemas e o horizonte ético e moral da Atenas do

desde tenra idade, a se relacionar com o universo estatal como se este fosse seu fim (*télos*) último e fonte primeira de significação – durante toda a vida a realidade se lhe abria forçosamente a partir do Estado: não se concebia outra dimensão, ou bem o homem era político, ou se encontrava fora dos limites de humanidade.

Portanto, conforme assevera Werner Jaeger, “a gigantesca influência da pólis na vida dos indivíduos baseava-se na idealidade do pensamento dela”.<sup>214</sup> Em contrapartida, tal como o labirinto de Chesterton citado por Borges,<sup>215</sup> esta idealidade não possuiria um centro; ao contrário, se expandindo e matizando através das manifestações impressas nestes tão variados quanto formidáveis gêneros culturais da Atenas clássica, entre os quais se encontra a tragédia – bem como ao longo de seus ainda mais variados silêncios significativos-, retém o que aquela democracia possui de mais profundo e obscuro.

Com efeito, o fato de Atenas, no século em que a soberania do povo atingiu o seu máximo equilíbrio e vigor (V a.C), definir-se como uma sociedade na qual, por princípio, a oralidade preponderava sobre a escrita<sup>216</sup> – porquanto além de ser o meio de expressão por excelência daquele universo, também era a principal e insubstituível forma de ação –,<sup>217</sup> restringe

---

século V a.C. Cf. VERNANT, J.P. *O momento histórico da tragédia na Grécia: algumas condições sociais e psicológicas* In: VERNANT, J.P. e VIDAL NAQUET, P. *Mito e tragédia na Grécia antiga* [...], pp.11-5.

<sup>214</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.141.

<sup>215</sup> Cf. BORGES, Jorge Luis. *An overwhelming film* In: *The total library – Non Fiction 1922-1986*. Tradução para o inglês: Esther Allen, Suzanne Jill Levine, Eliot Weinberger. London: Penguin Books, 1999, p.259.

<sup>216</sup> Cf. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], pp.17-8.

<sup>217</sup> A grande maioria dos documentos e comentários remanescentes dos próprios atenienses acerca da democracia data do século IV a.C, época em que, tendo em vista a perda da hegemonia sobre a Grécia provocada pela derrota na Guerra do Peloponeso em 404 a.C, e, conseqüentemente, do poderio econômico, fundamental para a conservação do regime naqueles termos, já havia mostras de degeneração do princípio democrático tal como era conhecido e praticado no século anterior (Nicole Loraux refere-se ao regime ateniense do século IV a.C como uma democracia embalsamada). Desta maneira, as diatribes de Platão, as críticas discursivas de Isócrates, os discursos de Demóstenes e as considerações históricas e econômicas de Xenofonte, entre outros exemplos contemporâneos, devem ser compreendidas sob a luz de uma época atrabiliária, calamitosa e decadente em que Atenas, inconformada com a drástica diminuição das suas forças e saudosa do seu passado próximo e glorioso, projeta sobre si a imagem de uma democracia utópica, imóvel no tempo e impossível de ser realizada tanto prática quanto idealmente, posto que mesmo se as condições externas favorecessem – o que não ocorreu –, o espírito da pólis já não era mais o mesmo.

sobremaneira o acesso ao seu universo semântico no preciso momento da sua maior magnitude, deixando para os observadores hodiernos graves lacunas que, a rigor, só podem ser – em parte – preenchidas a partir de recursos tais como a arqueologia, e, na maioria das vezes, por meio de eruditos, coerentes e balizados exercícios conjecturais (e.g., a moderna análise do discurso), os quais, invariavelmente, tomam por base o teor dos poucos e importantíssimos escritos que desta época sobreviveram.<sup>218</sup>

Assim sendo, a reconstrução deste período, e, por conseguinte, do próprio fato democrático tal como ele se deu, originariamente, na história das instituições políticas, malgrado não nos permita uma visão exaustiva ou global, abre, em contrapartida, interessantíssimas – e ainda não esgotadas – possibilidades exegeticas para estudos modernos, muitas delas, inclusive, divergentes entre si. Assim sendo, expor-se-á, a seguir, duas perspectivas em parte conflitantes, mas concordes no tocante a alguns aspectos fundamentais, as quais, ao problematizar a relação dos atenienses com o regime, sugerem novos contornos à obscura face da democracia antiga.

Isto posto, há, em primeiro lugar, aqueles que propõem, como Arnaldo Momigliano e M.I. Finley, a inexistência, em Atenas, de uma idéia democrática bem articulada, além de máximas, noções e generalidades, ainda no século de Péricles.<sup>219</sup> A partir desta corrente interpretativa, os democratas do período imperialista estariam mais preocupados em agir

---

LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. [...], p.14. Sobre a decadência sofrida por Atenas logo após a Guerra do Peloponeso e as suas várias tentativas de soerguimento ao longo do século IV, cf: MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], pp.79-129. JAEGER, Werner. *Demóstenes: la agonía de Grécia*. Trad. Eduardo Nicol. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

<sup>218</sup> Ainda a respeito do caráter flagrantemente oral do *ethos* ateniense no século V a.C, Nicole Loraux comenta: “[...] a democracia ateniense não confiava na escrita como instrumento de reflexão teórica, [...] somente a palavra escrita gozava, realmente, de prestígio na esfera política de Atenas, o que não chega a surpreender”. LORAUX, Nicole. *Op.cit*, p.195.

<sup>219</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p. 28. e pp.49-50.



politicamente do que em elaborar doutrinas reflexivas acerca do princípio soberano da grande pólis ática;<sup>220</sup> deixando, sem qualquer prejuízo ou afetação, esta incumbência para os oligarcas.<sup>221</sup>

Se tal justificativa para a ausência de uma concreta teoria da democracia ateniense formulada pelos próprios atenienses realmente procede ou, por outro lado, assume-se como um recurso derrisório *ben'trovato*,<sup>222</sup> é inegável a fecunda admoestação trazida pela observação deste que é considerado por muitos o maior historiador da Grécia antiga no século XX segundo a qual seria uma curiosa falácia supor que todo sistema de governo, na história, precisasse necessariamente estar acompanhado de um corpo doutrinário servindo-lhe de arrimo.<sup>223</sup> Da mesma forma, Finley sustenta que tendo em vista o caráter demasiado realista da política e do *modus vivendi* ateniense,<sup>224</sup> fato exemplificado tanto na exploração sem pejo algum de escravos e estrangeiros quanto na legitimação do direito do mais forte no que concerne às relações

---

<sup>220</sup> Nicole Loraux observa que embora a quantidade de obras e comentários, de alguma forma, alusivos à democracia no século IV a.C fosse infinitamente maior do que no V, ainda assim estes não constituiriam verdadeiro exemplo de um discurso teórico acerca do regime democrático, porquanto, em comparação com os registros do século de Ésquilo, os traços de um pensamento verdadeiramente referente à democracia tornam-se ainda mais incertos. LORAUX, Nicole. *Op.cit.*, p.214.

<sup>221</sup> Finley também sugere que a falta de uma elaborada teoria democrática ateniense talvez se deva ao fato de não existir, na Atenas antiga, aqueles os quais, via de regra, são responsáveis pelo trabalho de edificação teórica, pois não havia juristas no sentido próprio da palavra, assim como tampouco os filósofos da época possuíam um conjunto de conceitos e valores compatíveis com a democracia. Ainda em relação a este mesmo respeito, Loraux indaga e assevera: “[...] onde [...] se deve buscar um elogio coerente do regime? Decerto, não será nas defesas judiciais nem nas arengas políticas: na urgência da ação, os oradores não têm como propor a seus concidadãos uma reflexão sobre a prática política de Atenas, nem é o que o seu auditório espera [...]” FINLEY, M.I. *Op. cit.*, p.49; LORAUX, Nicole. *Op.cit.*, p.196.

<sup>222</sup> A passagem em que Finley destila sua conhecida ironia com fins a uma só vez cáusticos e ilustrativos é esta: “[...]The philosophers attacked democracy; the committed democrats responded by ignoring them, by going about the business of government and politics in a democratic way, without writing treatises on the subject”. FINLEY, M.I. *Ibid.*, p.28.

<sup>223</sup> *Ibid.*, p.49. De qualquer maneira, cabe objetar, se não há a necessidade de um corpo doutrinário para a sustentação de um regime político, é difícil que ele não se sustente sobre algum tipo de ideologia, ainda que esta não seja veiculada a partir de longos tratados ou conceitos modelares, como parece ter sido o caso de Atenas.

<sup>224</sup> Sobre este aspecto da política grega, Castoriadis, citando a história contada por Tucídides em que os imperialistas atenienses legitimam sua injustiça perpetrada contra os habitantes de Mélia, durante a Guerra do Peloponeso, a partir da justificativa do direito do mais forte, define o *ethos* político dominante entre os antigos como sendo de uma franqueza brutal. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto – A ascensão da insignificância. Vol. IV*. Trad. Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, pp. 197-8.

externas,<sup>225</sup> não haveria muitos motivos para uma atitude ideológica, no sentido marxista da palavra, advinda do Estado.<sup>226</sup>

Ainda a respeito da omissão de um discurso satisfatório acerca da democracia em Atenas, Claude Mossé, na esteira de Momigliano e Finley, oferece a arguta sugestão de que durante a espetacular evolução do sentimento cívico ateniense – “na época triunfante da cidade” –<sup>227</sup> o político estaria entranhado de tal maneira na experiência e visão de mundo daqueles homens, que não haveria um distanciamento suficiente para um olhar externo e teorizante.<sup>228</sup>

### 2.2.1.1 As orações fúnebres enquanto expressão oficial da pólis

Nicole Loraux,<sup>229</sup> por sua parte, também faz coro à proposição, bastante defendida pelos estudos mais recentes sobre a Grécia antiga, de que a Atenas da era clássica, não teria oferecido “teoria propriamente democrática de si mesma”;<sup>230</sup> no entanto se opõe frontalmente às hipóteses

---

<sup>225</sup> Cf. JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], pp.459-61. Ainda acerca do caráter demasiado realista típico da compreensão do poder dos gregos antigos, Vidal-Naquet, a propósito do imperialismo de Atenas assevera o seguinte: “Esse predomínio é uma soberania a céu aberto, que não se preocupa com pretextos ideológicos, que se exhibe, sem disfarce, na enorme inscrição, hoje no Museu Epigráfico de Atenas, onde estão registradas as somas que, a cada ano, lhe entregavam as cidades súditas [...]”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio* [...], p.100.

<sup>226</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p. 88 e p.104. O termo ideologia é utilizado ao longo deste trabalho, e especialmente no presente item, tanto no seu sentido fraco, quanto no seu sentido original, marxista, referente à noção de falsa consciência das relações de domínio entre as classes e ao caráter mistificante das crenças políticas. Porém, cabe frisar, em relação a este último sentido, pressupondo-se, evidentemente, uma necessária reformulação semântica em função de Atenas ser uma sociedade pré-capitalista. Por outro lado, a partir da definição de Norberto Bobbio, o conceito de ideologia, na sua acepção fraca e vulgarizada, deve ser compreendido enquanto um sistema de crenças políticas e comunitárias; um conjunto de idéias e de valores respeitantes à ordem pública, e à sociedade como um todo, os quais têm por função orientar os comportamentos sociopolíticos coletivos. De outra parte, o uso deste conceito para representar a idéia de encobrimento do real, seguindo a compreensão de Nicole Loraux a propósito dos discursos oficiais atenienses, torna-se aplicável a uma sociedade como Atenas a partir da constatação segundo a qual ocorreria nestes discursos (as orações fúnebres) uma clara denegação das relações de força existentes na pólis. STOPPINO, Mario. Verbete *Ideologia* In: BOBBIO, Norberto (org.), *Dicionário de Política* [...], pp.585-97; LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. [...], p.346. Cf. também as páginas abaixo deste presente item.

<sup>227</sup> MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates*[...], p.145.

<sup>228</sup> *Ibid.*

<sup>229</sup> Cf. as notas 171 e 178 desta dissertação.

<sup>230</sup> LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*. [...], p.13.

da “pura prática sem discursividade”<sup>231</sup> e “the absence of ideological justification of empire”.<sup>232</sup> Conforme esta helenista, no tocante à inexistência de uma verdadeira teoria da democracia proposta durante toda a era clássica, as razões para tal falta se enraizariam numa paradoxal impossibilidade - ou rejeição - manifestada pelo *establishment* ateniense, de representar a idéia de um organismo político cuja soberania pertenceria ao *démos* a partir de elementos explicitamente democráticos.

Loraux, portanto, assumindo os *epitáphioi* (orações fúnebres públicas endereçadas àqueles que tombaram na guerra),<sup>233</sup> como exemplos máximos daquilo que se poderia considerar como a expressão oficial em Atenas, propõe, a partir de uma cuidadosa e erudita interpretação destes,<sup>234</sup> um olhar diferenciado sobre o imaginário ateniense o qual, assumindo *o discurso enquanto uma prática dotada de sentido* numa sociedade em que a palavra (*logos*) já havia conquistado sua autonomia frente à ação (*érgon*) e, inclusive, ao real,<sup>235</sup> investe sua atenção na procura das operações ideológicas presentes em tais elogios, os quais se encontravam imersos num tal *pathos* onde a pólis celebrava a honra dos cidadãos mortos em combate ao mesmo tempo em que, num momento pois de ameaça direta a sua integridade, fazia, assim, o necessário encômio de si mesma.

---

<sup>231</sup> *Ibid*, p.15.

<sup>232</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p. 88.

<sup>233</sup> Os autores dos discursos fúnebres remanescentes e sobre os quais Nicole Loraux dedica o seu estudo, tratando-os a uma só vez enquanto prática política e gênero literário, em que pese uma série de controvérsias no que diz respeito à atribuição de autoria, seriam Péricles (a partir de Tucídides), Platão (em sua obra intitulada Menexeno, tida como um pastiche cuja proposta seria explicitar os aspectos contraditórios dos *epitáphioi*), o sofista Górgias, o retor Lísias, e, por fim, os líderes políticos Demóstenes e Hipérides.

<sup>234</sup> LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*.

<sup>235</sup> *Ibid*, p.37.

Segue-se que nestes discursos solenes – não desenvolvidos nem celebrados em nenhuma outra cidade-estado grega salvo Atenas – <sup>236</sup> a *areté* cívica, descendente imediata da *areté* dos antigos nobres, juntamente à sua natural ênfase nas qualidades belicosas, era alavancada ao patamar de medida exclusiva para a vida política; <sup>237</sup> logo, enquanto única grande virtude passível de ser proferida e exaltada de forma aberta e retumbante, <sup>238</sup> estranhamente ofuscando, deste modo, outras tantas características caras, típicas e essenciais a um regime assentado no princípio da soberania popular como era, sem dúvida, o ateniense.<sup>239</sup> Por conseguinte, sempre a partir do texto de Nicole Loraux, quando é dado à pólis o ensejo para a auto-reflexão por meio dos *epitáphioi*,<sup>240</sup> o que se percebe invariável e assaz paradoxalmente, é uma maneira *aristocrática* de representação da *democracia*, como se, em última análise, os pressupostos fundamentais da política e sobretudo do *ethos* ateniense dependessem tão-somente dos valores forjados durante o heróico tempo dos eupátridas.<sup>241</sup> Ora, por intermédio da perspectiva oferecida pelos elogios aos mortos – discursos estes, cabe repetir, impregnados por uma gravidade de caráter eminentemente

<sup>236</sup> Os elogios fúnebres, tais como o teatro trágico e cômico, seriam uma invenção tipicamente ateniense. Cf. LORAUX, Nicole. *Op.cit.* p.13.

<sup>237</sup> *Ibid.*, p.201.

<sup>238</sup> Nicole Loraux observa que embora houvesse menções, inclusive fartas e várias a noções caras à democracia, como, por exemplo, é o caso da liberdade no discurso de Péricles, elas, na realidade, acabavam por ser consideradas sob o viés dos valores honoríficos, claramente aristocráticos. Por outro lado, outras características essenciais da democracia ateniense, tais como o sorteio e a *mistoforia*, são ignoradas por estes elogios. Mais uma vez, a propósito do *epitáphios* de Péricles, a autora adverte que este célebre discurso, tomado por muitos helenistas como “uma espécie de profissão de fé democrática”, não evitaria, de todo, comentários em relação a alguns aspectos fundamentais do sistema democrático, discorrendo desta maneira, além da liberdade pública e privada, acerca do respeito às leis, o valor do trabalho e a prática de liturgias (importantíssimas para a conservação do hábito das festividades e celebrações democráticas). No entanto, isto não iria de encontro ao fato de haver uma vasta gama de elementos ambíguos e omissões inquietantes – sendo a mais berrante a primacial idéia de que o povo participaria do governo - os quais, enfim, dariam um caráter deformador a esta peça encomiástica, porquanto ainda que princípios democráticos sejam enunciados, eles o seriam num contexto que os desnaturaria completamente. Sendo assim, Loraux observa que se numa primeira vista nada faltaria a tal elogio da democracia, “uma leitura mais cuidadosa revela que o que o orador realmente diz é bem diferente do que parece a princípio afirmar”. *Ibid.* pp.191-3. e pp.196-200 e p.392, n.57. Para um inventário completo (ou muito próximo da completude) das ambigüidades presentes nos discursos fúnebres, remeta-se ao capítulo quarto do livro de Nicole Loraux (pp.189-228).

<sup>239</sup> Os princípios básicos e características típicas da democracia ateniense, como a *isonomia*, a *isègoria*, a *parrhesía*, a *mistoforia*, as liturgias, entre outros, serão devidamente analisados no item 2.3 desta dissertação.

<sup>240</sup> Loraux chama a atenção para o fato seguinte: “na medida em que a democracia não possui outra norma além do *lógos*, onde, senão nesse discurso oficial, se deve buscar um elogio coerente do regime?” LORAUX, Nicole. *Op.cit.* pp.195-6.

oficial –, <sup>242</sup> toda a força e significação da cultura democrática, *a contrario sensu*, sustentar-se-iam sobre os antigos ideais da aristocracia guerreira. <sup>243</sup>

Desta feita, a enunciação dos possíveis motivos escondidos por detrás das sutílimas omissões e ambigüidades que permeariam, sem exceção, em maior ou menor medida, todo o gênero das orações fúnebres, <sup>244</sup> espaço indubitavelmente reservado ao enaltecimento da pátria e, em particular, do *modus* democrático ateniense, <sup>245</sup> sugeriria outras nuances para o a uma só vez multifacetado e críptico problema atinente à realidade da vida política da cidade clássica e, com efeito, também, no que diz respeito à linguagem desenvolvida em Atenas para tratar daquilo que lhe era, evidentemente, tão próximo e específico. <sup>246</sup>

Portanto, partindo do exame da instituição cívica (e gênero literário) <sup>247</sup> dos *epitáphioi* em direção à experiência e ao pensamento político ateniense em sentido lato, percebe-se, enfim, que as contradições não se resumiriam apenas à particular estrutura destes discursos oficiais. Refletindo, pois, a permanência dos valores aristocráticos no âmago mesmo da concepção

<sup>241</sup> Acerca dos valores aristocráticos gregos, cf. o primeiro capítulo e sobretudo o subitem 1.1.1 deste trabalho.

<sup>242</sup> Prova do caráter oficial e estratégico destes elogios é o fato de sempre ser escolhido, dentre todo o conjunto dos cidadãos notáveis, através de votação em Conselho, o orador mais habilidoso e capaz para proferi-lo.

<sup>243</sup> Importante ressaltar, entretanto, que o conceito de *areté* no discurso periclano deve ser relacionado com o sentido de “melhor”, de “meritório”, e não diretamente com o de “nobre”. Assim, diferentemente da *areté* oligárquica do século V a.C, baseada em um princípio eugênico, a *areté*, em Péricles, assume contornos mais meritocráticos do que propriamente aristocráticos no sentido dado pelos conservadores atenienses. LORAUX, Nicole. *Op.cit.* p.200 e p.394,n.84.

<sup>244</sup> Para um comentário de outro helenista acerca das omissões dos discursos fúnebres a respeito, justamente, daquilo que conferiria originalidade democrática à Atenas (o sorteio dos cargos e a mistoforia), cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio [...]*, pp.196-7.

<sup>245</sup> Werner Jaeger, ao comentar o discurso de Péricles, depreende que, para Tucídides, “embora em Atenas todos sejam iguais perante a lei, na vida política é a aristocracia da habilidade que governa”. JAEGER, *Paidéia*[...], p.469.

<sup>246</sup> Sob esta mesma luz, apesar de Vidal-Naquet concordar com Castoriadis, quando este enuncia que o discurso fúnebre de Péricles foi “o maior monumento do pensamento político que já me foi dado ler”, sua opinião corrobora a de Nicole Loraux no que diz respeito à postulação segundo a qual o estrategista e principal líder ateniense não teria, nesta oração, muito a dizer “sobre a democracia enquanto regime político”. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: As encruzilhadas do labirinto II - os domínios do homem*[...], p.321; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio [...]*, p.180.

<sup>247</sup> LORAUX, Nicole. *Op.cit.*, p.223.

ateniense acerca da própria *demokratía*, os panegíricos endereçados àqueles que morreram em defesa da pólis abrem o caminho para a hipótese de uma Atenas constantemente temerosa quanto ao risco da fragmentação política (*stásis*), preocupada, assim, em garantir, acima de tudo, a sua autoconservação, concórdia (*homónoia*) e unidade (*koinônia*).

Então, a ausência de uma teoria democrática sistemática, elaborada, genuinamente ateniense, e o conseqüente *conservadorismo doutrinário* manifestado pelos pensadores autóctones que esta falta implica,<sup>248</sup> explicar-se-ia, em grande parte, a partir da relação veladamente conflitante – desencadeada em meados do século V a.C, quando a bipolaridade Atenas-Esparta já havia se tornado fato corrente no mundo helênico – entre os partidários do governo popular e os defensores da oligarquia, admiradores do regime espartano.<sup>249</sup>

Deste modo, estando comprometidos com o axioma da cidade “una e indivisível” e por tal razão objetivando não expor as evidentes, e de mais a mais, naturais fissuras do tecido social, os oradores oficiais - todavia inegavelmente democratas - lançavam mão dos ardis disponíveis e necessários para incutir a idéia da pólis coesa – e é justo sob este aspecto que a autora de *Invenção de Atenas* imputa aos *epitáphioi* a condição de discursos ideológicos –<sup>250</sup> ao mesmo tempo em que, evitando escrupulosamente uma imagem partidarista de sua constituição,<sup>251</sup> almejavam eximir o *proprium* da democracia ateniense dos ataques vindos da oposição

---

<sup>248</sup> *Ibid.*, p.225.

<sup>249</sup> Neste sentido, Loraux aventa a possibilidade de a inexistência de uma doutrina democrática positiva em Atenas decorrer da luta ideológica entre esta cidade e Esparta. *Ibid.*, p.215.

<sup>250</sup> O discurso fúnebre, conforme Nicole Loraux, pode ser considerado ideológico na medida em que “exprime aquilo que a pólis pretende ser a seus próprios olhos, mais do que descreve o que ela realmente é...” *Ibid.*, p.210.

<sup>251</sup> *Ibid.*, p.223.

oligarca,<sup>252</sup> louvando, no final das contas, o regime do povo a partir de um viés nem um pouco popular.<sup>253</sup>

### 2.2.1.2 A democracia ateniense contextualizada

Sem embargo, constatar a ausência de um pensamento democrático organizado em Atenas, de uma consistente fundamentação filosófica do regime no qual a maioria (*pollói*) – ao contrário da minoria (*óligoí*) – é quem de fato governa,<sup>254</sup> não implica, absolutamente, pressupor a completa falta de qualquer forma de reflexão acerca deste fenômeno sociopolítico, ou, ainda mais, que não haveria espécie alguma de reverberação do *ethos* popular ateniense entre os seus documentos remanescentes – como, de resto, já demonstram, por si sós, a tragédia e a comédia, estabelecidas no centro da atividade cívica da pólis -, sob pena de, assim, acabarmos colocando em dúvida, de maneira temerária e absurda, a existência real, efetiva, de um governo cuja soberania pertencia, por princípio, ao *démos*. O problema, logo, ao invés de residir sobre o escandaloso terreno da relativização ou mesmo negação de uma verdadeira democracia em Atenas, fato histórico – surpreendentemente – pacífico e incontestado tanto para os antigos quanto para os modernos,<sup>255</sup> consiste pois em compreender a íntima relação da pólis com este regime.<sup>256</sup>

Isto posto, caberia, antes de mais nada, dividir a história da democracia ateniense em quatro períodos principais: 1) da ampla e estrutural reforma clisteniana (*sinecismo*) até a vitória final dos gregos, liderados por Atenas, contra os persas, na batalha de Platéia (506-479 a.C),

---

<sup>252</sup> *Ibid.* p.196.

<sup>253</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade In: Os gregos, os historiadores, a democracia: o grande desvio [...]*, p.198.

<sup>254</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Ibid [...]*, p.180.

<sup>255</sup> Cf. LORAUX, Nicole. *Op.cit.* p.204.

<sup>256</sup> *Ibid.* p.189.

época obscura e de transição na qual a tirania<sup>257</sup> ainda era uma vívida lembrança e em que as então incipientes instituições democráticas estavam em franco processo de amadurecimento;<sup>258</sup>

2) do término das Guerras Médicas até, aproximadamente, o início da Guerra do Peloponeso (479- 431/29 a.C), é o apogeu de Atenas, a era de grande esplendor político, econômico e cultural ateniense e de maior confiança em relação aos princípios democráticos,<sup>259</sup> 3) O período da Guerra do Peloponeso (431/29-404 a.C), fase anômala, patética e brutal marcada por pestes, massivo êxodo rural, gravíssima escassez de alimentos, pelo acirramento da divisão política interna entre os oligarcas e os democratas,<sup>260</sup> por dois golpes de estado (411 e 404 a.C), pelo trágico fim da hegemonia ateniense e início do predomínio dos líderes demagógicos em detrimento de

---

<sup>257</sup> Atenas, assim como a maior parte do mundo helênico, com a notável exceção de Esparta, esteve durante quase todo o século VI a.C sob o governo despótico dos tiranos. De qualquer modo, a tirania merece ser compreendida enquanto um fenômeno o qual, não obstante definir-se como a negação do político, sendo, a partir do século seguinte, inclusive, considerada pela unanimidade dos justos cidadãos gregos como um mal absoluto, porquanto concentrasse nas mãos de uma pessoa (ou família) todo o poder de decisão frente à coletividade, exerceu, por paradoxal que pareça, importante papel no processo de formação institucional e psicológica da pólis, pois, na medida em que se contrapunha ao domínio dos clãs aristocráticos - tendo, assim, permitido a ascensão político-econômica dos artesãos e camponeses, além de, no caso específico de Atenas, ter respeitado as leis solonianas e edificado os primeiros monumentos públicos -, serviu como uma espécie de trampolim (ainda que profundamente contraditório e por vias tortas) para a afirmação da democracia ateniense. A respeito deste fenômeno notavelmente grego, cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], pp.35-41; FINLEY, M.I. *Grécia antiga: Idade do bronze e Idade arcaica* [...], pp.114-7; JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], pp.270-80; MOSSÉ, Claude. *Atenas: A história de uma democracia* [...], pp.16-21.

<sup>258</sup> A lei do ostracismo, promulgada por Clístenes, se destinava originalmente a combater o risco de um novo regime tirânico em Atenas (ARISTÓTELES, *Constituição de Atenas*, XXII). A respeito do instituto do ostracismo, em particular, remeta-se ao item 2.3 desta dissertação.

<sup>259</sup> Talvez também fosse necessário dividir este decisivo período histórico de cinquenta anos no qual Atenas conheceu o seu apogeu, chamado pelos gregos antigos de *Pentecontetia*, em duas fases distintas as quais, entretanto, não possuem um claro marco divisório entre si. Desta maneira, logo após a vitória contra os persas, ocorreu uma espécie de orgulhosa tomada de consciência da democracia pelos atenienses. Esta é a época em que Ésquilo expressa a plena confiança dos cidadãos para com as instituições democráticas da pólis, sobretudo em relação à justiça pública assentada na força da lei escrita, e em que não há exemplos históricos de descontentamento para com o governo popular, conquanto com certeza ele já existisse. Por outro lado, à medida que o regime se robustecia e radicalizava, paralelamente à intensificação da política imperialista – até o ponto de exigir dos cidadãos mais ricos o custeio de grande parte das despesas cívicas em favor dos estratos menos favorecidos da população cidadã, além de concentrar, gradativamente, o poder político na assembléia popular –, indivíduos pertencentes às classes aristocráticas, organizados em grupos clandestinos (*hetairias*), passam a atacar o modo de governo democrático através de panfletos anônimos, evidenciando, portanto, a cisão do *ethos* ateniense.

<sup>260</sup> Acerca do crescimento das desconfianças para com a democracia, acentuada pela Guerra do Peloponeso, Claude Mossé observa: “a guerra [...] ao provocar fraturas no corpo cívico, ia favorecer o questionamento do regime” MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.51.



estadistas da estirpe de um Péricles, defensores da coisa pública,<sup>261</sup> é também o tempo das comédias aristofânicas, das tragédias euripidianas e dos relatos históricos de Tucídides; 4) Da derrota para os espartanos e o conseqüente eclipse do domínio imperialista ateniense até a perda completa da autonomia política para os macedônios (404-322 a.C), este longo lapso de oito décadas é caracterizado pela continuação dos governos manipuladores da plebe, constante desequilíbrio econômico, dramática e fracassada tentativa de soerguimento da antiga influência político-econômica, despolitização e conseqüente lenta degeneração do espírito democrático.<sup>262</sup>

Desta maneira, a apreciação do fenômeno democrático em Atenas, e particularmente da cultura democrática, à guisa de um entendimento o mais transparente e correto, na medida, é claro, em que isto é possível, deve atentar para o fato a partir do qual a democracia desta pólis, em que pese a continuidade e a surpreendente solidez de grande parte dos seus princípios mesmo quando já havia perdido quase toda vitalidade, sofreu incontáveis alterações – não adstritas apenas a fatores de ordem institucional – ao longo de toda a era clássica.<sup>263</sup>

Por conseguinte, em se tratando de uma sociedade marcada pelo signo do efêmero, tão sujeita a mudanças profundas em curtos espaços de tempo, cada documento literário ateniense também deveria, necessariamente, ser compreendido à luz particular da época a qual pertencesse.

---

<sup>261</sup> A este respeito, M.I. Finley observa que “(depois de Péricles, dizem, o novo tipo de líder foi um demagogo, favorecendo o *démos* na Assembléia e nos Tribunais, à custa dos mais altos interesses do estado”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos*[...], p.68. Em outro livro seu, Finley estabelece a distinção entre o verdadeiro estadista e o demagogo: “The crucial distinction is between the man who gives leadership with nothing else in mind but the good of the state, and the man whose self-interest makes his own position paramount and urges him to pander to the people”. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.43.

<sup>262</sup> Acerca da Atenas do século IV a.C, e o processo de despolitização e decadência por ela sofrido durante este período, cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos*[...], pp. 75-80; MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia*[...], pp.77-107.

<sup>263</sup> Castoriadis, lembrando que Aristóteles citava, em sua Constituição de Atenas, onze *métabolai* (mudanças de regime) ocorridas ao largo do desenvolvimento político ateniense, chama a atenção para a aparição, ocorrida pela primeira vez na história registrada, de uma historicidade forte, ou seja, de uma cultura sujeita a profundas transformações em curtos lapsos de tempo. Por conseguinte, consoante a observação de Castoriadis, na Atenas entre os séculos VI e IV a.C, alterações substanciais ocorriam entre gerações e até mesmo no seio de uma mesma geração.

Pois, neste sentido, e a título de ilustração, comparando, por exemplo, os incisivos e ferozes comentários platônicos escarnecedores dos pilares e das mazelas democráticas – sem dúvida um dos principais *leitmotifs* de toda a sua obra –, com a literatura panfletária da elite pró-oligarquia do século V a.C, evidencia-se que, além da abissal disparidade no que diz respeito a aspectos referentes à *elaboração teórica*,<sup>264</sup> conteúdo e intenção, pertencem, os dois, a estágios inteiramente distintos da evolução histórica de Atenas, e portanto não podem, em absoluto, ser apreciados sob o mesmo contexto, embora, *prima facie*, ambos coincidam no fato de serem antidemocráticos.<sup>265</sup>

A contextualização histórica sincrônica e diacrônica das práticas discursivas atenienses as quais, direta ou indiretamente, refletem o espírito democrático daquela pólis – recurso, de resto, óbvio e ululante, todavia bastante omitido por vários estudos helenísticos –, com efeito, apresenta-se enquanto a mais elucidativa maneira disponível para acompanhar a evolução do pensamento político em Atenas e,<sup>266</sup> por extensão, da Hélade inteira.<sup>267</sup>

Neste diapasão, visto que a democracia, inclusive por princípio, nunca se cristalizou entre os antigos cidadãos, mas, ao contrário, assumiu – em que pese o lento e contínuo processo de degenerescência, despolitização e “embalsamento” sobrevivendo após a derrota para os espartanos -

---

CASTORIADIS, Cornelius. *A democracia ateniense: questões falsas e verdadeiras In: As encruzilhadas do labirinto – A ascensão da insignificância. Vol.IV.* [...]p. 215.

<sup>264</sup> LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas.* [...], p.214.

<sup>265</sup> O *corpus* platônico, ao que tudo indica, foi escrito, aproximadamente, entre 400-347 a.C (ano da sua morte), ou seja, época em que Atenas já havia perdido o controle do mar Egeu e a hegemonia da Hélade e era apenas uma caricatura do que havia sido no século anterior. Deste modo, as críticas platônicas ao regime democrático, refletindo a esperança, nutrida na época, sobretudo na primeira metade do século IV a.C, de que Atenas voltaria a experimentar uma nova era de ouro, reconquistando assim aquilo que nunca deveria ter sido perdido, muito mais do que simplesmente iconoclastas, revelam um desejo ao mesmo tempo utópico e reformista; de profunda transformação da relação dos indivíduos com o Estado. A respeito da relação da filosofia política platônica com a democracia ateniense, veja o subitem 3.1.3 deste trabalho.

<sup>266</sup> LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas* [...], p.214.

<sup>267</sup> Na medida em que os acontecimentos atenienses tenham repercutido, direta ou indiretamente, em todo o mundo grego.

até os seus estertores a condição de regime mutável *par excellence*, expondo-se aberta e algo temerariamente às vicissitudes do tempo, seria, portanto, deveras enganoso tomar o particular pelo geral, pretendendo, deste modo, exaurir, a partir de algum fato, não obstante, decisivo ou exemplo revelador solto e sem correlação com o momento específico ao qual pertence, a essência democrática ateniense – isto, a se contar com a possibilidade de “penetrar no âmago do ser helênico”.<sup>268</sup>

Desta feita, referir-se com pretensões totais e generalizantes à democracia, tal como esta seria praticada e vivida pelos cidadãos (e excluídos da Atenas clássica), pressupõe, na maioria das vezes, uma escolha não declarada de um dos quatro períodos históricos acima diferenciados, ou, mais ainda, um amálgama indiscriminado dos mesmos, como se fora condizente julgar o teor e a especificidade das discussões travadas nas assembléias do século V a.C tendo os registros fragmentários das sessões do século IV a.C enquanto fonte única ou principal.<sup>269</sup>

Portanto, diante do exposto acima – muito embora longe disto constituir uma depreciação dos outros momentos da era democrática –,<sup>270</sup> parte-se da conclusão segundo a qual o período em que a democracia ateniense de fato se constitui enquanto um fenômeno culturalmente pleno e vivo, oferecendo desta maneira os subsídios mais fecundos para um pensamento acerca do

---

<sup>268</sup> NIETZSCHE, F. *O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo*. [...], p.120.

<sup>269</sup> Neste mesmo sentido, a respeito da tendência da tradição helenista a flagrantes anacronismos, a crítica que Vidal-Naquet faz à obra de Gustave Glotz é bastante ilustrativa: “Ao ler a *História grega* de Gustave Glotz, falecido em 1936 e que ditava a lei quando eu era estudante, e lendo-o atentamente, pode-se perceber que as fontes, na sua grande maioria, são do século IV, simplesmente porque Atenas se torna uma cidade da escrita só no século IV e porque no V a escrita ainda é exceção. Ora, um historiador como Glotz organizava essas fontes em duas categoria. Tudo o que podia remeter a um funcionamento harmonioso das instituições era colocado no V. Tudo o que supunha discórdia e crise era situado no IV[...]”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia*[...], p.205.

<sup>270</sup> Mesmo porque, como se não bastasse a inegável riqueza sob o ponto de vista político e histórico dos outros períodos; certamente estes também contribuem, na medida em que o antecipam ou dele decorrem, para uma interpretação crítica do auge democrático em Atenas, sendo portanto atentamente contemplados por este trabalho.

político – e de resto para os propósitos do presente trabalho –, <sup>271</sup> coincide exatamente com a sua fase hegemônica. <sup>272</sup>

### 2.2.1.3 Ésquilo e Heródoto: os arautos do triunfo democrático

Assim sendo, partindo, primeiramente, em busca de alguns exemplos de discursos contemporâneos nos quais pode-se perceber passagens alusivas, impressões e delineamentos - na maioria dos casos, contudo, mais representativos e dramatizadores do que propriamente reflexivos ou teorizantes – sobre a democracia, na época em que esta iniciava o caminho rumo ao apogeu, se encontram dispersos os relatos históricos de Heródoto ao lado das peças trágicas de Ésquilo, <sup>273</sup> e, mais tarde, de Sófocles. Não obstante, desponta nestes autores – sobretudo nos dois primeiros – uma clara e vigorosa exaltação do princípio de igualdade e da soberania popular, assentadas na força religiosa do voto e da lei e no direito-dever de participação direta nos desígnios do Estado. <sup>274</sup>

---

<sup>271</sup> LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*[...], p.215.

<sup>272</sup> A íntima e inextricável relação entre o imperialismo ateniense e o regime democrático tal como era conhecido no século V a.c, será analisado no subitem 2.3 desta dissertação.

<sup>273</sup> Também proviriam desta mesma época (contudo já no final da *Pentecontetia*, cerca de 430 a.C) os panfletos anônimos (cf. nota 209 *supra*) de um antidemocrata ateniense alcunhado pela moderna tradição helenista de Velho Oligarca ou Pseudo-Xenofonte. A respeito deste curioso personagem, cf. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.48; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega*[...], pp.120-2; LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*[...], pp.222-3; LORAUX, Nicole. *A democracia em confronto com o estrangeiro* In: CASSIN, Barbara e LORAUX, Nicole e PESCHANSKI. *Gregos, bárbaros, estrangeiros*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Ana Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993, p. 20; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega* In: *Os gregos, os historiadores, a democracia*[...], pp.208-9.

<sup>274</sup> Para M.I.Finley, entretanto, a tragédia, antes de refletir ou teorizar acerca da realidade política contemporânea, projetava, fundamentalmente, as implicações morais de seu tempo. Assim, para este historiador, ao contrário da opinião de politólogos e helenistas como Castoriadis e Vidal-Naquet – os quais entendem que a tragédia é democrática em sua própria essência –, Nicole Loraux e Claude Mossé, estando as idéias políticas dos dramaturgos muito diluídas ao longo de suas peças, estes não poderiam ser considerados enquanto teóricos ou propagandistas políticos. Por outro lado, Claude Mossé, numa frase modelar a qual poderia perfeitamente ser usada para contrapor este ceticismo de Finley para com o paralelismo direto entre a tragédia e a política, assevera que “no mundo das Cidades gregas na época de seu apogeu, tudo é político”. FINLEY, M.I, *Os gregos antigos* [...], p.90; MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.144.

O espírito democrático sustentando pelo profundo respeito ao direito – então, em franco desenvolvimento –, pois, se lhes apresenta como a diferença fundamental que faria de Atenas a pólis onde a grandeza, o equilíbrio e a liberdade convergiriam em frontal contraposição ao despotismo dos bárbaros persas.<sup>275</sup> Com efeito, tanto Ésquilo quanto Heródoto voltam seus olhares para o palco das guerras medas para de lá dramaticamente retirar o recente exemplo histórico de uma democracia emergente, vencedora e que, sem ser soberba, possuía plena confiança em si própria.<sup>276</sup> De fato, o estrondoso sucesso obtido diante das pretensões invasivas e subordinadoras de Dario e Xerxes projetava os atenienses – em face da sua participação decisiva entre os helenos – junto com o seu modo de governo e esplendor cultural à condição de líderes espirituais da Grécia e, por conseguinte, do “mundo civilizado”.

Assim, a Atenas democrática e hegemônica do século V a.C surge e se afirma necessariamente sobre os escombros do conflito contra os persas. Ésquilo, hoplita combatente nas célebres batalhas de Maratona e Salamina,<sup>277</sup> expressa toda a fé de seu tempo no ideal cívico e no veredicto soberano da massa dos homens livres enquanto única forma concebível de se atingir a justiça, e na horizontal cidadania como a manifestação suprema do *bíos politikós*; a formidável

---

<sup>275</sup> Cf. DURANT, Will. *Nossa herança clássica II*. Trad. Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro, Record, s/d, p. 339; LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*, p.224.

<sup>276</sup> O cidadão ateniense Ésquilo, contudo, é bastante anterior ao estrangeiro Heródoto. Tendo vivido entre 525 e 456 a.C, foi, portanto, contemporâneo perfeito da época que viu a estrutural reforma cívica clisteniana, as Guerras Medas e a manobra política resultante na retirada dos poderes do Areópago em nome dos órgãos populares por Efialtes em 462 a.C, fatos os quais representam, respectivamente, o nascedouro, afirmação e consolidação definitiva do regime democrático em Atenas. Heródoto, por outro lado, escreveu seus relatos do conflito contra os persas já às vésperas da Guerra do Peloponeso, ou seja, cerca de quarenta anos depois da trágica descrição esquiliana da batalha de Salamina em *Os Persas*.

<sup>277</sup> Sem fazer nenhuma alusão à sua brilhante obra de tragediógrafo, o epitáfio de Ésquilo teria como única referência a sua participação na batalha de Maratona como fato mais importante de toda uma vida. JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.284; ROMILY, Jaqueline de. *A tragédia grega*. [...], p.47.

e até então inédita “concentração das forças estatais”,<sup>278</sup> logo, encontrava no poeta trágico seu insubstituível arauto.

Desta maneira, com todo o distanciamento de tempo e lugar que a tragédia forçosamente pressupõe,<sup>279</sup> em face do desejo popular, como nos mostra as *Suplicantes* de Ésquilo (464 a.C), não resta nenhuma discricionariedade a Pelasgo, rei de Argos, – diante do pedido de asilo das fugitivas Danaides – salvo respeitar a regra democrática acatando a decisão da parte majoritária dos cidadãos argivos: “Dize-nos qual é a decisão tomada segundo a lei do escrutínio popular no qual prevalece a maioria”.<sup>280</sup> Ésquilo cunhava assim – ecoando, com toda a certeza, as lutas políticas da época de Efialtes as quais acabariam levando à preeminência última dos órgãos democratas sobre o daquela aristocracia vitalícia, o Areópago – a um só tempo, o conceito e a terminologia democrática.<sup>281</sup>

Portanto, se, por um lado, Ésquilo desponta como a figura arquetípica do crescente orgulho ateniense para com o seu governo popular, Heródoto enxerga no igual direito à palavra (*isegoría*), a um tempo, o determinante motivo para a irresistível prosperidade e razão principal da vitória de Atenas sobre os inimigos asiáticos.<sup>282</sup> Pois enquanto os soldados persas obedeciam aos comandos de seus superiores à base de uma brutal violência, os cidadãos-hoplitas da pólis democrática não sofriam qualquer tipo de coação – a não ser o próprio sentimento cívico – para defenderem a autonomia de sua pátria. A este respeito, Heródoto, pois, assevera o seguinte:

---

<sup>278</sup> *Ibid*, p.387.

<sup>279</sup> Com a notável exceção de *Os Persas*, do mesmo Ésquilo e encenada em 472 a.C, sete anos depois da batalha de Platéia. A respeito do distanciamento pressuposto pelo gênero trágico, cf. nota 196 *supra*. .

<sup>280</sup> ÉSQUILO, *Suplicantes*, 601 *apud* VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.197.

<sup>281</sup> LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas* [...], p.215.

<sup>282</sup> HERÓDOTO, *História* V,78 *apud* VIDAL-NAQUET, Uma invenção grega: a democracia *In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.179.

Atenas estava, então, em plena prosperidade. Não é um caso isolado, e sim de maneira geral que se manifesta a excelência do direito igualitário (*isegoria*): governados por tiranos, os atenienses não eram superiores, na guerra, a nenhum dos povos que habitavam perto deles; libertos dos tiranos, passaram, e de longe, ao primeiro lugar. Isso prova que, na servidão, eles se conduziam voluntariamente como fracos, pensando que trabalhavam para um senhor; uma vez em liberdade, encontraram interesse em realizar as suas obrigações com zelo.<sup>283</sup>

#### 2.2.1.4 Sófocles: o zênite da democracia ateniense e o problema da decisão política

Pois na mesma medida em que Ésquilo e Heródoto expõem o espírito entusiasmado da democracia em expansão, Sófocles (495-406 a.C), com a sua obra, sem dúvida reflete e materializa o sentimento coletivo da plenamente madura e poderosíssima Atenas do tempo de Péricles (cujos anos de nascimento e morte são, respectiva e aproximadamente, 490 e 429 a.C). Esta se encontrava então ao meio-dia de suas realizações e brilho ao mesmo tempo em que se aproximava do fatídico embate com os espartanos – confronto que marcaria o ponto de não-retorno de sua história.

Com efeito, a tragédia sofocleana não só traria à superfície como levaria ao paroxismo os dilemas e questões, os quais embora estando de certo modo recônditos, informes e vagos à sensibilidade popular, já atuavam subterrânea e decisivamente sob a realidade daquele momento. Sófocles apresenta, em meio a um *pathos* profundamente pessimista no qual o personagem humano emerge pela primeira vez enquanto ser autoconsciente e portanto capaz de participar do próprio destino,<sup>284</sup> toda a obsessão de sua época para com a justa medida e a perfeita harmonia das ações (*eurhythmia*), como se ao ter enfim atingido o equilíbrio e o viço há muito almejados,

<sup>283</sup> HERÓDOTO, *História* V,66 apud VIDAL-NAQUET, *Tradição da democracia grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.257..

<sup>284</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], pp.324-5.

Atenas temesse agora perdê-los em virtude da cega arrogância (*ate*) – e também da inveja despertada naqueles encontrados em posição inferior - que via de regra acomete os vencedores.

De fato, a conquista da hegemonia grega pelos atenienses e o paralelo controle econômico-militar do mar Egeu lhes garantiam o suporte financeiro e moral para aquela vida tão sobejamente vivida, libertária,<sup>285</sup> democraticamente participativa e genuinamente cosmopolitana. A cidade de Péricles e Sófocles experimentava, com intensidade, gravidade e sofisticação até então nunca imaginadas por qualquer sociedade, as implicações múltiplas e os impasses sempre inerentes à arena política. Assim, e sobretudo durante esta época, Atenas estava por todos os poros a exalar a inteligência e o calor dos debates os quais se tratavam de afrontamentos, tanto privados quanto públicos, de consciências profundamente preocupadas com a ação política enquanto tal.

Neste sentido, a clássica peça sofocleana *Antígona*, encenada em 442 a.C, constitui para Cornelius Castoriadis a obra trágica conhecida mais rica de significados sob o ponto de vista político.<sup>286</sup> Logo, a clara e hoje já vulgarizada oposição entre direito divino e convencional ou familiar e estatal (o direito de Antígona sepultar o irmão traidor da pátria malgrado as

---

<sup>285</sup> É claro que esta condição era restrita aos cidadãos e a alguns estrangeiros (não obstante, sem todos os direitos políticos concedidos pela pólis), contudo – sem que tal explicação justifique ou diminua o barbarismo e a brutalidade de uma sociedade eminentemente escravocrata –, a liberdade de fato existia para uma boa parte da população ateniense. A respeito do imperialismo ateniense, cf. *infra*, o item 2.3.

<sup>286</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem*[...], p.317. Não obstante, Michel Foucault reivindica para uma outra peça famosíssima de Sófocles, Édipo Rei, o estatuto de “[...] resumo de uma das grandes conquistas da democracia ateniense: a história do processo através do qual o povo se apoderou do direito de julgar, do direito de dizer a verdade, de opor a verdade aos seus próprios senhores, de julgar aqueles que governam”. Para Foucault, o conjunto da obra sofocleana ilustra de maneira exemplar três “[...] grandes formas culturais características da sociedade grega” do século V a.C. – formas estas profundamente relacionadas com o fenômeno político-democrático o qual, durante a época em que Sófocles escrevia, dominava a atmosfera cultural greco-ateniense –: 1) Elaboração de formas racionais da prova e da demonstração (como produzir a verdade, em que condições, que formas observar, que regras aplicar); 2) desenvolvimento da arte da persuasão que consiste em convencer as pessoas da verdade do que se diz; 3) desenvolvimento de um novo tipo de conhecimento; o conhecimento por testemunho, por lembrança, por inquérito. FOUCAULT, Michel. *Op. cit.*, pp.54-5.



determinações legais do Estado) assinalada originariamente por Hegel, embora irrefutável, não exauriria o sentido politicamente mais profundo do texto.<sup>287</sup>

Portanto, segundo Castoriadis,<sup>288</sup> o ponto-chave desta tragédia enquanto substancial aporte para uma reflexão trans-histórica acerca da democracia e da política, encontra-se não na antinomia acima referida,<sup>289</sup> mas no emblemático diálogo travado entre Creonte (rei de Tebas e intransigente guardião da lei estatal) e seu filho Hémon.<sup>290</sup> Desenha-se nesta exaltada conversa a questão que atravessa o drama do início ao fim: o problema da decisão política. Aferrando-se às suas razões (ainda assim consistentes nelas mesmas) de mantenedor da ordem do Estado e da legitimidade do próprio poder, Creonte esquece de – a bem dizer, não se dispõe a – considerar os motivos da parte contrária e de dar ouvidos à opinião popular – a favor de Antígona.<sup>291</sup>

Pois, neste erro trágico do homem poderoso, igualmente revelador da cegueira e da solidão que rondam amiúde aqueles que se excetuam da massa vulga, está plasmada a imanente e insuperável incerteza e o *caráter total* do domínio do político.<sup>292</sup> Não há justiça ou bem público que seja transcendental, imóvel no tempo, infalível e apartado da coletividade à qual ele se destina. A regra política – e sobretudo democrática – , antes de mais nada, necessariamente

<sup>287</sup> Castoriadis, entretanto, não é o único insatisfeito com a interpretação hegeliana. A este respeito, cf. STONE, I.F., *O julgamento de Sócrates* Trad. Paulo Henriques Brito. São Paulo, Companhia das Letras, 2001, p.223 e JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], pp.330-1.

<sup>288</sup> Lembre-se que I.F.Stone estabelece uma interpretação bastante semelhante à de Castoriadis – porém menos elaborada teoricamente. Por seu turno, Jaqueline de Romilly também chama a atenção para o fato de “o conflito entre os deveres familiares e as razões do Estado” não exaurir o sentido desta obra trágica. ROMILLY, Jaqueline. *A tragédia grega* [...], pp.74-5.

<sup>289</sup> A relativização da norma jurídica em face da exposição de seu caráter convencional e humano, deflagrada sobretudo pelos sofistas, era um dos temas mais candentes – e de implicações ulteriores mais profundas – daquele momento.

<sup>290</sup> SÓFOCLES. *Antígona*. Trad. Millôr Fernandes. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1999, pp. 30-6.

<sup>291</sup> Ao tomar o exemplo da *Antígona* de Sófocles, Goyard-Fabre observa que o trágico não estaria na oposição entre uma boa e uma má vontade; ao contrário, ele “[...] decorre da coexistência de duas vontades, de duas consciências de si, que aderem cada uma delas à sua própria lei, e que, portanto, recusam o reconhecimento mútuo. GOYARD-FABRE, Simone. *Os fundamentos da ordem jurídica*. [...], p.11.

<sup>292</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: As encruzilhadas do labirinto: os domínios do homem* [...], p.319.

submete ao julgamento de todos os possíveis aspectos existentes, qualquer decisão que diga respeito e se proponha a alterar um universo social humano.<sup>293</sup> Em política, tal como a admoestação de Hémon para com a intolerância doentia de seu pai, “não se pode querer ser sábio sozinho”,<sup>294</sup> e há que sempre se estar atento e receptivo para a possibilidade de haver mais de uma opinião sensata sobre um determinado assunto<sup>295</sup>: “[...] acho que o ideal era nascermos todos sábios, sem precisarmos aprender nada de ninguém. Mas como isso acontece raramente, é bom ouvir opiniões contrárias”.<sup>296</sup>

#### 2.2.1.5 Protágoras e a expressão da essência democrática

Diante disto, se a prática política de fato pressupõe uma “intelecção universal da essência das coisas humanas”,<sup>297</sup> conforme Jaeger assume; por outro lado, nenhum grego antigo foi tão explícito na postulação segundo a qual esta faculdade estaria naturalmente distribuída, sob a forma de gérmen, entre todos os homens, sem distinção<sup>298</sup> – e, portanto, poderia, a partir da educação do indivíduo face aos pressupostos da pólis, ser desenvolvida por quem quer que fosse –, quanto Protágoras de Abdera (teria vivido entre 490 e 420 a.C), o mais antigo daqueles que seriam conhecidos como sofistas. Assim, deveras ironicamente, a exposição dos motivos

---

<sup>293</sup> Cf. *Ibid.*

<sup>294</sup> *Ibid.* Utiliza-se aqui, por se adequar melhor aos propósitos deste trabalho, a tradução de Castoriadis para o texto de Sófocles. Hannah Arendt, por sua vez, chama a atenção para o verso 737 de Antígona que ela traduz da seguinte forma: “uma pólis pertencente a um homem não é uma pólis”. ARENDT, Hannah. *O que é autoridade? In: Entre o passado e o futuro* [...], p.143. A tradução (diluadora) de Millôr Fenandes para este mesmo verso (p.33) é: “nenhum Estado pertence a um homem só”.

<sup>295</sup> A este respeito, pois, Castoriadis chama a atenção para o fato de o conflito entre Antígona e Creonte demonstrar, em última análise, que razões contrárias podem vir a coexistir. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto – A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.194.

<sup>296</sup> SÓFOCLES. *Antígona* [...], p. 32.

<sup>297</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.339.

<sup>298</sup> Cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], pp.181-2.

democráticos mais próxima de ser considerada um discurso teórico, foi veiculada por um célebre e brilhante antidemocrata ateniense – dito outra vez, o maior: Platão<sup>299</sup>

Com efeito, é a partir de “*Protágoras*”, diálogo platônico entre este seminal sofista e Sócrates – historicamente fictício, porém, ao que tudo indica, verdadeiro quanto às posturas onto-ideológicas dos protagonistas –,<sup>300</sup> que se esboça com inigualável nitidez a maior justificativa do regime democrático ateniense,<sup>301</sup> ou melhor, expressa a própria essência democrática, a qual certamente transcende o horizonte histórico da Atenas clássica. Desta feita, o mito que Platão debita à imaginação prodigiosa de Protágoras<sup>302</sup> e o posterior discurso explicativo deste último,<sup>303</sup> em suma, giram em torno da possibilidade, tanto real como concreta, de se educar qualquer homem para a vida política – o ensinamento da “virtude”.<sup>304</sup> Tal democrática condição, pois, existe na medida em que Zeus, através de Hermes, teria concedido a todos, igualmente, os sentidos de pudor e respeito (*aidós*) e justiça (*díke*).<sup>305</sup> Deste modo, sendo a humanidade indistintamente dotada de discernimento político (*tékhne politiké*) – característica fundamental que a distingue dos outros animais – e, logo, estando apta a viver de maneira coletiva e ordenada,<sup>306</sup> nada impede que este atributo em potencial, este dom natural, não apenas se efetive – a

<sup>299</sup> Cf. *Ibid.*, p.181.

<sup>300</sup> Cf. *Ibid.*, p.322 n.14 e JAEGER, Werner. *Paidéia* ..., p.327.

<sup>301</sup> Cf. PLATÃO. *Protágoras*, 320 C- 328 D. Tradução, estudo introdutório e notas de Eleazar Magalhães Teixeira. Fortaleza: Edições UFC, 1986.

<sup>302</sup> *Ibid.*, 320 C- 324 P.

<sup>303</sup> *Ibid.*, 324 P- 328 D.

<sup>304</sup> VIDAL- NAQUET, Pierre. *Estudos de uma ambigüidade: os artesãos na cidade platônica* In: VERNANT, J.P. e VIDAL- NAQUET, P. *Trabalho e escravidão na Grécia antiga*. Trad. Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1989, pp.151-2.

<sup>305</sup> PLATÃO. *Protágoras*, 322 D.

<sup>306</sup> A filósofa francesa Barbara Cassin explica que, no sentido do mito de Protágoras, *aidós* seria “o respeito pelo sentimento com a opinião dos outros, o respeito da opinião pública e, ao mesmo tempo, o respeito de si”. *Díke*, por sua vez, “antes de ser a justiça, portanto o processo e o castigo, é a regra, o uso, o procedimento, tudo aquilo que se pode exibir (*deíknymi*): norma pública da conduta, conduta exigida em público”. CASSIN, Barbara. *Ensaio sofisticado*. Trad. Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo, Siciliano, 1990, p.171. Guthrie, por seu turno, após traduzir *díke*, por “senso de direito ou justiça”, observa que *aidós* seria uma “qualidade mais complicada, combinando mais ou menos senso de vergonha, modéstia, e respeito pelos outros”. GUTHRIE, W.K.C. *Os sofistas*. Tradução: João Rezende Costa. São Paulo: Paulus, 1995, p.67.

simples existência da pólis enquanto tal comprovaria esta efetivação – como atinja altos níveis de desenvolvimento, se for dada a qualquer indivíduo a necessária educação – no presente caso, <sup>307</sup> defende-se, obviamente, a pedagogia sofística, ou seja, aquela voltada para o ensinamento da técnica política mediante pagamento em pecúnia, conforme o próprio Sócrates se comprazia em lembrar, com o objetivo de explicitar a radical diferença que o distinguiria destes homens.<sup>308</sup>

Como se pode depreender, o franco otimismo pedagógico-democrático de Protágoras é anunciado na obra homônima de Platão enquanto contraponto para a tese socrática segundo a qual a virtude política – a *areté* por excelência –, estando de maneira imediata relacionada com aquilo que havia de mais importante, nobre e superior para os atenienses-gregos, não poderia ser, de forma alguma, uma qualidade vulgar, dispersa indiferentemente entre todos. <sup>309</sup> – Ao contrário, o entendimento socrático parte do rigoroso princípio de que para poder exercer-se a política condignamente, é preciso um conhecimento insuspeito, se possível próximo à exaustão, das coisas humanas.<sup>310</sup> Com efeito, causava espécie ao mestre platônico o fato de sempre que se precisava de algum conselho concernente a assuntos tais como arquitetura ou engenharia naval, apelava-se, em Atenas, à experiência de peritos, contudo, quando se tratava de governar a pólis,

---

<sup>307</sup> Vidal-Naquet entende, a partir do diálogo platônico, que a *politiké tékhné* estaria presente, de forma bruta e natural, e em todos os homens, independentemente do fato de eles serem escravos ou não. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Tradição da democracia grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.256. M.I. Finley, ao contrário, parte do pressuposto de que esta faculdade só se encontraria entre os homens livres: “[...]All men, at least all free men, are peers in this respect [...]”. FINLEY, M.I. *Democracy ancient an modern* [...], p.28.

<sup>308</sup> A pedagogia sofística define-se, historicamente, em contraposição à socrática (seja como for, talvez isto se deva muito mais em virtude da representação platônica dos sofistas, sempre fazendo as vezes de eruditos vazios, petulantes e manipuladores inescrupulosos de falsos discursos a serem desmascarados e diminuídos pelo brilhantismo sóbrio e profundo de Sócrates, do que em função da diferença, de fato existente, entre as duas *paidéias*, posto que ambas colocavam o humano no centro de suas preocupações). Assim, enquanto os sofistas eram sábios itinerantes, via de regra estrangeiros, que ensinavam a *areté* política para seus discípulos em troca de dinheiro, Sócrates, ateniense nato, não se considerava mestre daqueles que o acompanhavam e ouviam, mas sim amigo, e, portanto, deplorava o fato de se cobrar para ensinar algo que, além de tudo, ele julgava impossível de ser ensinado. Cf. *infra*, p.77.

<sup>309</sup> Cf. PLATÃO. *Protágoras*, 319 D.

<sup>310</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.539.

qualquer cidadão era chamado a deliberar.<sup>311</sup> – Portanto, na confrontação dos princípios democráticos de Protágoras e aristocráticos de Sócrates consubstanciava-se uma tensão e uma dificuldade até hoje não sanadas pela reflexão política moderna.<sup>312</sup>

Assim, a postulação protagórica parte de um relativismo ontológico e antropocêntrico radical: “o homem é a medida de todas as coisas, da existência do que existe e da inexistência do que não existe”<sup>313</sup> – não há, portanto, coincidência no fato deste sofista de Abdera ter escrito as *Antilogias*, obra perdida que tratava da arte de se propor um argumento para depois refutá-lo ou contrapô-lo com outro inteiramente oposto –,<sup>314</sup> enquanto que, por outro lado, toda a filosofia de Sócrates e Platão tenderá para o dogmatismo (muito embora o platonismo não possa ser considerado como corpo doutrinário definido ou fechado), porquanto comprometida com a busca do sumo bem, do postulado universal que desse sentido a todos os problemas éticos,<sup>315</sup> e com o desvelamento da realidade última das coisas.

Protágoras, pois, duvida da existência de uma verdade absoluta – porquanto, conforme observa Hanna Arendt, “vista do ponto de vista da política, a verdade tem um caráter despótico”<sup>316</sup> – assim como descrê da certeza objetiva de qualquer realidade que não seja convenção ou construto humano. Desta maneira, se os homens podem viver em sociedade, isto se deve, antes, ao fato de todos respeitarem (*aidós*) as convenções (*nomos*) estabelecidas em comum acordo (tácito), entre eles próprios – segundo o mito, aqueles que não fossem capazes de respeitar as

---

<sup>311</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *Que é autoridade In: Entre o passado e o futuro* [...], p.151; GUTHRIE, W.K.C. *Op.cit.*, p.65.

<sup>312</sup> A respeito da recalcitrante permanência dos conflitos e contradições fundamentais da democracia antiga na democracia moderna, cf. GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* [...], (especialmente) p.61, e o capítulo terceiro desta dissertação.

<sup>313</sup> LUCE, J.V. *Curso de filosofia grega – do séc. VI a.C ao séc III d.C*[...], p.84.

<sup>314</sup> Cf. JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.367.

<sup>315</sup> ARISTÓTELES. *Metafísica*, 987 b.

<sup>316</sup> ARENDT, Hannah. *Verdade e política In: Entre o passado e o futuro* [...], p.298.

regras sociais, deveriam ser maximamente penalizados <sup>317</sup> –, e não pelo fato de existir alguma norma transcendente à qual eles se verguem. Portanto, a comunidade política torna-se possível porque – independentemente do conteúdo ético das leis em função das quais os cidadãos venham a se obrigar –, <sup>318</sup> em última análise - e antes da definição aristotélica –, seríamos animais dotados de linguagem (*logos*) e, a partir desta faculdade única, aptos a viver em sociedade, de criar convenções e persuadir os demais a obedecê-las; em suma, propensos e dispostos a criar consenso. <sup>319</sup>

Com efeito, a relação imediata entre relativismo e democracia, anunciada em Protágoras, não possui nada de accidental. Da constatação perante a qual ao homem é vedada a intelecção de juízos de valor absolutos, ou, melhor dito, de que a reivindicação de uma realidade objetiva, anterior ao conhecimento humano, <sup>320</sup> seria algo, em última instância, logicamente insustentável, <sup>321</sup> e, de resto, antipolítica, surge conseqüentemente, em princípio, a postura não apenas tolerante como também receptiva diante de outra proposição a qual venha a ser plausível (que faça sentido) ou mesmo oportuna. <sup>322</sup> Ora, como se sabe, o princípio democrático pressupõe a possibilidade permanente de rever decisões, <sup>323</sup> e de propiciar a manifestação do maior número de indivíduos possível no seio das arengas políticas. Afinal, se nenhum julgamento está, *a priori*, fora de questão; vale dizer, conforme Castoriadis aponta, se não há em se tratando de política um saber

<sup>317</sup> Cf. PLATÃO. *Protágoras*, 322 D.

<sup>318</sup> Cf. CASSIN, Barbara. *Ensaio sofisticos*[...], p.171.

<sup>319</sup> Entretanto, ao contrário de Aristóteles que considera o *logos* fundamental para a política, mas no sentido instrumental de finalidade (*télos*), Protágoras reputa a linguagem como o princípio por excelência, fator preponderante a partir do qual o homem se torna político. Portanto, a condição política, a dimensão ética e, com efeito, o fato de existirem leis, proviriam necessariamente deste *logos*, desta capacidade retórica que o homem possui de formular discurso e de persuadir outros homens. Cf. *Ibid.*, p.173.

<sup>320</sup> Cf. Kelsen, Hans. *A democracia*[...], p.164.

<sup>321</sup> Também é atribuída a Protágoras a enunciação do seguinte preceito agnóstico: “Os deuses, eu não posso saber se eles existem, nem a que se assemelham, pois existem numerosos obstáculos para um tal conhecimento, ao mesmo tempo a falta de certeza e a brevidade da vida humana”. MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates*[...], p.61.

<sup>322</sup> Cf. *supra*, pp.53-4 e, principalmente, o capítulo terceiro deste trabalho.

certo e seguro (*epistemê*), mas apenas opiniões (*doxai*), <sup>324</sup> então todos podem efetivamente participar da vida político-comunitária. <sup>325</sup> O princípio majoritário, portanto, se assenta sobre o postulado da equivalência *prima facie* de todas as *doxai*. <sup>326</sup>

#### 2.2.1.6 Os sofistas e a chegada irreversível da crise

Ademais, a figura representativa e criadora de Protágoras se inscreve enquanto uma das principais protagonistas de um momento marcado por profundas transformações concernentes ao caráter e ao horizonte intelectual ático-helênico. O mundo grego, pois, então liderado por Atenas, de acordo com Ferrater Mora, fazia a turbulenta passagem do período cosmológico para o antropológico.<sup>327</sup> O conflito doloroso tematizado pela tragédia contemporânea entre os valores heróicos da antiga *areté* ainda bastante sensíveis e os pressupostos agora ubíquos do *bíos politikós* encontrava na sofística a sua mais concreta tradução.

Os caminhos todos levavam ao humano e à sua discussão. Numa sociedade em que a lógica do raciocínio, os problemas ético-morais e a mecânica do discurso tomado como meio por excelência de intervenção política são assuntos de máxima importância, o homem dedicado ao pensamento se torna uma força social, <sup>328</sup> além de oferecer uma insuspeita promessa de poder.

Explorando até as últimas conseqüências a linguagem (o *lógos*), como se tal empreendimento fosse uma arte ou técnica que conduzisse ao livre manuseio da matéria prima de

---

<sup>323</sup> GAVAZZI, Giacomo. *Introdução: Kelsen e a doutrina pura do Direito* In: KELSEN, Hans. *A democracia* [...], p.362 n.32.

<sup>324</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A democracia ateniense: questões falsas e verdadeiras* In: *Encruzilhadas do labirinto – A ascensão da insignificância. Vol. IV* [...], pp.220-1.

<sup>325</sup> Conforme observa Castoriadis, o fato de não haver conhecimento seguro em política, indica, que numa primeira abordagem, as opiniões de todos seriam equivalentes; após a discussão é preciso votar, chegar a um consenso. *Ibid.*, p.192.

<sup>326</sup> *Ibid.*

<sup>327</sup> FERRATER MORA, J. *Dicionário de Filosofia*. São Paulo: Edições Loyola, 2001. Tomo IV, verbete: sofistas, p.2729.

onde surge toda a realidade – a qual naquela precisa época se confundia quase inteiramente com a política –, e, a um tempo, pondo em evidência e tirando proveito dos vários aspectos equívocos e lacunares da compreensão grega de mundo – entre eles, a desconfiada indecisão acerca da divindade ou humanidade da lei, a questão da existência ou não de uma verdade universalmente válida –, o sábio pensador (*sophistés*) ratifica a chegada irreversível de uma crise espiritual e histórica destinada a exercer mudanças estruturais no modo de ser e de agir ateniense; o político (de certa maneira) se desencantava: o homem descobria-se enfim sozinho e criador único dos próprios critérios.

Suma e frustrante ironia ofertada pela história desta sociedade: ao mesmo tempo em que uma pletora de possibilidades inauditas deveria supostamente despontar diante daqueles helenos, não só faziam-se sentir como passavam a se tornar patentes suas insuperáveis limitações. Com efeito, o apogeu de Atenas, paralelo ao auge da política e do espírito democrático, se dava em meio a um turbilhão intenso de fatores históricos os quais, pouquíssimo depois, também causariam, de forma inexorável, a sua ruína.

À postura iluminista de conseqüências igualmente iconoclastas dos sofistas sobrepunha-se as múltiplas imperfeições inerentes a uma pólis repleta de conflitos internos não declarados e mal resolvidos, ademais, em franco – porém precário – processo de desenvolvimento burguês-mercantil,<sup>329</sup> e, além disso, sobretudo, ao imperialismo ateniense em rota de colisão com os

---

<sup>328</sup> *Ibid.*, p.2780.

<sup>329</sup> Se por um lado Atenas era o centro comercial de todo o mundo grego e seus célebres vasos eram exportados como artigos de luxo, sendo o seu porto o local aonde chegava e de onde partia grande parte das riquezas conhecidas naquele tempo, o fato é que, como informa Claude Mossé, esta pólis sempre precisou obter artigos fundamentais tais como cereais, metais comuns e madeira para o vigamento de seus navios, no exterior. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.41. Numa realidade tão instável e sujeita a guerras, tal condição poderia levar Atenas a períodos de brutal escassez e fome-como de fato ocorreu durante a Guerra do Peloponeso.



oligarcas espartanos, na malfadada e patética busca da afirmação definitiva de seu ideário e poderio.

Assim, as tragédias euripidianas, os relatos da Guerra do Peloponeso de Tucídides e as comédias de Aristófanes, conquanto tenham sido escritos no decorrer do último quartel do século quinto a.C e amiúde orbitem ao redor do problema democrático – oferecendo novas luzes e sombras à sua esfinge –, já refletem um outro *zeitgeist*, tempo em que a unidade e a confiança da pólis, minadas em função da penosa campanha militar iniciada em 431 a.C,<sup>330</sup> pareciam depender excessivamente de um consenso o qual, em última instância, naquela altura dos acontecimentos, se revelava improvável para a confusa, exangue e manipulada consciência comunitária,<sup>331</sup> transformada, então, em mero brinquedo nas mãos dos novos e tão ambiciosos quanto inescrupulosos líderes atenienses, acometidos pela *hýbris*. Conforme mostram várias passagens aristofânicas,<sup>332</sup> e de Tucídides, a opinião coletiva estaria cindida entre o apoio ao governo demagógico (a favor da continuação da guerra) e a defesa dos conservadores – e mesmo entreguistas – princípios oligárquicos (dispostos ao armistício e à capitulação frente aos

---

<sup>330</sup> Os motivos concorrentes para o processo de divisão política ateniense, sobretudo da época da Guerra do Peloponeso em diante, muito provavelmente transcendam as consequências nefastas trazidas pela longa beligerância contra Esparta. Deste modo, fatores tais como a inegável influência sofística na prática dos assuntos da comunidade, e o conseqüente desenvolvimento da retórica – e das faculdades argumentativas em sentido lato – enquanto fundamental instrumento de persuasão e ação política, provocaram uma profunda mudança no cenário ateniense; como se, de tal modo, tivesse ocorrido, para os padrões culturais daquela civilização, um “desencantamento” dos pressupostos que mantinham a coesão social. Acerca do movimento sofístico, remeta-se ao subitem 3.1.1 do presente trabalho.

<sup>331</sup> Nicole Loraux observa que se nos relatos de Heródoto, contemporâneo de Péricles e Sófocles, toda batalha era confiantemente precedida por um debate real como se a discussão fosse a garantia da vitória, em Tucídides, por outro lado, percebe-se o contrário, ou seja, muitas vezes é a contenda de opiniões o fator determinante de uma derrota militar. Desta maneira, a autora conclui que nos tempos de Tucídides, “a pólis não mais domina a manobra política da linguagem, que outrora fazia a sua força”. LORAUX, *Invenção de Atenas* [...], p.216. Sobre tal contraposição e o descompasso entre o discurso (*lógos*) precedente e ação (*érgon*) posterior, evidente no relato de Tucídides, Vidal-Naquet comenta: “Uma coisa é falar, outra é realizar. O que se passa no terreno não é (não é sempre) o que fora previsto ou planejado.” VIDAL-NAQUET, Pierre. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], pp.105-6.

<sup>332</sup> Cf. principalmente a comédia *Os cavaleiros* cujo enredo trata da relação entre o povo e os líderes demagógicos.

espartanos): a pujança democrática e o intenso brilho de Atenas então divisavam um longo e enganoso entardecer.<sup>333</sup>

Com efeito, se durante as lideranças de Efialtes e Péricles, por exemplo, os votos vencidos no Conselho e assembléias populares, até prova em contrário, pareciam acatar a regra da maioria (e, por conseguinte, o princípio democrático segundo o qual os mais numerosos devem obter sempre a vitória: a decisão majoritária enquanto norma para todos)<sup>334</sup> em nome dos interesses superiores da coletividade – confirmando, *ipso facto*, o bom funcionamento do sistema e a unidade da pólis, posto que, com efeito, esta só poderia dividir-se no momento da votação –,<sup>335</sup> após a morte do último (429 a.C.),<sup>336</sup> ocorreria pois o ponto de inflexão fatídico na história da

---

<sup>333</sup> Ainda que a liberdade de discurso e de entrecabo de opiniões se constituam enquanto uns dos célebres e incontestes corolários atenienses, causa espécie notar que o regime democrático sempre tenha sido profundamente refratário e impermeável à existência de conflitos classistas e de partidarismo (não havia partidos políticos em Atenas) que não correspondessem a uma aspiração genuinamente comunitária, como se a oposição pública e radical de princípios, ao invés de se constituir enquanto um fato natural e salutar para o organismo social, na medida em que submetendo as pressupostas discordâncias aos critérios de uma avaliação coletiva organizada possibilitaria a emergência e o amadurecimento do político, fosse algo insidioso – “má divisão” – a colocar em risco a sobrevivência, e os postulados fundamentais de unidade e indivisibilidade da pólis, porquanto poderia refletir a eventual supremacia de interesses privados sobre os públicos, o que, por sua vez, iria frontalmente de encontro com o *princípio antiprivatista e anti-individualista da política helênica*. Assim, Vidal-Naquet compreende a democracia ateniense repousando sobre a regra da maioria. “É necessário que todos possam exprimir-se, mas que os mais numerosos tenham a vitória. [...] Quer se trate de assuntos judiciais ou de assuntos políticos, a decisão majoritária se torna a regra de todos”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.183. Ainda sobre a figura do conflito interno no cenário grego, Finley, ao tratar da evolução semântica sofrida pela palavra *stásis*, observa que se etimologicamente esta signifique algo próximo à “posição”, “tomada de posição” ou “posição política, com o tempo ela vai assumindo um sentido bem mais perigoso: sedição, dissensão e guerra civil, confirmando que, durante toda a época clássica, “a linha divisória entre política e sedição era muito tênue”. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.44; FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.52; LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas* (...), p.210; LORAUX, Nicole. *A cidade grega pensa o um e o dois In: CASSIN, Barbara, LORAUX, Nicole, PESCHANSKI. Gregos, bárbaros, estrangeiros* [...], pp.81-2. A respeito do conflito político interno enquanto uma “doença” da pólis, cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], pp.197-8. Sobre este aspecto da política ateniense, veja também o item 2.3 e o capítulo terceiro deste trabalho.

<sup>334</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.183.

<sup>335</sup> *Ibid.*

<sup>336</sup> De qualquer maneira é preciso não olvidar que as circunstâncias as quais envolveram o assassinato de Efialtes (ao que tudo indica, o principal responsável pela privação de grande parte das atribuições político-jurídico-decisórias do Areópago em 462 a.C, órgão político de caráter eminentemente aristocrático, em favor da *Boulé* e outros órgãos populares) em 461 a.C, um dos episódios mais obscuro da história clássica ateniense, parecem estar relacionadas com a disputa pelo poder entre conservadores aristocratas e populistas, fato que corroboraria a hipótese da antiga instabilidade interna e eterna propensão à *stásis* manifestada por Atenas. Contudo, ainda que isto seja verdadeiro, tal

política e do *ethos* ateniense – <sup>337</sup> não-retorno este sacramentado, um quarto de século mais tarde, com a confirmação da derrota de Atenas diante dos lacedemônios, o *coup d'état* relâmpago que tal fracasso acarretou, e a posterior restauração democrática a qual, por sua parte, concedeu anistia aos golpistas oligarcas e demais exilados durante a Guerra – fato sem precedentes históricos – e que, <sup>338</sup> em 399 a.C, por outro lado, acabaria condenando Sócrates à cícuta. <sup>339</sup> Os tempos, sem dúvida, eram outros; a impressionante tenacidade que constituía o motivo de maior orgulho para os seus cidadãos havia esmorecido, assim como aquilo que nos tempos gloriosos fizera a força da democracia ateniense, provocava agora a sua ruína. <sup>340</sup>

---

fato não vai necessariamente de encontro à afirmação de que logo após a vitória contra os persas e durante bom tempo do século V a.C Atenas teria experimentado um período de fortíssima coesão social, visto que se nesta época já havia dissensões internas, elas pareciam ceder largamente frente a necessidade de defesa da pólis contra a ameaça de um novo ataque persa – confirmando a preeminência do sentido -coletivo sobre o individual.

<sup>337</sup> Cf. TUCÍDIDES, *História da Guerra do Peloponeso*, II.65-6. 3.ed. Trad. Mário da Gama Cury. Brasília: Editora UnB, 1999, pp.110-1.; ARISTÓTELES, *A Constituição de Atenas*, XXVIII; FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], pp.40-1 e p.63. Doravante, seria deflagrada a radicalização (ou degeneração, segundo muitos helenistas) da democracia ateniense, evidenciada na manipulação do povo pelos líderes demagogos cheios de vontade de poder e, com efeito, movidos principalmente por interesses próprios, durante a época da guerra contra os lacedemônios e, no século IV a.C, o estranho fenômeno da concentração de todo o poder político-jurídico-decisório na assembléia em detrimento dos outros órgãos, tais como os tribunais e a *Boulé*. Com efeito, a débâcle da harmonia social, até então baseada num feliz e incomum amálgama de elementos populares e aristocráticos, em função de um crescente sectarismo (*stásis*), levaria à discussão pública questões antes confinadas a círculos privados. A respeito dos vários aspectos controvertidos da democracia ateniense, e em que medida eles refletiriam problemas inerentes ao agir político, cf. o capítulo 3 desta dissertação.

<sup>338</sup> Cf. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.74.

<sup>339</sup> A este respeito, Vidal-Naquet observa: “Que a democracia ateniense tenha mudado de espírito, até de natureza, com a Restauração de 403, disso não discordaremos”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *A democracia ateniense em 1788 In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.219. Sobre os episódios que se superpuseram à derrota de Atenas frente a Esparta, cf. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], pp.77-96.

<sup>340</sup> De tal modo que, conforme Barbara Cassin e Nicole Loraux advertem no prefácio de *Gregos, bárbaros e estrangeiros*, “[...] o voto não aparece mais como conforto [...], mas, ao contrário, como um procedimento explosivo, com um resultado sempre perigoso e que deixa seqüelas; ou eis que testemunhar na justiça não é mais um ato banal de bom cidadão, mas o dedo colocado na engrenagem duvidosa desses tribunais e dessas leis estruturalmente

### 2.2.1.7 A comédia aristofanesca como corolário da liberdade democrática

Por fim, este processo que Werner Jaeger chamou de “dissolução de toda a herança espiritual do passado”,<sup>341</sup> encontraria na comédia de Aristófanes (449-380 a.C) um sarcástico e revelador comentário que não pode passar despercebido. Sem embargo, a própria conformação subversiva do gênero e da encenação cômica emprestava, *tout court*, um olhar particularíssimo sobre o tempo que se seguiu à morte de Péricles e à deflagração da guerra, de tal forma que nem a história ou tampouco a tragédia poderiam emprestar.

A comédia, pois – enquanto “o mais genuíno produto da liberdade democrática da palavra” –,<sup>342</sup> era o oportuno lugar onde se expunha de maneira assaz incisiva e desbragada tudo o que clamava à opinião pública, preenchendo assim o espaço de crítica social moralizante. É a partir de um tom propositadamente cáustico, obsceno, burlesco, populista; da ridiculização afrontosa e insultante das figuras mais proeminentes e representativas (via de regra as mais poderosas eram o alvo predileto) da coletividade,<sup>343</sup> e da criação de histórias fabulosas e absurdas facilmente identificáveis como caricaturas, alegorias grosseiras e risíveis das situações vivenciadas por Atenas, que a *mise-en-scène* cômica não apenas desenha de modo bastante fiel o cenário de sua época como se impõe enquanto uma fortíssima instância influenciadora e educativa para o *démos*.

---

incapazes de apagar os males já sofridos ou incapazes de dar garantias contra vinganças futuras”. CASSIN, Barbara; LORAUX, Nicole. *Gregos, bárbaros e estrangeiros* [...], p.09.

<sup>341</sup> JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.429.

<sup>342</sup> *Ibid.*, p.421.

<sup>343</sup> Jeffrey Henderson observa que para ser alvo das invectivas cômicas não bastava a simples posse de atributos elitistas, tais como nascimento, riqueza ou criação: “Aristophanes no more criticizes quiet members of the advantaged class than he criticizes quiet members of the ordinary classes. [...] For comic purposes, then élite means politically powerful ou politically ambitious”. HENDERSON, J. *Comic hero versus political élite In: WINKLER, J. & ZEITLIN, F. (org.) Nothing to do with Dionysos? Athenian drama in its social context*. Papers from the Greek drama conference, 18-20 July 1990, Bari, p.311.

O fato de a comédia ter atingido o seu apogeu justamente no momento em que a pólis democrática começava a dar mostras claras de degeneração, não diminui de modo algum a sua importância e o seu significado. É preciso ter em mente o que o humor lúcido, inspirado, crítico e politizado representa dentro de uma sociedade – seu caráter democrático-civilizador por excelência, porquanto revela a existência de um *espaço público de pensamento* o qual coloca em questão a própria instituição da sociedade <sup>344</sup> – para que se compreenda exatamente o raríssimo estágio evolutivo ao qual havia chegado a Atenas de Aristófanes <sup>345</sup> – não obstante todas as insuperáveis limitações conjunturais daquela era e insuficiências intrínsecas à cidade-estado as quais já se faziam sentir como um miasma social, uma enfermidade insidiosa e inexorável. <sup>346</sup>

Além disso, a relação entre a comédia tomada em seu conjunto e as instituições cívicas atenienses apresenta uma proximidade mais evidente e estreita do que em qualquer outra manifestação cultural coetânea, anterior ou ulterior. <sup>347</sup> Com efeito, a existência mesma do teatro cômico na forma como este era apresentado na época de Aristófanes necessariamente implica a verificação de um dos mais notáveis e essenciais fenômenos institucionais da cultura democrática da Atenas clássica: a *parrhesía*, <sup>348</sup> o direito – e obrigação moral – de todo cidadão expressar

---

<sup>344</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A indústria do vazio In: As encruzilhadas do labirinto II – os domínios do homem*[...], p.31.

<sup>345</sup> Sobre este respeito, Christopher Carey comenta: “Comedy thus helps to define the city, not only as a cultural centre but as the democratic polis *par excellence*. By its very existence comedy acts as a thermometer for the health of the democracy [...]” CAREY, C. *Comic ridicule and democracy In: OSBORNE, R. & HORNBLLOWER, S. (org.) Ritual, finance, politics: Athenian democratic accounts presented to David Lewis*. Oxford, 1994, p.71.

<sup>346</sup> Acerca das limitações e impossibilidades da democracia antiga, remeta-se ao capítulo terceiro desta dissertação.

<sup>347</sup> A comédia a que se faz referência é somente a aristofanesca dos tempos da Guerra do Peloponeso, também conhecida como Comédia Antiga. Antes mesmo da morte de Aristófanes, no início do século, a comédia se despolitizaria para se voltar exclusivamente a temas atinentes aos costumes da vida privada. O comediógrafo mais representativo desta nova fase da comédia ateniense chama-se Menandro, porém, ao contrário de Aristófanes não se trata de um autor clássico.

<sup>348</sup> Para maiores comentários sobre a *parrhesía* (e demais mecanismos do sistema democrático ateniense) cf. também o item 2.3 deste trabalho.

franca e publicamente o que julgasse fundamental no sentido de conservar a integridade daquele sistema assentado sobre a soberania popular.<sup>349</sup>

Os modos mediante os quais esta prerrogativa era exercitada poderiam variar muito, iam pois desde de um sóbrio aviso de ordem geral até a invectiva grosseira e acintosa contra muitos ou alguém. Na realidade, contanto que se comprovasse a pertinência do ato, a maneira como este teria sido praticado não possuía tanta importância se comparada com os seus sanativos efeitos de conservação dos pressupostos democráticos.

Portanto, os célebres, ruidosos e corrosivos ataques desferidos por Aristófanes contra os líderes da Atenas de seu tempo – descritos como homens grotescos e despidos de brilho, rapaces que manipulariam o povo de acordo com as circunstâncias sempre flutuantes da própria ambição – conferem uma luz toda especial ao problema do pensamento e da cultura democrática ateniense. Tomando as vezes de porta-voz do *démos* e sagazmente lançando mão das condições libertárias ora oferecidas pelo regime popular, o poeta cômico expunha com admirável acuidade o momento de impasse e dissolução cívica e moral da cidade em guerra. Por outro lado, estando na condição de homem profundamente comprometido com a salvaguarda do *êthos* a partir do qual Atenas granjeara a reputação de “Escola da Hélade”,<sup>350</sup> Aristófanes, malgrado toda a mordacidade com que se refere às imperfeições crassas daquele cotidiano, nunca deixa de refletir – algo nostálgico – o genuíno ideal democrático que se confundira até há pouco tempo com a realidade da pólis.<sup>351</sup>

---

<sup>349</sup> Cf. HENDERSON, J. *Attic old comedy, Frank speech, and democracy* In: BOEDEKER, D. & RAATLAUB, K. (org.) *Democracy, empire and the arts in the fifth-century Athens*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1995, p.256.

<sup>350</sup> TUCÍDIDES, II, 40.

### 3 A ESTRUTURA, O FUNCIONAMENTO E OS PRESSUPOSTOS DO ESTADO DEMOCRÁTICO ATENIENSE

*“Nossa constituição nada tem que invejar às leis que regem nossos vizinhos; longe de imitar os outros, damos o exemplo a seguir. Entre nós, o Estado é administrado no interesse da massa e não no de uma minoria, daí o nome que nosso regime adotou: democracia.”*

Tucídides<sup>352</sup>

*“Quanto ao sistema ateniense de governo, não gosto dele. Entretanto, já que eles resolveram transformar-se numa democracia, parece-me que a preservam bem”*

Pseudo-Xenofonte<sup>353</sup>

Forçosamente, a história da formação do Estado ateniense esteve e estará para sempre envolta nas legendárias brumas do mito.<sup>354</sup> Em última análise, pois, a idealidade da pólis, a irresistível força religiosa por ela emanada, era a condição fundamental e o motivo que ensejava a existência concreta de suas instituições cívicas e órgãos político-judiciários.<sup>355</sup> Com efeito, o mito paradigmático a partir do qual os atenienses costumavam justificar a união das antigas tribos

<sup>351</sup> Sobre este aspecto, Jeffrey Henderson considera: “the poets were trying to recall the demos to its past greatness in a period of political transition and evident decline[...]. HENDERSON, J. *Attic old comedy, Frank speech, and democracy*[...], p.271.

<sup>352</sup> TUCÍDIDES, II, 37. *apud* MOSSÉ, Claude. *Atenas : a história de uma democracia*[...], pp.37-8.

<sup>353</sup> Pseudo-Xenofonte, *A Constituição de Atenas*, 3,1. *apud* FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação*[...], p.42.

<sup>354</sup> Acerca da visão mítica e nebulosa dos gregos para com a própria história, e, por conseguinte, da equivocidade das fronteiras que separam o tempo mítico do tempo histórico, Nicole Loraux assevera: “Seria vão indagar como os atenienses se podiam satisfazer com uma história tão lacunar, pois isto significa atribuir-lhes uma concepção abstrata e moderna da temporalidade, como *continuum* mensurável, concepção inteiramente alheia à experiência grega do tempo, onde a qualidade passa antes do número [...]”. LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas* [...], p.131.

<sup>355</sup> A respeito da relação entre a idealidade e a realidade da pólis, cf. o item 2.2 desta dissertação.

locais em apenas um organismo jurídico-religioso (o *sinecismo*), a igualdade política de todos os cidadãos (a *isonomía*) e reivindicar a superioridade de Atenas perante as demais pólis e povos (a hegemonia), exprimia a crença na pureza da raça ática: os atenienses livres possuiriam todos a mesma origem jônia e seriam os únicos gregos autênticos, sem misturas.<sup>356</sup>

Portanto, estando em voga na época clássica, os mitos da autoctonia e eugenia, supriam, a uma só vez, as eventuais necessidades de justificação do sistema democrático interno e de legitimação da política imperialista externa. Ademais, conforme Nicole Loraux aponta, “a evocação do nascimento autóctone é, sobretudo, um suporte ideal para o narcisismo nacional, pois ele contribui para dar aos Atenienses uma imagem aristocrática de si próprios”.<sup>357</sup>

Sem dúvida, tal mitificação das origens atendia aos interesses da cidade à procura de uma narrativa que confirmasse sua diferença e força notável já no momento em que se descobria a frente do mundo. De todo modo, não obstante esta edulcorante mitologia da formação nacional – de resto, um mecanismo recorrente ao longo da história –, e, por outro lado, apesar de os indícios e condições favoráveis à formação de Atenas estarem presentes pelo menos desde o tempo das leis draconianas já nos meados do séc. VII a.C (talvez até desde os primeiros e remotos povoamentos jônios no território ático), a reforma que verdadeiramente institui um espaço e um tempo cívicos, conferindo àquele mosaico desigual de *géne*, classes sociais e tradições pré-jurídicas e religiosas, o status de pólis organizada ao redor da ágora, una e indivisível, foi operada por Clístenes quase no final do século VI a.C.<sup>358</sup>

---

<sup>356</sup> LORAUX, Nicole. *Invenção de Atenas*[...], pp.164-5.

<sup>357</sup> *Ibid.*, p.165.

<sup>358</sup> Nicole Loraux observa que uma pólis grega sempre preferiu o mito à história fática se este servisse para justificar ou engrandecer o seu presente, assim, para os atenienses o verdadeiro herói nacional e criador da democracia era o personagem lendário Teseu e, em segundo plano, o personagem histórico, mas com largos traços de mito, de Sólon. Enquanto que, em contrapartida, Clístenes nunca merecerá o devido reconhecimento diante de seus descendentes,



### 3.1 O CIDADÃO ATENIENSE

Por conseguinte, é a revolução clisteniana que inaugura a era clássica e alavanca Atenas à condição de cidade-estado assentada sobre bases ético-institucionais satisfatoriamente sólidas e coerentes, destinadas a se desenvolverem ao largo do século V a.C.<sup>359</sup> Doravante e paulatinamente, pois, é a figura do cidadão que exercerá o papel central dentro da estrutura política, e a partir da qual se chegará à definição do regime democrático<sup>360</sup> – no específico exemplo ateniense.<sup>361</sup>

Desta maneira, existindo enquanto uma parte em relação natural e orgânica com o todo da comunidade, e não como uma célula atomizada anterior – ou mesmo potencialmente contrária ou estranha – ao tecido social,<sup>362</sup> o cidadão encarnava os valores supremos do *êthos* ático-helênico,

---

sendo tratado como alguém que teria dado prosseguimento às reformas de Sólon. *Ibid.*, pp.131-2. Sobre a reforma de Clístenes, cf. *infra*, pp.39-41. A respeito da histórica injustiça – evidenciada já no século V a.C e prosseguida entre os ideólogos da Revolução francesa – perpetrada contra o papel fundamental de Clístenes na instituição de um espaço cívico a ser logo transformado em democracia, cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Tradição da democracia grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], pp. 243-4.

<sup>359</sup> Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], pp.65-6.

<sup>360</sup> Com efeito, Simone Goyard-Fabre refere ao conceito de cidadania, enquanto o “operador essencial da diferenciação política dos modos de governo. GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia* [...], p.47.

<sup>361</sup> As outras pólis gregas não-democráticas também conheciam, naturalmente, o fenômeno da cidadania, porém, nelas, o status de cidadão era concedido a uma pequena ou limitada parcela dos homens livres e autóctones; daí o porquê destas cidades-estado serem oligárquicas, ou seja, governadas por uma minoria, enquanto que, em Atenas, quem governava era o conjunto do povo (*demos*). Por outro lado, além de Atenas, cidades-estado tais como Argos, Elida e Siracusa também se tornaram democráticas ao longo do século V a.C. De forma que, na Grécia clássica havia – caracterizando a polarização a qual inevitavelmente levaria à Guerra do Peloponeso, a partir de 431 a.C –, de uma forma geral, dois tipos possíveis de regime político: o oligárquico cujo maior exemplo era Esparta, e o democrático, liderado pelos atenienses.

<sup>362</sup> A concepção helênica de mundo, em claro contraste com a moderna visão ocidental – toda ela estruturada sobre o valor preponderante do indivíduo atomizado (nas palavras de Castoriadis, “autárquico e autoprodutor”) frente ao qual o mito contratualista, fundador do imaginário político moderno é o melhor exemplo – partia de um cosmologismo ético e ontológico radical. Com efeito, Aristóteles, tomando o recorrente princípio da superioridade do todo sobre as partes, numa célebre passagem da sua *Política*, postulava a natural precedência da cidade sobre a família e sobre o indivíduo (ARISTÓTELES. *Política*, 1253 a.) Assim, conforme aponta Castoriadis, era a sociedade que formava o indivíduo, e não o contrário. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto – A ascensão da insignificância. Vol. IV* [...], p.196. A respeito da diferenciação entre as sociedades holistas – em meio as quais a Grécia antiga seria um valioso paradigma –, onde o valor se encontraria, antes de tudo, na sociedade, e as sociedades individualistas, nas quais o indivíduo constituiria o valor supremo, cf. DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. [...]pp.36-45.

<sup>363</sup> era a personificação mesma do conceito de soberania e trazia em si a consumação em escala inaudita – sempre no caso ateniense – da revolucionária idéia helênica de igualdade – estando incumbido da responsabilidade de proteger a cidade e a sua constituição.<sup>364</sup> No limite, portanto, dando acesso a uma espécie incomparável e de certa maneira incompreensível à sensibilidade moderna de dignidade, a cidadania implicava, a um tempo, a plena disposição dos direitos cívicos e a dedicação máxima e incondicional aos desígnios da pólis.<sup>365</sup> De sorte que, tal como apontou Claude Mossé, “a conduta apolítica era inconcebível porque significava a renúncia àquilo que era a própria essência do ateniense: o pertencer ao corpo político, à cidade”.<sup>366</sup>

O conceito grego de cidadania, com efeito, é fundamental para a compreensão do quadro institucional e dos pressupostos mais cruciais da Atenas democrática<sup>367</sup> – sobretudo até a época da Guerra do Peloponeso<sup>368</sup> – o marco do fim da “*belle époque* do político”.<sup>369</sup> Por conseguinte, a partir do momento em que os povos áticos tomaram ciência da necessidade de organizarem-se

---

<sup>363</sup> Cf. JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], pp.138-9.

<sup>364</sup> Com efeito, a partir da citação de Vidal-Naquet, este era o juramento que os indivíduos atenienses faziam quando se tornavam cidadãos da pólis: “Farei morrer, pela palavra, pela ação, pelo voto e pela minha mão, aquele que derrubar a democracia ateniense ou, uma vez derrubado o regime, em seguida exercer uma magistratura, ou aquele que se levantar para apossar-se da tirania ou venha ajudar o tirano a se estabelecer [...]”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Tradição da democracia grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.258.

<sup>365</sup> Em 1865, Fustel de Coulanges oferecia a seguinte definição para o cidadão antigo: “Reconhecia-se como cidadão todo o homem que participava do culto da cidade, e dessa participação provinham todos os seus direitos civis e políticos. Renunciando ao culto, renunciava aos direitos [...]”, tornando-se, assim, na categorização mais recente de Heidegger, e utilizada por Louis Dumont, um “indivíduo-fora-do-mundo”. COULANGES, Fustel de. *A cidade antiga* [...], p.155. e DUMONT, Louis. *O individualismo: uma perspectiva antropológica da ideologia moderna*. [...]p.38.

<sup>366</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.135.

<sup>367</sup> Neste sentido, para Goyard-Fabre, o conceito de cidadania deve ser compreendido como o “substrato da democracia” ateniense. GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia* [...], p.48. Por seu lado, Jeffrey Henderson considera que “citizenship and its exercise had become central to every Athenian’s identity and, for ordinary citizens, crucial to their sense of personal dignity and safety”. HENDERSON, J. *Attic old comedy, Frank speech, and democracy* [...], p.257.

<sup>368</sup> Contrapondo o conceito de cidadania moderna com o antigo, M.I.Finley observa que se para os modernos tal palavra assume uma conotação principalmente política, referindo-se à plena garantia e disponibilidade dos direitos cívicos, na Grécia antiga, o cidadão era aquele que, antes mesmo dos direitos de participação política, possuía as prerrogativas vitais para esse exercício, isto é, poderia possuir terras e casas (“o princípio do monopólio da terra pelo cidadão”), desposar parentes e participar de determinadas atividades públicas de culto vedadas aos estranhos. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.18. e FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.56.

todos, rigorosamente, sob os mesmos princípios, e, assim, criaram a abstração e a realidade da pólis, Atenas passa a designar, antes de mais nada, os atenienses, a pluralidade dos seus cidadãos (*politai*). Pois para a compreensão dos homens daquele tempo seria um contra-senso declarar que havia uma guerra entre Esparta e Atenas, afinal, quem verdadeiramente lutava eram os espartanos e os atenienses,<sup>370</sup> da mesma maneira que eram os atenienses que aprovavam, em conjunto, os decretos e leis nas assembléias populares<sup>371</sup> – a idéia de pólis, enfim, sempre se expressava no plural.<sup>372</sup>

Portanto, à medida que o poderio de Atenas se tornava mais evidente e seu espírito comunitário mais coeso, também cresciam as prerrogativas da massa cidadã – a isonomia tendia a se estender a todos os homens livres, independentemente da classe social. Sem dúvida, tal tendência confirmava o processo de democratização, em curso evidente desde o sinecismo clisteniano, porém só sacramentado após as guerras contra os persas.

Por outro lado, se a longa liderança de Péricles (461-429 a.C) coincide exatamente com o efêmero apogeu das instituições e do *êthos* democrático ateniense, sendo durante a sua ascendência política que os cidadãos menos abastados adquirem, através da *mistoforia* (o salário concedido pela pólis àqueles sem o qual não teriam condições de se ausentar das suas obrigações profissionais – campesinato e artesanato principalmente – para dedicarem-se à vida política),<sup>373</sup> o

---

<sup>369</sup> LORAUX, Nicole. *A cidade grega pensa o um e o dois* In: *op.cit* [...], p.75.

<sup>370</sup> FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.36.

<sup>371</sup> De tal forma que, de acordo com o texto de Castoriadis, “as leis dos atenienses começam sempre pela famosa cláusula: *edoxe tê boulê kai tô dêmô* – pareceu bom ao Conselho e ao povo que...”. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno* In: *op.cit* [...], p.193.

<sup>372</sup> Cf. pp.42-3 *supra*. A este respeito, Castoriadis, a partir de Tucídides, enuncia: “pois a pólis são os homens” (*Andres gar pólis*) CASTORIADIS, Cornelius. *A polis grega e a criação da democracia* In: *op.cit* [...], p.307. Acerca do conceito de pólis, Werner Jaeger oferece a seguinte definição: “[...] a palavra grega *pólis*, palavra de sentido concreto, que exprime plasticamente o conjunto pletórico de vida da existência humana coletiva, assim como a estrutura orgânica da existência individual situada dentro daquela [...]” JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.560.

<sup>373</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *Que é autoridade?* In: *Entre o passado e o futuro* [...], pp.158-9; GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia* [...], p.47. Acerca do instituto da *mistoforia*, M.I. Finley observa que “embora a

ensejo e a possibilidade inédita de participar ativamente das reuniões do Conselho dos quinhentos (*Boulé*), Assembléia (*Ekklésia*) , corpo de jurados do Tribunal popular (*Heliéia*) e demais incumbências cívicas, enfraquecendo, deste modo, a preponderância aristocrática na administração do Estado;<sup>374</sup> por esta mesma razão – contraditória apenas na aparência –, igualmente sob os auspícios de Péricles, os direitos de cidadania são restringidos apenas aos filhos (homens com mais de dezoito anos) de pai e mãe nascidos em Atenas, ou considerados atenienses legítimos<sup>375</sup>

Sem embargo, a bem dizer, a lei pericliana da cidadania, datada de 451 a.C, não possuía, tão-somente, causas e efeitos unívocos. Assim, além de indubitavelmente destinar-se a interditar as até então muito comuns práticas aristocráticas de casamento de membros da nobreza ateniense com outros da nobreza estrangeira, fortalecendo, desta maneira, o mito autóctone e popular que a pólis criava para si, a medida restritiva também era consequência direta do sucesso político-econômico-ideológico e vertiginoso crescimento populacional ateniense do pós-guerra:<sup>376</sup> a

---

remuneração fosse suficiente para compensar um indivíduo pelos estipêndios que pudesse ter perdido como artesão ou agricultor, não ia além disso. Por conseguinte, ninguém podia contar com o desempenho de cargos oficiais como vulgar modo de ganhar a vida [...]”.FINLEY. M.I. *Os gregos antigos* [...], p.67.

<sup>374</sup> A plena (ou suficiente) dedicação à vida política, exigia da parte dos cidadãos uma disponibilidade de tempo a qual, até a instituição da *mistoforia* por Péricles, era virtualmente restrita à aristocracia abastada. Ora, os afazeres públicos pressupunham o gozo da *skholé* (tempo livre), privilégio impossível para aqueles que tinham de garantir a sobrevivência com o suor do próprio esforço. Desta forma, a remuneração dos encargos públicos, conquanto não fulminasse a liderança indistintamente aristocrática da pólis, era uma das principais medidas de Péricles destinadas a diminuir o hiato entre cidadãos pobres e ricos, oportunizando, doravante, a participação decisiva das camadas populares nos assuntos relativos à comunidade. A respeito do sentido de *skholé* entre os gregos, cf. SOUZA, José Cavalcante. *A pólis como quadro institucional da cultura grega In: JAGUARIBE, Hélio (org.). A democracia grega*. Brasília, Editora Universidade de Brasília, 1981, p. 21 n.5.

<sup>375</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XLII; FINLEY. M.I. *Os gregos antigos* [...], pp.49-50; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.107. Corroborando o paralelismo lógico entre a medida que estabeleceu a remuneração das funções públicas (*mistoforia*), e a que restringiu o acesso da coletividade ateniense aos direitos de cidadania, há o fato de ambas as leis terem sido promulgadas no mesmo ano: 451 a.C.

<sup>376</sup> Já durante a guerra contra os persas, em um espaço de apenas dez anos, a massa de cidadãos mobilizados pulou de nove mil, na batalha de Maratona (490 a.C) para trinta na batalha de Salamina (480 a.C). VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p..210. .

democracia e seus benefícios redistributivos precisava, então, limitar o número de cidadãos beneficiários para funcionar plenamente.<sup>377</sup>

Desta maneira, conforme a advertência de Vidal Naquet, “o que inclui exclui. [...] A constituição da categoria dos cidadãos se fez às expensas dos estrangeiros e dos escravos”.<sup>378</sup> Portanto, com Péricles, o círculo democrático enfim se fechava, pois na mesma medida em que era mister ao regime a completa disponibilidade político-militar dos homens reconhecidos enquanto atenienses legítimos<sup>379</sup> – como comprova a utilização oportuna do recurso populista da *mistoforia*; doravante, um elemento essencial para a conservação do regime –, <sup>380</sup> não havia, tampouco algum dia haveria, condições materiais nem psicológicas de ampliar o estatuto da cidadania para todos os indivíduos residentes na cidade; <sup>381</sup> o perímetro daquela democracia era,

<sup>377</sup> Cf. PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], p.214. Acerca desta medida de restrição ao acesso à cidadania, Claude Mossé observa que logo após a reforma cívica de Clístenes (até a promulgação da lei restritiva de Péricles), o ingresso dos estrangeiros ao corpo de cidadãos ateniense teria se tornado um fato corriqueiro. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.39. No mesmo sentido, cf. ARISTÓTELES. *Política*, 1275 b.

<sup>378</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.178. Uma alternativa muito utilizada ao longo de todo o século V a.C para controlar o número de cidadãos da pólis, e conseqüentemente garantir o equilíbrio social dentro da comunidade, era o estabelecimento de colônias no exterior (as clerúquias), compostas por atenienses das classes econômicas mais baixas: os *thétes* e os *zeugitas*.

<sup>379</sup> Segundo Claude Mossé, a instituição da *mistoforia* estabelece as condições básicas para o funcionamento pleno do regime democrático. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.37.

<sup>380</sup> Vidal-Naquet informa que os *misthoi* eram concedidos a todos aqueles que desempenhavam alguma função pública, sendo, ao longo do século V a.C, concedido sucessivamente aos magistrados, aos *bouleutai*, aos juízes, até serem finalmente concedidas aos simples cidadãos. *Ibid* De modo que, no tempo de Péricles, a *mistoforia* não se restringia apenas à classe menos favorecida da população. Não obstante, se para os cidadãos mais abastados, tal gratificação era encarada como algo simbólico, de outra parte, para a massa de desfavorecidos, muitas vezes, os *misthoi* eram a única fonte de renda. Assim, acerca do instituto da *mistoforia*, M.I. Finley tece este comentário: “Embora a remuneração fosse suficiente para compensar um indivíduo pelos estipêndios que pudesse ter perdido como artesão ou agricultor, não ia além disso. Por conseguinte, ninguém podia contar com o desempenho de cargos oficiais como vulgar modo de ganhar a vida, ou sequer como uma melhor remuneração durante certos períodos da vida”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.67. Cf. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. p.19; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.106.

<sup>381</sup> Sobre este aspecto, Nicole Loraux chama a atenção, a partir da *Constituição de Atenas* aristotélica (XXVI, 4), para o fato perante o qual “a enormidade do número de cidadãos”, quando da época do decreto pericleano, “ameaçava reduzir a parte destinada a cada um em virtude do princípio grego da redistribuição do excedente do grupo entre todos os seus membros”. LORAUX, Nicole. *A democracia em confronto com o estrangeiro In: CASSIN, Barbara, LORAUX, Nicole, PESCHANSKI. Gregos, bárbaros, estrangeiros* [...], pp.25-6.

sem dúvida, exclusivo e limitado, mas, em princípio, e em contrapartida, circunscrevia uma infinidade de possibilidades.<sup>382</sup>

### 3.2 O IMPERIALISMO DA CIDADE DEMOCRÁTICA

Isto posto, a Atenas do tempo de Péricles se expandia impressionantemente em duas frentes paralelas e solidárias: ao mesmo tempo em que consolidava as suas instituições democráticas, concedendo aos cidadãos pertencentes aos estratos sociais mais baixos condições materiais e jurídicas sem quaisquer precedentes históricos, e, além disso, se alçava à condição de cidade cosmopolita por excelência, logo constituindo-se enquanto o maior centro econômico-cultural do mundo então conhecido; ela realizava, externamente, o ambicioso projeto de controle total sobre as rotas comerciais ou militares do mar Egeu e cercanias, tornando-se, a partir disto, uma autêntica talassocracia imperialista. Com efeito, seria errôneo e mesmo impossível dissociar o espírito democrático que, no plano doméstico, animava os atenienses contemporâneos de Péricles – bem como as conquistas populares implicadas por este *ethos* – da tentativa – de resto, em certa medida, e até um determinado ponto, quase inteiramente lograda – de influência e autoridade político-econômico-militar-ideológica sobre toda a Hélade.

De fato, a Liga de Delos, estabelecida em 478 a.C, portanto um ano após a derradeira e vitoriosa batalha de Platéias; era na verdade uma espécie de confederação militar voluntária de

---

<sup>382</sup> A respeito do caráter exclusivista da pólis democrática, e, por extensão, em tom ainda mais acentuado, de todas as comunidades da Grécia antiga, Finley observa que “se alguém não nascia dentro da comunidade, era quase impossível ingressar nela. Não existia processo normal de naturalização, nem mesmo num estado como Atenas que acolhia bem os imigrantes de outras cidades, lhes concedia liberdade razoável, oportunidades, e os aceitava socialmente”. Para um pouco adiante concluir: “Abrir totalmente as portas era sinal de alguma deficiência, é não é pura coincidência que, pelos finais do século quarto, algumas cidades-estado fossem obrigadas a vender cidadanias, para obter fundos, precisamente no período em que a *pólis* clássica era um organismo em decadência, para não dizer moribundo”. *Ibid.*, p.50. Ainda acerca do caráter exclusivista da democracia ateniense, Will Durant a definia como a democracia “mais limitada e completa da história”. DURANT, Will. *Nossa herança clássica* [...], p.209. No mesmo sentido, Claude Mossé observa que fazer parte da comunidade cívica “[...] significava que se estava disposto a

nações jônias idealizada e encabeçada por Atenas,<sup>383</sup> tendo este nome em função do local onde se encontrava o fundo de contribuição anual,<sup>384</sup> custeado monetariamente por uma parte majoritária de seus integrantes,<sup>385</sup> e que, em princípio, tinha como *raison d'être* garantir a segurança, a partir da manutenção de uma frota comum subsidiada pelo tributo acima referido,<sup>386</sup> da península grega e sobretudo da área compreendida pelo mar Egeu contra as possíveis investidas persas – então encaradas como fato iminente –,<sup>387</sup> revelou-se, com o passar do tempo, o que ela sempre havia sido, desde a sua concepção levada a cabo de maneira assaz escrupulosa pelo estadista Aristides:<sup>388</sup> uma organização imperialista inteiramente voltada para os interesses expansionistas dos atenienses.<sup>389</sup>

Conforme reza o lugar-comum, o regime democrático ateniense assentava toda a sua força sobre uma intensa participação popular, rodeada por igualmente frenéticas atividades comerciais.

---

garantir sua defesa, mas também que se pretendia participar de seus frutos. E para isso, convinha que o grupo de cidadãos permanecesse fechado [...]”.MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.134.

<sup>383</sup> A propósito, observe-se que a maioria das pólis participantes da Liga haviam sido subjugadas pelos persas, desde meados do século VI a.C até o final das Guerras Médicas.

<sup>384</sup> Seja como for, é lícito observar que, de acordo com M.I.Finley, tal denominação, “Liga de Delos”, não encontra nenhuma referência entre os antigos, sendo portanto uma expressão moderna. FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.45.

<sup>385</sup> Contribuíam com moeda aqueles que não possuíam condições de oferecer tripulação e navios para os objetivos da Liga. Ora, como a esmagadora maioria destes Estados não tinha como arcar com os custos relativos à construção e manutenção das trirremes, Atenas garantia, assim, o monopólio de sua frota e conseqüente discricionariedade estratégica sobre o mar Egeu, ao mesmo tempo em que se beneficiava dos recursos financeiros advindos do fundo comum.

<sup>386</sup> TOYNBEE, Arnold J. *Op.cit.*, p.100.

<sup>387</sup> De todo modo, o acordo de paz com os persas só foi alcançado em 449 a.C. Este acontecimento que deveria servir para esvaziar o sentido da Liga de Delos - se a razão desta confederação, para os atenienses, fosse realmente garantir a proteção dos gregos contra os persas - confirmou as pretensões muito mais imperialistas do que mantenedoras por parte de Atenas. Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.54.

<sup>388</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XXIII; FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.54; FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], pp.45-6. e TOYNBEE, Arnold J. *Op.cit.*, p.100.

<sup>389</sup> Seja como for, segundo M.I. Finley, não haveria como sugerir, a partir disto, a possibilidade de, quando da instituição da Liga, os atenienses possuírem um programa definido, a longo prazo, a seu respeito; nem, tampouco, que eles tivessem previsto todas as suas conseqüências e desdobramentos. FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], pp.46-7. A este respeito, Francisco Murari Pires, a partir de Plutarco, citando a fórmula juramentada da Liga Delia: “que tivessem aos mesmos inimigos e amigos”, observa que se para Plutarco, a aliança entre os gregos era, em princípio, irrestrita, “plenamente defensiva e ofensiva, não estando, pois, condicionada a um objetivo específico”, Tucídides, em contrapartida, não tinha dúvidas a respeito da

Ora, diante dos modestos mecanismos econômicos e alternativas tecnológicas da antiguidade helênica – a competitividade econômica era algo ainda bastante primitivo e incipiente, tendo em vista a inocorrência de recursos tais como a manipulação de preços e salários –,<sup>390</sup> não haveria meios de Atenas manter aquela tamanha atividade política, a qual estava necessariamente atrelada a uma enorme máquina administrativa (para os padrões gregos) que, por sua vez, se assentava sobre um tão generoso quanto dispendioso assistencialismo estatal<sup>391</sup> – a rigor, pois, era esta a *conditio sine qua non* para o equilíbrio social da pólis durante o século V a.C –,<sup>392</sup> senão mediante um artifício que, em última análise, consistia em “drenar fundos dos Estados-súditos para seu tesouro”,<sup>393</sup> a partir de uma taxa compulsória cujo inadimplemento levava invariavelmente a violentíssimas sanções – as quais poderiam chegar até mesmo ao massacre –<sup>394</sup> perpetradas pela pólis imperialista.<sup>395</sup>

---

finalidade precípua da constituição da aliança sempre ter estado condicionada pela guerra contra os persas. PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas [...], p.209

<sup>390</sup> Acerca das limitações da economia antiga, quando comparadas com a colonialista moderna, Finley observa o seguinte: “Dada a natureza da economia antiga, duas das formas mais importantes e lucrativas da exploração colonial moderna estão excluídas, isto é, a mão-de-obra e a matéria-prima baratas; numa linguagem mais técnica, o emprego, por coação se necessário, da mão-de-obra colonial com salários muito abaixo dos do mercado da metrópole, e a aquisição, também compulsória se necessário, de matérias-primas básicas a preços substancialmente abaixo dos preços de mercado da metrópole”. FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.57.

<sup>391</sup> Finley assevera que o imperialismo ateniense “[...] beneficiou diretamente a metade mais pobre da população ateniense em um grau desconhecido no Império romano, ou nos impérios modernos.” *Ibid.*, p.62.

<sup>392</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.40. Sobre este aspecto, Vidal-Naquet assevera: “[...] o bem-estar do *démos* ateniense e suas obras dependem, numa parte não calculável mas nem um pouco desprezível, dos recursos fornecidos graças ao controle que Atenas exerce sobre as ilhas e as cidades de seu domínio marítimo”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p. 180.

<sup>393</sup> FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.54. M.I. Finley calcula o valor do imposto anual arrecadado por Atenas como equivalente à produção de riquezas internas ateniense. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.54.

<sup>394</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p.207.

<sup>395</sup> De qualquer modo, Claude Mossé, seguindo a compreensão de M.I.Finley (cf. nota 347, *supra.*), o qual entendia que o império ateniense não se utilizava de meios de exploração dito econômicos (manipulação de preços e salários) para exercer o seu poder, ressalta o caráter político e não econômico do imperialismo ateniense, posto que “Atenas não explorava seus aliados à maneira de uma potência colonial: até mesmo a obrigação de utilizar a moeda ateniense era uma medida mais política do que financeira. O império se constituía como o suporte material da democracia ateniense à qual estava indissolivelmente ligado[...].” MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.20. No mesmo sentido, Vidal Naquet salienta o fundamento mais político do que econômico do imperialismo ateniense: “É



Assim, se em um primeiro momento existia uma clara tendência a considerar a Liga como uma agremiação interdependente de cidades-estado voluntárias e em (aparente) igualdade de condições, reunidas em virtude de um objetivo comum; logo não faltariam oportunidades para que os atenienses expusessem com “franqueza brutal” a famigerada fundamentação do (suposto) direito natural do mais forte,<sup>396</sup> desta feita legitimando a transformação do que deveria ser a princípio um estado de cooperação entre pólis em um inapelável e indiscutível estado declarado de sujeição.<sup>397</sup> Com efeito, há uma passagem célebre em Tucídides que ilustra de maneira exemplar a idéia grega de justiça, a qual, portanto, só seria concebível entre forças da mesma grandeza.<sup>398</sup> Deste modo, já durante a Guerra do Peloponeso, quando os – até então – neutros habitantes-cidadãos da ilha egéia de Milo manifestam a sua inconformidade para com real possibilidade de perda da sua autonomia política em virtude da iminente dominação a ser imposta pelos atenienses, estes últimos redarguem o que segue:

Nós não fizemos nada de extraordinário, nada contrário à natureza humana ao aceitar um império quando ele nos foi oferecido e depois ao recusar desistir dele. Três fortes motivos impediram-nos de fazer isso – a honra, o medo

---

para firmar seu domínio político que [Atenas] proíbe aos megarenses o acesso aos portos sobre os quais exerce seu controle, e não para proteger seus mercados da concorrência. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], pp.101-2. Nesse mesmo sentido, cf. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], pp.82-6.

<sup>396</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto – A ascensão da insignificância. Vol. IV* [...], p.197; JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.461. A respeito do imperialismo ateniense, Vidal-Naquet observa o seguinte: “esse predomínio é uma soberania a céu aberto, que não se preocupa com pretextos ideológicos, que se exhibe, sem disfarce, na enorme inscrição, hoje no Museu Epigráfico de Atenas, onde estão registradas as somas que, a cada ano, lhe entregavam as cidades súditas [...]”. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p. 100.

<sup>397</sup> Alguns acontecimentos relevantes pontuam a paulatina degeneração da Liga de Delos em um Império ateniense: a mudança do tesouro da Confederação para Atenas, em 454 a.C, e o acordo de paz com persas em 449 a.C. (cf., *supra*, p.91 n.344). Outros fatos dispersos, tais como o aumento gradativo de pólis “aliadas” e o tratamento cada vez mais ostensivamente agressivo da parte de Atenas para com aquelas cidades não dispostas a pagar os tributos ou decididas a abandonar a Liga, a obrigatoriedade imposta por Atenas para que todos os aliados adotassem a sua moeda, o estabelecimento do tribunal ateniense como fórum competente para julgar qualquer questão que pudesse se chocar contra seus próprios interesses, são outros indícios que atestam a desnaturação da organização pan-helênica. Sobre este aspecto da virtual transformação dos aliados em súditos, M.I.Finley é categórico: “A partir de 454, não havia qualquer fingimento: a integração era obrigatória e proibida a secessão [...]”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.58.

<sup>398</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.197.

e o interesse próprio. E não fomos os primeiros a agir desse modo. Sempre foi regra que o fraco seja sujeitado pelo forte; e além disso achamos que merecemos nosso poder.<sup>399</sup>

Como se pode perceber, a partir do trecho acima citado, a relação entre Estados desiguais não estava amparada por qualquer espécie de direito, salvo, é claro, o do mais forte – a idéia de dominação era tida como algo anterior ao próprio homem.<sup>400</sup> Sem dúvida, pois, num mundo todo fragmentado em – na sua esmagadora maioria – minúsculas unidades políticas ferrenhamente comprometidas com a salvaguarda da sua condição autônoma, a presença assaz ambiciosa, inclusive parasitária, e insidiosamente intrusiva de Atenas provocava um mal-estar crescente o qual a curto prazo revelar-se-ia insustentável para as sempre frágeis regras de equilíbrio do sistema pan-helênico.<sup>401</sup>

Neste diapasão, a política de força (*machtpolitik*) dos atenienses, exercida em nome da conservação (sobretudo material) dos pressupostos democráticos e, além disso, no sentido de afirmar definitivamente e em escala internacional o poder da pólis,<sup>402</sup> esgarçava sobremaneira o tecido das relações entre as póleis gregas. A fatídica guerra destinada a aniquilar, irreparavelmente, o brilho e a confiança de Atenas é, como já apontava Tucídides do alto de uma percuciência à prova da passagem do tempo, consequência direta da sua *hybris* – porém, vale dizer, sem esta mesma desmedida nunca teria havido a magnificente democracia de Péricles.<sup>403</sup>

<sup>399</sup>TUCÍDIDES. I, 76.2 *apud* FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.64.

<sup>400</sup> Cf. FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.64.

<sup>401</sup> A este respeito, Tucídides assevera: “O aumento do poderio de Atenas, e o alarme que isso inspirava em Esparta, tornaram a guerra inevitável”. TUCÍDIDES I, 23, 6 *apud* FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.55.

<sup>402</sup> FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.57.

<sup>403</sup> Claude Mossé informa que além dos impostos cobrados aos Estados-súditos, “os recursos da Cidade eram normalmente constituídos pelas diversas taxas cobradas sobre as atividades comerciais, pelas multas e bens confiscados que se aplicavam aos condenados e por uma cobrança sobre as concessões mineiras [...]”. MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.30.

Portanto, “a fantástica possibilidade de promoção social”, <sup>404</sup> ofertada pelo Estado imperialista-democrático, era medida necessária para absorver o enorme contingente populacional da pólis, <sup>405</sup> e, por conseguinte, para garantir o funcionamento harmonioso e eficiente do regime assentado sobre a participação e auspício popular.<sup>406</sup> Desta maneira, atingia-se, entre os cidadãos atenienses, uma situação de estabilidade e “pleno emprego” que, <sup>407</sup> em virtude das formas de exploração econômica e produção de riqueza então existentes, <sup>408</sup> seria, de outra forma, inconcebível.<sup>409</sup> Assim sendo, conclui-se que tanto o imperialismo econômico como a guerra – <sup>410</sup> juntamente com a massiva utilização de mão-de-obra escrava – constituíam-se, naquela época, enquanto as únicas alternativas de conservação dos pressupostos da Atenas democrática.<sup>411</sup>

<sup>404</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *A democracia ateniense em 1788 In: Os gregos, os historiadores, a democracia [...]*, p. 213.

<sup>405</sup> De acordo com M.I.Finley, durante o início da Guerra do Peloponeso, o número de cidadãos atenienses era da ordem de quarenta a cinquenta mil. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos [...]*, p.63. Cf.também MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia [...]*, p.39.

<sup>406</sup> Cf. TOYNBEE, Arnold. J. *Helenismo: história de uma civilização [...]*, pp.102-3.

<sup>407</sup> Cf. JAGUARIBE, Hélio. *A democracia de Péricles In: JAGUARIBE, Hélio (org.). A democracia grega [...]*, pp.40-2.

<sup>408</sup> Para maiores comentários e esclarecimentos acerca da economia na Grécia antiga, cf. FINLEY, M.I. *Inovação técnica e progresso econômico no mundo antigo In: Economia e sociedade na Grécia antiga [...]*, pp.191-211.

<sup>409</sup> Neste sentido, M.I.Finley observa o seguinte: “O imperialismo ateniense empregou todas as formas de exploração material disponíveis e possíveis naquela sociedade”. FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga [...]*, p.64.

<sup>410</sup> Em um país, como a Grécia, com poucas terras cultiváveis, a guerra trazia a promessa de novas áreas de colheita. Cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Razão e contra-senso na história In: Os gregos, os historiadores, a democracia [...]*, p. 92. M.I.Finley, por sua vez, arrola alguns dos principais motivos para a prática quase intermitente da guerra entre os gregos: “Desejo de poderio e engrandecimento, incidentes fronteiriços, enriquecimento material através de saques (com escravos em número elevado), proteção ao fornecimento e transporte de cereal, procura de apoio externo para facções internas – tudo isso entrava em jogo, intensificado pela fragmentação da Hélade, que multiplicava o número de estados independentes ou que se queriam tornar independentes, am atritos contínuos”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos [...]*, p.56.

<sup>411</sup> Acerca do “laço fundamental entre a democracia ateniense e o imperialismo”, cf. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia [...]*, p. 179. Por seu turno, M.I.Finley considera que “sem o Império, é difícil imaginar o triunfo inicial do sistema forjado por Efialtes e Péricles. Depois, o sistema gerou o seu próprio ímpeto, baseado num forte sentido de responsabilidade cívica [...]”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos [...]*, p.70. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern [...]*, p.87.

### 3.3 O GOVERNO POPULAR

De acordo com Aristóteles, a governança da pólis e administração do império marítimo mobilizavam e proviam o sustento de mais de vinte mil indivíduos, entre jurados, membros do conselho, remadores, funcionários administrativos, hoplitas, pessoas encarregadas da construção dos monumentos cívicos, e demais encargos públicos.<sup>412</sup> Alcançava-se, deste modo, dada a grande desigualdade social ateniense – pólis marcada por uma “clivagem profunda entre os pobres e os ricos” –<sup>413</sup>, a melhor distribuição possível de prerrogativas e funções entre os *aristói* (cidadãos bem nascidos) e o *démos* (a massa de pequenos camponeses, comerciantes e artesãos).<sup>414</sup>

Pois se, em última análise, quem liderava a política de Atenas eram os oriundos de famílias aristocráticas – homens suficientemente instruídos e abastados para dedicarem-se com exclusividade e brilho à coisa pública –,<sup>415</sup> por outro lado, isto por certo não ia de encontro aos princípios da soberania popular. O fato de haver, por parte da coletividade ateniense, o reconhecimento da necessidade de a liderança política ser exercida por hábeis estadistas (*politikós*), não implicava, em absoluto, conceder a estes mesmos o poder último de decisão,<sup>416</sup>

<sup>412</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XXIV. Cf. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.41.

<sup>413</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.52.

<sup>414</sup> Cabe ressaltar mais uma vez que, além da massa de cidadãos pobres, havia, em Atenas, uma quantidade ainda maior de escravos e estrangeiros (e, evidentemente, de mulheres pertencentes a todas as classes sociais) os quais estavam excluídos da maioria dos direitos, obrigações e privilégios atribuídos à cidadania.

<sup>415</sup> Ao longo da história ateniense, poucos foram os líderes políticos que não provieram das classes aristocráticas (Clístenes, Aristides, Efilates, Péricles e Demóstenes eram todos autênticos *kaloí kagathói*), e nenhum que fosse originário ou pertencente a um estrato social menos favorecido; os que não eram aristocratas, como o curtidor de peles Cléon (o líder ateniense que sucedeu a Péricles durante a Guerra do Peloponeso), eram, ao menos, homens ricos. A este respeito, M.I.Finley comenta: “Não se tem notícia de um só político importante oriundo de um *background* de pobreza”. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.41.

<sup>416</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. pp.24-5. Ainda neste sentido, M.I.Finley compreende que a despeito de uma sólida experiência política adquirida a partir de intensa participação cívica, “a maioria dos cidadãos não tinha capacidade para lidar com a complexidade dos assuntos financeiros ou do exterior, e tendiam, com razão, a apoiar os políticos a tempo inteiro, em quem confiavam (e que sempre podiam controlar)”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.68.

ou, ainda, aceitar passivamente medidas que porventura não refletissem e contemplassem os seus anseios e postulações<sup>417</sup> – ademais, é preciso lembrar, a propósito, que Atenas, ao longo de toda a sua história clássica, era uma cidade na qual, não obstante o seu caráter, a um só tempo, essencialmente reformista e autoquestionador, sempre houve a possibilidade de se implantar diretrizes políticas estáveis e continuadas (até porque sem o mínimo de estabilidade e ordenação não pode haver reforma nem tampouco democracia, corroborando a tese de que o *modus* democrático e um sistema estatuído a partir de normas mais ou menos rígidas não são em princípio antitéticos e excludentes, mas, antes, complementares)<sup>418</sup>, entre as quais o expansionismo imperialista dos tempos de Temístocles, Aristides, Címon, Péricles e Cleonte, e a própria tendência paralela de concentração dos poderes nos órgãos populares são bons exemplos,<sup>419</sup> tal faculdade inexistiria se o equilíbrio e a vitalidade da pólis dependessem tão-somente de líderes capazes como Péricles.<sup>420</sup>

Assim, conforme a modelar observação de Vidal-Naquet, “o sistema democrático significa deixar aos ricos as suas riquezas, mas fazer de modo (em virtude do princípio da concórdia, *homónoia*) com que os ricos sustentem os pobres e que estes últimos decidam em último recurso”.<sup>421</sup> O *démos* ateniense – faz-se mister sublinhar – não pode ser confundido com

<sup>417</sup> Cf. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.30.

<sup>418</sup> Para todos os efeitos, convém lembrar que a democracia ateniense só se tornou possível a partir de um longo processo de evolução histórica no qual a lei emerge e se afirma enquanto única forma de garantir a ordem da comunidade em contraposição à experiência anárquica do tempo arcaico (cf. *supra* o primeiro capítulo). Com efeito, o regime democrático de Atenas nunca teria sido possível sem a existência de um sistema normativo complexo – e suficientemente coerente – que contava com o respeito e a obediência dos seus cidadãos. Não há, portanto, contradição opondo democracia e princípios normativos mais ou menos sólidos, mas sim o contrário: a idéia democrática está diretamente vinculada à noção de responsabilidade coletiva e individual. A este respeito, cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A indústria do vazio In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.33; JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.947.

<sup>419</sup> Cf. PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], p.213.

<sup>420</sup> Cf. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.32.

<sup>421</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p. 179. Nesse mesmo sentido, cf. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. p.87; FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.70. Diante da ausência de um imposto permanente (estes só eram cobrados dos estados-

uma multidão inculta, suscetível e cordata; ou ainda, como se fosse uma espécie de soberano-fantoches sempre disposto a simplesmente referendar as decisões das supostas autoridades pardas<sup>422</sup> – inegavelmente, pois, era ele que, seja na *Ekklesia*, *Boulé* ou *Heliéia*, decidia em última instância, comprovando dessa maneira o fortíssimo sentido de responsabilidade cívica existente em Atenas, tanto quando votava a favor de – ou propunha – moções oportunas, como quando, em determinada situação, apoiava ou refutava as propostas dos líderes políticos mais destacados;<sup>423</sup> a democracia ateniense, pois, existia enquanto idéia e como fato, ao longo de todo o século V a.C.

Além disso, os principais dirigentes da pólis estavam constantemente sujeitos e expostos à avaliação desconfiada e ao delicado humor popular; podendo, a qualquer momento, às vezes por causa de um pequeno deslize, cair em desgraça ou oblvio público.<sup>424</sup> Desta maneira, aqueles que, aspirando à liderança, se dedicavam à vida política, deveriam aceitar uma enorme gama de riscos

---

súditos, e, em casos excepcionais de guerra, dos cidadãos com posses avantajadas), uma das principais e mais notáveis alternativas para arcar com as despesas de alguns serviços públicos fundamentais eram as liturgias (“obras para o povo”), mediante as quais os atenienses da classe socioeconômica mais alta (os *pentacosiomédimos*), em troca de prestígio social, se incumbiam (ou eram incumbidos) dos gastos com os equipamentos e manutenção das trirremes (as trierarquias) e se responsabilizavam diretamente pelas atividades relacionadas aos festivais cívico-religiosos, sendo o treinamento dos coros para os concursos teatrais (as coregias) a principal delas. Sobre as coregias, em particular, Levi informa que “ao corego cabia cuidar da preparação do coro com todos os meios, arcando totalmente com as despesas necessárias, e muitas vezes fornecendo sua casa para os ensaios”. FINLEY, M.I. *A liberdade do cidadão no mundo grego In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], pp.95-6.; FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. p.84; LEVI, Mario Attilio. *Péicles: um homem, um regime, uma cultura* [...], p. 09; MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.30; PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], p.215.

<sup>422</sup> Neste mesmo sentido, Claude Mossé entende que “o *demos* não era um simples instrumento nas mãos dos políticos”. MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.43.

<sup>423</sup> Sobre o conceito de responsabilidade cívica, em se tratando do exemplo democrático ateniense, M.I. Finley entende que ele se desdobra em dois aspectos principais: 1) “aceitação de todas as decisões específicas adotadas pelos corpos soberanos na conformidade dos preceitos legais, independentemente do quão dolorosos ou objetáveis eles possam ser, do ponto de vista pessoal”; 2) “seleção responsável de líderes que, por sua vez, respondem por suas ações e políticas”. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.42. .

<sup>424</sup> M.I.Finley assevera que: um indivíduo era um dirigente enquanto e apenas enquanto a Assembléia aceitasse o seu programa, de preferência ao dos seus opositores “. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.68. A respeito do controle dos magistrados pelos órgãos populares, cf. *infra*, neste mesmo item.

– “um quase intolerável estado de tensão” –, <sup>425</sup> assim como, por outro lado, a possibilidade muito mais alvissareira de atingir a glória imortal (*kleos*).<sup>426</sup>

A propósito deste aspecto, portanto, a famosa prática legal do ostracismo, <sup>427</sup> ao que tudo indica instituída já na época de reforma cívica de Clístenes, <sup>428</sup> sendo uma das principais formas de defesa da constituição democrática, <sup>429</sup> representava uma ameaça constante a todos os homens proeminentes que, em virtude de uma postura política percebida como demasiado arbitrária; influência considerada perniciosa ou mesmo incompatível com os interesses gerais da coletividade, traziam instabilidade à cidade; expunham-na ao perigo e à *stásis* fatal, <sup>430</sup> feriam, supostamente, enfim, o sentido igualitário da democracia.<sup>431</sup> Por conseguinte, em função do afastamento físico temporário, o cidadão acometido pela pena de ostracismo tinha o acesso ao

---

<sup>425</sup> FINLEY. M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. p.26. Neste diapasão, um aspecto bastante curioso, e que abre um abismo de interpretações a respeito da democracia ateniense, relaciona-se com o inegável fato a partir do qual, em Atenas, o caráter invulgar de um homem, fosse ele estadista ou não, levava-o invariavelmente a enfrentar a desconfiança do *démos*, desconfiança que poderia significar a suspensão temporária do cargo público e o pagamento de uma multa (problema enfrentado por Péricles quando do início da Guerra do Peloponeso), o ostracismo (casos de Aristides, Temístocles e vários outros), a morte em virtude de sentença do júri popular (Sócrates), a morte causada por disputas entre facções (Efialtes), o olvido após a morte (Clístenes), e, por fim, mesmo quando a incompatibilidade entre o grande homem e as massas não chegava às vias de fato, o exílio voluntário, temporário ou definitivo, tornava-se uma alternativa para pessoas como Platão, Xenofonte, Eurípides e etc. Isto posto, talvez as únicas exceções para esta regra sejam os tragediógrafos Ésquilo (de cuja vida se sabe muito pouco), e, principalmente, Sófocles, homem que chegou a ser estrategista, ao lado de Péricles, devido à sua grande reputação frente ao público.

<sup>426</sup> Cf. *supra*, nota 41.

<sup>427</sup> De acordo com Claude Mossé, o a lei do ostracismo “previa uma pena de exílio temporário fixada em dez anos, aplicável a quem parecesse suscetível de instaurar uma tirania em proveito próprio”. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.23.

<sup>428</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XXII.

<sup>429</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Política*, 1284 a.

<sup>430</sup> Aristóteles observa que o ostracismo, primeiramente, havia sido instituído por Clístenes com o objetivo de proteger a pólis do risco da tirania. Com o tempo, porém, conforme o seu próprio comentário, passou-se a aplicar tal penalidade sobre alguns homens os quais alcançavam uma projeção demasiada e perigosa; desta forma ameaçando o equilíbrio democrático. *Ibid.* Por outro lado, Castoriadis postula a hipótese de o ostracismo ter como finalidade precípua a defesa da unidade do corpo político contra conflitos e divisões internas (*stásis*). CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.310. M.I. Finley, por seu turno, seguindo observação aristotélica, entende que o instituto do ostracismo também era um mecanismo de proteção pessoal a ser utilizado pelos líderes políticos democráticos contra eventuais opositores. FINLEY. M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. p.26. ARISTÓTELES. *Política*, 1284 b.

<sup>431</sup> Por outro lado, o ostracismo poderia se transformar em um mecanismo de controle sobre os adversários políticos por parte de um estadista habilidoso como Péricles, que parece ter-se utilizado deste expediente várias vezes ao longo do tempo em que encabeçava a política ateniense.

fundamental direito à palavra (*isegoría*) – e ao universo da pólis – terminantemente vedado durante uma década.<sup>432</sup> Tal interdição, pois, em uma sociedade em que a oralidade exercia um papel central,<sup>433</sup> na qual o *logos* sobrepujava largamente todos os outros instrumentos de poder;<sup>434</sup> e em que as formas de relacionamento humano se davam invariavelmente de maneira atual e direta – para M.I. Finley, a Atenas clássica seria o protótipo perfeito de uma “sociedade face a face” –;<sup>435</sup> retirava, de chofre, não apenas todas as chances imagináveis de ação e ascendência ideológica sobre o conjunto da cidade,<sup>436</sup> mas também – e quem sabe sobretudo – a vital dimensão política (*bíos politikós*) do condenado.<sup>437</sup>

Isto posto, é de extrema importância sublinhar que o grande sucesso político, social e ideológico do governo democrático da época de Péricles consistia, de fato, em contrabalançar os interesses – e buscar atender, da forma mais equânime possível, as expectativas naturalmente distintas e potencialmente antagônicas – das duas classes as quais, a partir do sinecismo clisteniano e conseqüente instauração do espaço e do tempo público da pólis, passaram a constituir o corpo de cidadãos ateniense: a classe aristocrática (grande proprietária de terras e, no

---

<sup>432</sup> A pena de ostracismo era sancionada pela Assembléia popular se um mínimo de seis mil votos fosse recolhido. Conforme Gustave Glotz, todo ano, em uma determinada sessão, “[...] submetia-se ao povo a questão de saber se ele queria ou não proceder ao ostracismo. A votação era feita de imediato, sem passar à discussão. Se a decisão fosse afirmativa, fixava-se o dia em que se verificaria [...] a própria operação da *ostrakophoría*”. A votação de ostracismo se dava por meio dos *óstracos* (pequenos objetos feitos de cerâmica onde se escreviam os nomes daqueles que porventura estivessem sendo acusados). FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.40; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.142.

<sup>433</sup> Cf. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.25

<sup>434</sup> VERNANT, Jean-Pierre. *As origens do pensamento grego* [...], p.53.

<sup>435</sup> FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.26. Cf. também, FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. p.17.

<sup>436</sup> *Ibid.*

<sup>437</sup> Ainda acerca da instituição do ostracismo, M.I. Finley informa que, significativamente, os sancionados por esta lei não perdiam suas propriedades, nem tampouco o estatuto de cidadãos. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...]. p.26



futuro próximo, de escravos) e a classe popular (composta de camponeses, pequenos comerciantes e artesãos).<sup>438</sup>

Neste sentido, deve-se chamar a atenção para o momento histórico em que a confiança democrática se afirma definitivamente, sobrepondo-se aos interesses particularistas e inclinações oligárquicas de parcela significativa dos eupátridas terratenentes; estabelecendo, desta feita, uma transformação profunda da relação de forças no seio da pólis.<sup>439</sup> Com efeito, a entusiasmante vitória greco-ateniense sobre os persas – decisiva para a conservação (e, no caso das cidades-estado jônias da costa ocidental da Turquia, recuperação) da independência política de toda a Hélade – só foi possível em virtude de uma massiva participação dos cidadãos provenientes dos estratos sociais mais baixos (*thétes*) enquanto remadores e carpinteiros construtores das trirremes mantidas e comandadas pelos aristocratas.<sup>440</sup>

Esta estreita articulação de esforços – a bem dizer, uma divisão censitária de tarefas – evidenciada principalmente na celeberrima e exitosa batalha naval de Salamina, entre nobres e plebeus atenienses contra as forças de Xerxes, era claro sintoma de um amplo e irresistível processo de ascendência estratégica das camadas populares no cenário político-econômico-militar da cidade – chegara o momento em que não seria mais possível a sobrevivência da pólis sem a

---

<sup>438</sup> A este respeito, Gustave Glotz observa: “[...] tudo o que constitui a grandeza econômica política de Atenas, convertida em capital do mundo mediterrâneo, teve por resultado diminuir o valor real do censo e promover, sem esforço, os cidadãos de uma classe a outra. Era uma ampliação continua da democracia, um deslocamento progressivo do centro de gravidade para a massa dos produtores e marinheiros”. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.104. De qualquer modo, convém lembrar que em Atenas, não obstante a preocupação democrática em equilibrar as prerrogativas das classes sociais de forma a permitir a participação política do maior número de cidadãos possível, conforme observa Vidal-Naquet, nunca chegou a ocorrer uma supressão dos antagonismos econômicos. VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], pp.178-9.

<sup>439</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.30.

<sup>440</sup> *Ibid.* Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.64; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.104.

participação conjunta do povo.<sup>441</sup> O desenvolvimento urbano e demográfico de Atenas – então em plena expansão –, e o decorrente aparecimento de uma classe comerciante liberta de qualquer tipo de servidão,<sup>442</sup> proporcionava as condições ideais para solapar de vez as antigas bases clientelistas a partir das quais a aristocracia fundiária ática garantira o monopólio do poder sobre toda a região;<sup>443</sup> portanto, a centralização da vida na cidade significava, em última análise, a não sujeição de parte significativa da população.<sup>444</sup>

Além disso, de acordo com a atenta leitura de Vidal-Naquet,<sup>445</sup> a contemporânea assunção de expedientes talassocráticos como principal modo de vida e dominação – estratégia intuitiva e levado a cabo por Temístocles<sup>446</sup> –, permitiu que Atenas enfim transbordasse para fora de si mesma; multiplicando, desta maneira, não só o número de soldados a serem mobilizados para a guerra, mas, conforme as observações aristotélicas mencionadas supra, o número de atenienses direta ou indiretamente doravante beneficiados pela máquina administrativa e demais implicações advindas do imperialismo marítimo – entre elas, a construção dos navios.<sup>447</sup>

A Atenas que emerge da guerra, em 479 a.C, se descobre psicologicamente engrandecida e homogênea; a forma como a comunidade se organizou para o enfrentamento com os persas,

---

<sup>441</sup> Francisco Murari Pires observa que a constituição do poder naval ateniense durante as Guerras Medas marca a ascensão do povo como instância de poder na cidade. PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], p.213.

<sup>442</sup> FINLEY, M.I. *Entre a escravidão e a liberdade In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.138.

<sup>443</sup> *Ibid.*, p.37. Cf., *supra*, o subitem 1.1.1.

<sup>444</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* (...), p.30. Com efeito, Claude Mossé reputa o *démos* urbano como o suporte principal da democracia ateniense. MOSSÉ, Claude. *O julgamento de Sócrates* [...], p.38.

<sup>445</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p. 179.

<sup>446</sup> PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], p.207.

<sup>447</sup> Neste sentido, M.I.Finley informa que uma das práticas mais recorrentes da política imperialista de Atenas era o confisco de terras dos súditos-aliados para serem distribuídas entre os seus cidadãos. Ademais, o contínuo trabalho nos estaleiros, de construção e manutenção das trirremes, era outra atividade relacionada com o imperialismo marítimo que beneficiava uma grande parcela da população ateniense (não restrita apenas ao corpo de cidadãos). FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p.61. A este respeito, cf. também VIDAL-NAQUET, Pierre. *Uma invenção grega: a democracia In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p. 180.

paralela à audaciosa afirmação do seu poderio naval,<sup>448</sup> fortalecera sobremaneira o sentimento de identidade nacional – atestando assim a inédita convergência de interesses entre a aristocracia até então dominante e o resto do *démos*.<sup>449</sup> Com isto, sedimentava-se, enfim, a obra de unidade da pólis concluída três décadas atrás por Clístenes.<sup>450</sup>

Portanto, o forte caráter urbano ateniense conspirava a favor de uma centralização de todas as decisões concernentes à vida da coletividade a partir de seus órgãos deliberativos.<sup>451</sup> Melhor dito, a consubstanciação definitiva da urbe, nos primórdios da era clássica, enquanto espaço vital e de reunião por excelência da pluralidade humana – o lugar de nascimento e trânsito livre da vida, das idéias e das discussões; onde se institui e reinstitui conjuntamente, a partir da ação e da linguagem, o sentido da realidade –, deflagra o surgimento do político; marca a descoberta do universal. Daí em diante, rompidos (sempre no caso ateniense) os antigos laços de dominação característicos da sociedade de tipo rural, a cidade se apresentaria como o único palco possível de uma existência civilizada.<sup>452</sup>

---

<sup>448</sup> É lícito chamar atenção para o fato segundo o qual a atitude tomada por Atenas, em um determinado momento, no sentido de se transformar em uma potência militar naval, é uma das causas determinantes para a consolidação dos princípios democráticos desta pólis não apenas em virtude das múltiplas conseqüências benéficas trazidas pelo império às camadas menos favorecidas do corpo de cidadãos, mas também por já refletir, na própria elaboração da estratégia, uma sensibilidade genuinamente democrática, na medida em que as expedições navais poderiam sempre comportar um número muito maior de indivíduos (pertencentes a todas as classes sociais) do que os exércitos de hoplitas, compostos apenas por homens que pudessem arcar com os gastos nada desprezíveis da panóplia – sem mencionar os custos ainda mais dispendiosos a serem arcados pelos integrantes da cavalaria, custos estes, acessíveis apenas aos aristocratas proprietários de terras. Prova do caráter deveras invulgar das atividades relativas à cavalaria, é a compreensão tipicamente grega do cavalo como um animal de nobre estirpe.

<sup>449</sup> Cf. JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.287; MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.30

<sup>450</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.22.

<sup>451</sup> Cf. *Ibid.*, p.30. Neste sentido, Finley compreende que “esta característica urbana da vida ateniense teve a maior das importâncias, foi a condição necessária para o poderio e grande parte da glória do estado”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.61.

<sup>452</sup> A este respeito, Werner Jaeger assevera: “Desde que empezó en la Hélade una civilización más elevada, el estado-ciudad griego no sólo había dado vida al marco externo de esta civilización, sino que había determinado hasta la forma clásica de la existencia intelectual y moral de los griegos em tanto seres humanos”. JAGER, Werner. *Demóstenes: la agonía de Grecia* [...], pp.233-4.

Deste modo, a pólis do pós-guerra contra os persas já dispunha tanto de uma estrutura social como das condições materiais e psicológicas necessárias para a consumação do regime e modo de vida democrático; faltavam apenas algumas mudanças de ordem institucional destinadas a retirar os poderes políticos da aristocracia que, sendo incompatíveis com a tendência de ascensão das massas enquanto sujeito político,<sup>453</sup> impediam o pleno desenvolvimento do governo popular – condição esta compreendida pelos líderes democratas como essencial para a expansão e sobrevivência de Atenas.

Com efeito, a reforma institucional determinante para a divisão do poder soberano de decisão da comunidade ateniense – em princípio indistintamente – entre a minoria aristocrática (os *óligoi*) e a maioria do *démos* (os *pollói*), a qual foi levada a cabo por Efialtes em 462 a.C.,<sup>454</sup> consistiu em privar os encargos excessivos do Areópago;<sup>455</sup> órgão político-judiciário, que funcionava como uma espécie de corte superior de justiça, até esta data exclusivamente composto por membros vitalícios originários da casta nobre dos *kaloí kagathói*,<sup>456</sup> transferindo quase toda a sua competência para as instituições políticas fundadas e orientadas por princípios democráticos: a *Ekklesía* (a Assembléia popular), *Boulé* (o Conselho dos Quinhentos) e a *Heliéia* (o Tribunal popular).

Por conseguinte, a partir desta transformação decisiva do regime (*metabolé*), afirmam-se definitivamente – a se descontar os efêmeros golpes oligárquicos de 411 e 404 a.C, ambos

---

<sup>453</sup> PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], p.215.

<sup>454</sup> Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.66.

<sup>455</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XXVI.

<sup>456</sup> Acerca do Areópago, Claude Mossé informa que este “[...] era formado pelos antigos arcontes que tinham deixado o cargo e que se tornavam membros vitalícios do mesmo. Por sua forma de recrutamento, como pelo papel que desempenhara no passado, o Areópago representava a tradição”. MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.111.

condicionados por circunstâncias excepcionais da guerra contra os espartanos <sup>457</sup> – os mecanismos característicos e necessários para o funcionamento da democracia ateniense. A administração da pólis enfim era confiada ao conjunto inteiro do corpo de cidadãos; entre os atenienses livres, o ato de governar (*archéin*) e o estado de ser governado (*archesthái*) tornam-se virtualmente simultâneos, chegam, no limite, a se confundir.<sup>458</sup>

Assim, o ideal isonômico, encontradiço de forma ainda bastante primitiva no seio dos pequenos círculos da antiga aristocracia guerreira, <sup>459</sup> e presente como elemento norteador - de tal maneira que já denunciava a sensibilidade política tipicamente greco-ateniense, pronta então para ser desenvolvida, aperfeiçoada e levada ao extremo pelas posteriores gerações – quando da reforma cívica clisteniana, atinge, nos meados do século V a.C, enquanto princípio real, válido e eficaz, um número de indivíduos sem qualquer precedente histórico, e que demoraria não menos de dois mil e duzentos anos para encontrar outro exemplo que pudesse, *mutatis mutandis*, servir de comparação.

### 3.3.1 Assembléia: o centro do quadro institucional democrático

Doravante, de modo a garantir a participação direta e o mais equânime possível de todos os atenienses considerados como tais – independentemente dos estratos sociais aos quais porventura pertencessem – no processo continuado de governação da cidade, <sup>460</sup> ou ainda, dito de outra forma, e a partir das palavras de Castoriadis, a fim de concretizar “a igual repartição da

---

<sup>457</sup> Em relação a este respeito, Finley salienta que os dois golpes oligárquicos “[...] tiveram curta duração, surgiram sob a extrema tensão de uma guerra que se estava a perder, e o segundo conseguiu durar alguns meses, apenas devido à intervenção do exército vitorioso dos espartanos”. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.69. Neste sentido, a propósito da reunião da Assembléia, realizada em 411 a.C, na qual foi decretado o fim (provisório) do regime democrático e a conseqüente instauração da oligarquia, Tucídides salienta que: “inicialmente o povo demonstrou desagrado ao ouvir a proposta relativa à oligarquia, mas cedeu quando Pisandros demonstrou claramente que não havia outra alternativa de salvação”. TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*, VIII, 54.

<sup>458</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Política*, 1317 b; GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* [...], p.47.

<sup>459</sup> VERNANT, J.P. *As origens do pensamento grego* [...], p.50. Cf. o item 1.1 *supra*.

atividade e do poder”,<sup>461</sup> e com isso disseminar o conhecimento dos assuntos estatais entre a coletividade politicamente ativa,<sup>462</sup> estabelecer-se-ia o sorteio e o sistema de rodízio como as principais formas de atribuição dos cargos públicos – de tal maneira que os atenienses de todas as classes assim possuísem “um grau invulgar de experiência política”.<sup>463</sup>

Além disso, convém sempre sublinhar, toda a autoridade da pólis estava, em última análise, concentrada na Assembléia (*Ekklesia*),<sup>464</sup> a cujas periódicas sessões qualquer homem, desde que cidadão, poderia – e deveria – não apenas ir e assiduamente freqüentar, mas sobretudo onde lhe seria sempre facultado manifestar o seu voto e, intervindo no debate, oferecer a sua palavra francamente (*parrhesía*) acerca dos assuntos colocados na pauta do dia, fossem eles banais ou extraordinários, em estrita igualdade de condições em relação com os demais participantes (*isegoría*).<sup>465</sup> Por esta mesma razão, qual seja, a de assegurar a integridade do regime assentado sobre a participação total do corpo de cidadãos no funcionamento e processo decisório da pólis,<sup>466</sup> aqueles designados à magistratura pelo voto nunca poderiam considerar os seus postos enquanto simples meios para a – de resto, natural tendência de – autoperpetuação do

---

<sup>460</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.66.

<sup>461</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.304.

<sup>462</sup> FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.39; FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.66. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia* [...], p.308. A este respeito, Gustave Glotz observa o seguinte: “Nessas democracias antigas que não conheciam o sistema representativo, a política não era, para o cidadão comum, o simples dever de depositar um voto numa urna em longos intervalos; era, para eles, uma ocupação regular, um dever de todas as horas. [...] Cada qual aprendia pela prática o seu ofício de cidadão”. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.145.

<sup>463</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], pp.66-7. Sobre este mesmo aspecto, ver também FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.60.

<sup>464</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.25. Neste mesmo sentido, em outro texto seu, Finley assevera: “nas democracias (da Grécia antiga) o poder pertencia à assembléia”. FINLEY, M.I. *A liberdade do cidadão no mundo grego In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p. 94.

<sup>465</sup> Vale lembrar que tanto a *parrhesía* quanto a *isegoría*, naturalmente, eram expedientes democráticos não restritos apenas às sessões da Assembléia, ou da *Boulé* e demais solenidades públicas de caráter político-institucional; sendo, desta maneira, direitos-obrigações constantes da *bíos politikós* dos atenienses.

<sup>466</sup> FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.37; GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* [...], p.45.

poder, pois estavam sujeitos ao implacável controle da Assembléia e da *Boulé*<sup>467</sup> Esta última, por sua vez, tinha como uma de suas principais atribuições submeter todos os ocupantes de cargos públicos, fossem eles escolhidos por sorteio ou votação,<sup>468</sup> ao exame prévio de *dokimasía*, o qual se destinava a avaliar as condições morais do cidadão para aprovar ou não a sua investidura,<sup>469</sup> e também, invariavelmente, após o término da gestão de cada posto oficial, à prestação das contas (*euthyné*)<sup>470</sup> referentes ao tempo de exercício da função.<sup>471</sup>

A *Ekklesía*, portanto, era a máxima personificação da soberania popular - de tal maneira que o público presente nas sessões, bem como, naturalmente, as decisões ali votadas, não representavam apenas o escrutínio do quorum do dia, mas todo o *démos* da pólis.<sup>472</sup> Portanto, sua presença central e suprema na política ateniense era o que, em última instância, garantia a

---

<sup>467</sup> Gustave Glotz observa que uma vez empossados, os magistrados ficavam expostos a uma contínua fiscalização popular, porquanto a cada mês (*prítania*) deveriam renovar os seus poderes por meio de um voto de confiança da Assembléia (a *epikheirotonía*). Se tal voto fosse negado, os magistrados eram enviados aos tribunais para serem julgados como homens que haviam colocado a segurança da pólis em risco. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.139. Neste mesmo sentido, M.I.Finley assevera que os líderes políticos atenienses “had no respite. Because their influence had to be earned and exerted directly and immediately - this was a necessary consequence of a direct, as distinct from a representative, democracy - they had to lead in person, and they had also to bear, in person, the brunt of the opposition’s attacks. More than that, they walked alone”. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.61.

<sup>468</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, LV.

<sup>469</sup> A respeito do exame de *dokimasía*, Aristóteles informa que nele pergunta-se ao candidato “[...] quem é teu pai e qual é seu demos, quem é o pai de teu pai, quem é tua mãe, quem é o pai de tua mãe e qual é o seu demos?; depois, se ele cultua Apolo Ancestral e Zeus Átrio e onde ficam seus santuários; em seguida se ele dispõe de sepulcros e onde ficam; e ainda, se ele trata bem os pais, paga os tributos, e se prestou os serviços militares”. Após a estas perguntas, prossegue o estagirita, chamavam-se as respectivas testemunhas. Se por acaso, a pessoa fosse reprovada pelo Conselho, cabia ainda apelação junto ao Tribunal da *Heliéia*, que detinha a decisão soberana sobre o assunto (isto já no tempo de Aristóteles, pois em épocas anteriores a decisão da *Boulé* não admitia contestação). *Ibid.* e XLV, 3.

<sup>470</sup> Francisco Murari Pires oferece as seguintes traduções para o verbo grego *euthýno*: guiar, dirigir os passos em linha reta, endireitar e corrigir. PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], p.245.

<sup>471</sup> Acerca da *euthyné*, cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.308; CASTORIADIS, Cornelius. *A democracia ateniense: questões falsas e verdadeiras In: Encruzilhadas do labirinto – A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.221; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.157 e pp.163-4. Sobre a *dokimasía* e *euthyné*, MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], pp.30, 38 e 110.

<sup>472</sup> Neste diapasão, de acordo com M.I.Finley, “[...] os decretos da Assembléia ateniense na linguagem oficial dos documentos, eram votados pelo *démos* mais do que pela *Ekklesía*. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p. 64. Assim também entende Gustave Glotz: “os membros da *Ekklesía* atuam em nome de todos os cidadãos”. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.139.

intervenção direta da coletividade inteira dos cidadãos em todos os negócios públicos, relevantes ou não – quando os interesses da cidade estavam em juízo, o povo ateniense era invariavelmente instado a se pronunciar.

Além disso, sendo ela – apoiada e supervisionada pela *Boulé* e *Heliéia* – o órgão que centralizava as decisões e a partir do qual se mantinha a coerência e a integridade da *politéia* democrática de Atenas,<sup>473</sup> duas características tão notáveis quanto fundamentais daquele regime encontram na *Ekklesia* o seu corolário: o *amadorismo*, por princípio, da atividade político-judiciária, porquanto bastava ser cidadão para participar, de forma direta, do governo da pólis,<sup>474</sup> e a *ausência de sentido hierárquico*, de um poder coercitivo externo ou vertical,<sup>475</sup> no cerne da população livre politicamente ativa; mesmo se porventura se tratasse de um Péricles frente ao mais inexpressivo ocupante de qualquer cargo oficial, o fato era que cada um deles, como

---

<sup>473</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], pp.67-8. Conforme Castoriadis, a palavra *politéia* “[...] designa tanto a instituição/constituição política como a maneira pela qual o povo se ocupa dos assuntos comuns”. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.307.

<sup>474</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.67. A este respeito, Werner Jaeger chama a atenção para o fato segundo o qual, a partir do momento em que a cidade se afirma enquanto horizonte último da vida dos gregos, cada homem, doravante, precisaria ter, ao lado de uma habilidade profissional específica, uma virtude cívica genérica (*politiké areté*), pela qual se colocaria em relação de cooperação e inteligência com os outros, no espaço vital da pólis. De modo que a falta de uma habilidade especial política, conclui Jaeger, aparecia diretamente como a essência da democracia (com efeito, este é o centro de toda a crítica socrático-platônica ao *modus* democrático) JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], pp.144-6. Sobre o mesmo aspecto, Castoriadis é categórico: “Não há nem poderia haver ‘especialistas’ em assuntos políticos. A perícia política - ou a ‘sabedoria’ política – pertence à comunidade política, pois a perícia, a *techné*, no sentido estrito, está sempre ligada a uma atividade ‘técnica’ específica, e é naturalmente reconhecida em seu domínio próprio. [...] A idéia (hoje) dominante de que existem ‘experts’ em política, vale dizer, especialistas do universal e técnicos da totalidade menospreza a idéia mesma de democracia [...]”. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia* [...], pp.306-7. Cf. *supra*, o item 2.2 acerca do mito de Protágoras.

<sup>475</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *Que é autoridade? In: Entre o passado e o futuro* [...], pp.142-56. Também se remeta ao item 1.2 desta dissertação. Para um comentário (*en passant*) de Castoriadis acerca do estudo de Hannah Arendt sobre o sentido de autoridade, e a inexistência, apontada por esta autora, de uma experiência autoritária entre os gregos, cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A democracia ateniense: questões falsas e verdadeiras In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.215.



observou M.I.Finley, “[...] só era responsável direto perante o próprio *démos*, pertencesse à Assembléia, ao Conselho ou aos Tribunais, e não perante um funcionário superior”.<sup>476</sup>

Tais particularidades, por conseguinte, vêm a denunciar um aspecto fulcral do universo político helênico clássico, e *ipso facto* determinante para a sua compreensão enquanto realidade singular e específica, submetida a categorias distintas das modernas: a união completa, impossível de ser dissociada, da comunidade cívica com o aparelho estatal – a pólis grega antiga encontra-se, pois, como um fenômeno histórico-político muito aquém no tempo da separação entre a coletividade civil e o Estado,<sup>477</sup> e, no limite, inclusive, do cisma entre o indivíduo e a sociedade, entre o homem e o mundo.<sup>478</sup> Não há, com efeito, nenhum aparato propriamente tecnocrático – tampouco partidos institucionalizados – mediando a relação do corpo de cidadãos com o governo da cidade.<sup>479</sup> Sua administração se dá de forma direta e efetiva pelo povo, e, sobretudo, através da Assembléia soberana – irrestritamente aberta a todos os indivíduos do sexo masculino, maiores de vinte anos, que então poderiam ser considerados atenienses legítimos.<sup>480</sup> Logo, conforme aponta Moses Finley, ao tratar da problemática questão da liderança política no universo democrático da Atenas clássica:

The critical point is that there was no “government” in the modern sense. There were posts and offices, but none had any standing in the Assembly. A man was a

---

<sup>476</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.65. Sobre este mesmo respeito, cf. STONE, I.F. *O julgamento de Sócrates* [...], p.32.

<sup>477</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.197; CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.307; MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.145.

<sup>478</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia* [...], pp.312-3.

<sup>479</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.18 ; FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.65.

<sup>480</sup> Só eram proibidos de comparecer às reuniões da Assembléia, ou de, dependendo da situação, nelas emitir as suas opiniões, aqueles poucos cidadãos que, por algum motivo ofensivo à pólis, haviam perdido as suas prerrogativas civis. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.51. Para uma lista dos motivos que ensejavam a perda ou suspensão da *isegoria*, cf. HENDERSON, Jeffrey. *Attic old comedy, Frank speech, and democracy* [...], pp.257-8.

leader solely as a function of his personal, and in the literal sense, unofficial status within the Assembly itself. <sup>481</sup>

Isto posto, torna-se oportuno advertir que as reuniões da *Ekklesia* eram, a partir de informações do século IV a.C – as únicas disponíveis –, <sup>482</sup> realizadas pelo menos quatro vezes durante um período de trinta e seis dias (prítania) ao longo do ano. Se primitivamente as sessões ocorriam na própria ágora, na época clássica era a colina da Pnix – a bem dizer, um anfiteatro natural, <sup>483</sup> onde, aproveitando-se as condições topográficas, havia sido construída uma arquibancada em forma de hemicírculo – o palco desses célebres encontros deliberativos nos quais, <sup>484</sup> corroborando o truísmo segundo o qual em Atenas o poder não estava necessariamente vinculado a uma função institucional estrita, a arte da oratória e a conseqüente capacidade de persuasão – enquanto instrumentos privilegiados do *modus* democrático – eram os únicos elementos que de fato diferenciavam os homens dos outros e, com efeito, determinavam quem exercia influência. <sup>485</sup>

---

<sup>481</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.62. .

<sup>482</sup> De qualquer modo, tudo indica que no século V a.C, a partir da reforma de Efialtes e ao longo da liderança de Péricles, época do auge democrático ateniense, a frequência das reuniões, se não era igual em tempos ordinários, pelo menos deveria ser bastante semelhante. Cf. FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.65.

<sup>483</sup> FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.37

<sup>484</sup> Aqueles que se dispunham a falar ao grande público deveriam fazê-lo da tribuna (*béma*), a qual, conforme a descrição de Claude Mossé, consistia em “uma plataforma talhada na rocha e cercada por uma balaustrada”, onde também se encontravam os dez cidadãos – entre eles o epistátes dos prítanes, membro do Conselho (*Boulé*) que, ao exercer a presidência por um dia, guardava a chave dos templos onde ficavam os tesouros e os arquivos da cidade (ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XLIV) – assessorados por um arauto (que iniciava os trabalhos com o famoso pregão: “Quem tem bom conselho a dar à pólis e deseja torná-lo conhecido?”) e um secretário, escolhidos por sorteio para presidir e orientar as sessões. FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.37; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.155 ; MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p. 108.

<sup>485</sup> A este respeito, Finley observa: “Men like Péricles constituted a political elite, to be sure, but that elite was not self-perpetuating; membership in it was attained by public performance, primarily in the Assembly, access was open, and continued membership required continued performance”. FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], pp.25-6.

Assim sendo, conforme já diversas vezes aludido, a competência da Assembléia popular era a princípio ilimitada.<sup>486</sup> De modo que seu espectro de discricionariedade política compreendia um vasto e virtualmente interminável número de questões, entre as quais vale mencionar: a decisão de declarar guerra ou paz e de estabelecer tratados com outras cidades, a eleição e o controle dos magistrados, sobretudo sobre aquela pequena minoria a qual, justamente por exercer funções especializadas ou estratégicas que exigiam competência particular, era escolhida a partir do voto popular (os oficiais militares – os únicos que poderiam ser reeleitos –, os tesoureiros e os encarregados das negociações diplomáticas),<sup>487</sup> regulava a celebração dos cultos religiosos e das festas cívicas, dispunha as medidas necessárias para garantir que o fornecimento de cereais atendesse a todos os cidadãos,<sup>488</sup> decidia sobre a necessidade de aplicar a pena de ostracismo e instaurava o processo de *eisaggelía* contra os traidores da pólis.<sup>489</sup>

<sup>486</sup> Neste sentido, Aristóteles, após arrolar uma série de princípios do governo democrático, conclui: “[...] enfim, que a Assembléia popular seja suprema em relação a todas as causas e nenhuma autoridade o seja isoladamente sobre qualquer causa [...]”. ARISTÓTELES. *Política*, 1318 a.

<sup>487</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, LXI; FINLEY, M.I. *Os gregos antigos* [...], p.65. Neste sentido, Castoriadis entende que, salvo os casos nos quais se exige competência particular, a eleição não seria o melhor meio de designação dos magistrados, porquanto ela criaria uma divisão do trabalho político. Assim, “tendo a política relação com o poder, a divisão do trabalho não significa nem pode significar outra coisa, além da divisão entre governantes e governados. Uma democracia aceitará, evidentemente, uma divisão de tarefas políticas, mas não uma divisão do trabalho político, isto é, uma divisão fixa e estável da sociedade política entre dirigentes e executantes, com a existência de uma categoria de indivíduos cujo papel, o ofício, o *interesse* é de dirigir os outros”. CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V*. Tradução: Lílian do Valle. Rio de Janeiro: DP&A editora, 1999, p.73.

<sup>488</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XLIII, 3. Moses Finley, chamando a atenção para o direito positivo do cidadão ao suprimento de comida, comenta que dois itens sempre estavam presentes na pauta da Assembléia: a defesa da cidade e o suprimento de trigo. FINLEY, M.I. *A liberdade do cidadão no mundo grego*. In: *Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p. 86. A respeito da importância fundamental que o abastecimento de cereais – através da importação de lugares remotos como o Egito e reinos situados às margens do mar Negro – representava para a sobrevivência de Atenas, porquanto estes constituíam a principal fonte alimentícia dos gregos, cf. FINLEY, M.I. *O império ateniense: um balanço* [...], pp.58-9; FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.22; MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p. 40; PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas [...], p.241.

<sup>489</sup> PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas* [...], pp.241-2. A respeito da *eisaggelía* (“processos ou ações por denúncia”), cf. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.138 e p.166 ; HESK, Jon. *Deception and democracy in classical Athens*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 2000, pp. 51-2; MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p. 109.

### 3.3.1.1 Os mecanismos de autolimitação

Tamanha onipotência se tornaria facilmente tirânica e irresponsável – desta feita colocando os pressupostos democráticos e a estabilidade da cidade em perigo; ou, melhor dito, inviabilizando-na - se porventura o povo soberano não fizesse uso de mecanismos institucionais destinados a limitar ou refratar a própria arbitrariedade. Pois em relação a este aspecto muito sensível da política da época clássica é preciso, em primeiro lugar, que se atente para – bem como não se olvide – o fato de os gregos antigos, e os atenienses em especial, sempre terem sido profundamente preocupados com o problema da responsabilidade coletiva e individual face todas as circunstâncias às quais se via o homem envolvido; verdadeira obsessão consubstanciada, enfim, na forma segura de uma norma escrita, e por conseguinte pública, ao longo das profundas mudanças que levariam a consolidação da pólis enquanto a única maneira então imaginável de organização comunitária.<sup>490</sup>

Deste modo, conquanto a Assembléia popular possuísse uma liberdade incondicional quanto às decisões que tomava,<sup>491</sup> isto por certo não implicava uma inobservância anárquica das regras as quais, por sua vez, – vale frisar – haviam sido criadas, na maioria das vezes a partir de um amplo debate e posterior consenso,<sup>492</sup> por esta mesma coletividade soberana, com o objetivo claro de estabelecer o mínimo suficiente de preceitos ético-jurídico-formais para que, assim, pudesse a sociedade funcionar equilibradamente, ao invés de aniquilar-se.<sup>493</sup>

---

<sup>490</sup> Ver o primeiro capítulo desta dissertação.

<sup>491</sup> FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.37

<sup>492</sup> *Ibid.*, p.34.

<sup>493</sup> *Ibid.*

Portanto, sendo o *démos*, de forma explícita e real, a única fonte admissível da lei,<sup>494</sup> tal fato, sem dúvida, além de constituir uma garantia constante de liberdade para os integrantes do corpo cívico<sup>495</sup> – na medida, registre-se, em que a idéia de liberdade individual entre os atenienses, e os gregos antigos de maneira geral, estava fundamental e inextricavelmente vinculada à possibilidade de participação direta nos assuntos coletivos –<sup>496</sup>, também promovia, em última análise, as condições necessárias para que todos estes não apenas se dispusessem a viver de bom grado conforme as determinações legais,<sup>497</sup> mas, inclusive, se arvorassem, naturalmente, como guardiões do código de princípios sobre os quais a pólis se firmava; assim como, por outro lado, do mesmo modo – e sem que isto representasse um paradoxo, posto que nenhuma organismo político é capaz de viver sem transformar-se – poderiam propor e deliberar, oportunamente (e mediante decisão de um quorum qualificado sujeita à revisão), acerca da mudança de alguns ou vários destes mesmos princípios – enfim, nas palavras de M.I.Finley, “em termos políticos, a comunidade exercia poder total, porém nos limites impostos pelo ‘poder da lei’ “. <sup>498</sup>

Tais limites, com efeito, dada a inexistência de autoridade maior, e tendo em vista o caráter essencialmente amador da política democrática ateniense, eram auto-impostos pela massa

---

<sup>494</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV [...]*, p.193.

<sup>495</sup> FINLEY, M.I. *Os gregos antigos [...]*, p.51.

<sup>496</sup> VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia [...]*, p.207. Cf. ARISTÓTELES. *Política*, 1275b-76 a; CONSTANT, Benjamin. *Da liberdade dos antigos comparada à dos modernos*. 3. ed. Trad. Loura da Silveira. Porto Alegre: Editora da Universidade, 1988, pp.09-25. A respeito do “conceito grego de liberdade, no sentido da época clássica”, cf. JAEGER, Werner. *Paidéia [...]*, pp.549-50.

<sup>497</sup> FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação [...]*, p.34.

<sup>498</sup> *Ibid.*, p.36. A este respeito, cf. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega [...]*, p.111. Do mesmo modo, Fustel de Coulanges observa: “Atenas sabia muito bem que a democracia só podia sustentar-se pelo respeito das leis. COULANGES, Fustel. *A cidade antiga [...]*, p. 265. Chamando a atenção para o papel fundamental da norma jurídica no processo de consolidação – e como baluarte do funcionamento equilibrado – da democracia, Werner Jaeger entende, não sem certo pendor aristocrático, que para a pólis democrática, era muito mais importante “[...] a fidelidade à lei e à disciplina que a questão de saber até que ponto o homem comum estava apto a perceber os

soberana. Ora, não havia instância normativa superior ou *fundamento transcendente da lei*,<sup>499</sup> tampouco uma elite política institucionalizada a qual,<sup>500</sup> através de *experts* burocratas designados especificamente para a constante tarefa de controle das bases ético-jurídico-formais do sistema,<sup>501</sup> realizasse o não só necessário como vital trabalho de conservação do organismo social.<sup>502</sup> Por conseguinte, era o *démos* que, em certas ocasiões, para salvaguardar os interesses preponderantes da comunidade, apelava em última instância, por assim dizer, contra si mesmo,<sup>503</sup> lançando mão de “disposições instituídas de autolimitação”.<sup>504</sup>

Logo, de forma a impor um justo obstáculo aos próprios excessos e evitar incoerências discricionárias decorrentes de eventuais arrebatamentos – ou mesmo de possíveis e, de resto, inevitáveis enganos – populares ocorridos em sessões da *Ekklesia* no precipitado ato de aprovação de alguma proposta ilegal, havia sido criado o mecanismo formal conhecido como *graphé pará nomôn* (ação contra moções legais), mediante o qual todo cidadão poderia apelar, por escrito, contra qualquer decisão tomada pela Assembléia que ele porventura julgasse contrária aos preceitos erigidos pela pólis.<sup>505</sup>

---

assuntos e fins do Estado. Neste sentido, não existia o problema da cooperação “: JAEGER, Werner. *Paidéia* [...], p.146.

<sup>499</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.193.

<sup>500</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.25.

<sup>501</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.316.

<sup>502</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.184.

<sup>503</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Op.cit* (...), p.315; CASTORIADIS, Cornelius. *A democracia ateniense: questões falsas e verdadeiras In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.221.

<sup>504</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V* [...], p.73.

<sup>505</sup> Cf. BONINI, Roberto. v. *Pólis In: BOBBIO, Norberto. (org.) Dicionário de Política* [...], pp.953-4; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], pp.147-8.

Portanto, tendo em vista a formalidade a partir da qual as leis e decretos (*pséphismata*) se vinculavam ao autor responsável que tivesse tomado a palavra,<sup>506</sup> na Assembléia, para propor a aceitação consensual destes perante os demais; impunha-se, de certo modo, uma redução dos efeitos da *isegoría*;<sup>507</sup> melhor dito, dificultava-se a sua utilização de maneira irrefletida, mal intencionada e gratuita, na medida em que a esta liberdade tão particularmente democrática de os *politai* atenienses virem a utilizar o direito de expressão pública para persuadirem a comunidade a se colocar a favor de suas propostas ou entendimentos, se sobrepunha o soberano princípio da responsabilidade política no uso de todas as prerrogativas cívicas.<sup>508</sup>

Além disso, o fato de ter sido criado, durante a consolidação dos pressupostos elementares do regime,<sup>509</sup> um mecanismo como o da *graphé pará nomôn*,<sup>510</sup> revela que o povo, ao se

---

<sup>506</sup> COULANGES, Fustel. *A cidade antiga* [...], p.265; VIDAL-NAQUET, Pierre. *Luzes da cidade grega In: Os gregos, os historiadores, a democracia* [...], p. 208.

<sup>507</sup> FINLEY. M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.27.

<sup>508</sup> Cf. *Idem*. Se a proposta fosse aprovada numa determinada sessão da Assembléia – registre-se, a propósito, que cada reunião apresentava um quorum variável – para logo após (até um ano depois da aprovação, ou seja, o tempo em que a *graphé pará nomôn* prescrevia) ser julgada inconstitucional por um júri popular, composto de até mil quinhentos e um cidadãos, no Tribunal da Heliéia; o autor responsável – poderiam ser vários responsáveis – geralmente era condenado a uma pesada pena pecuniária (em casos extremos, dependendo do veredicto do corpo de jurados, poderia ser condenado à pena capital). Ademais, informa Gustave Glotz, se um cidadão fosse responsável por três moções julgadas inconstitucionais, ele perdia definitivamente “[...] o direito de apresentar qualquer proposta à Assembléia”. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia* [...], p.315; COULANGES, Fustel. *A cidade antiga* [...], p.265; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.148.

<sup>509</sup> Apesar de não haver nenhum registro histórico direto, tudo indica que a *graphé pará nomôn* tenha sido criada na mesma época da reforma de Efialtes, a qual retirou a maior parte da competência do Areópago (até esta data, o órgão que fazia as vezes de suprema corte de justiça) em favor das instituições de explícito cunho democrático. Neste sentido, Gustave Glotz observa que “[...] nos tempos primitivos, as leis dadas pelos deuses estavam protegidas pelo poder sagrado da impreciação. Quando passaram a existir as leis escritas, tiveram por guardião o mais augusto de todos os tribunais, aquele investido de atribuições essencialmente religiosas, o Areópago. Foi a vez então, da reforma de Efialtes, que despojou os areopagitas de todas as funções que lhe conferiam a guarda da constituição. Foi então que a democracia não encontrando mais um freio exterior, impôs restrições a si mesma”. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.147.

<sup>510</sup> Havia pelo menos um outro procedimento importante destinado a evitar que uma proposta ilegal fosse incorporada às normas atenienses: a ação por lei de promulgação imprópria (*ton nomôn me épitédéion einai*), a partir da qual uma norma era declarada irregular em virtude de vícios formais. No mesmo sentido, todo aquele que fosse acusado de enganar o povo (*apatè tou dè mou*), por não cumprir o prometido ou por expô-lo ao perigo mediante um mau conselho, sofreria uma ação correspondente (entre elas, a já citada *eisaggelía*), a qual, via de regra, levar-lhe-ia ao ostracismo. Cf. ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, XLIII, 2.5; CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia* [...], p.315n; COULANGES, Fustel. *A cidade antiga* [...], p.265; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.147; HESK, Jon. *Deception and democracy in classical Athens* [...], pp. 51-64; PIRES, Francisco Murari. *Notas explicativas In: Op. cit.* [...], p.254.

reconhecer como única fonte normativa, não deixava nunca de aventar a possibilidade de um auto-engano coletivo, assim como, do mesmo modo, tendo ocorrido a contradição generalizada, se permitia, numa outra ocasião e noutro contexto, de forma mais atenta, serenadas as paixões e flagrada a antinomia, corrigir a si mesmo.<sup>511</sup>

Com efeito, conforme o contraste político-cultural evidenciado de maneira assaz interessante e elucidativa por Moses Finley ao contrapor alguns aspectos dos sistemas institucionais dos Estados hodiernos a equivalentes do ateniense clássico, enquanto os primeiros, garantindo alto grau de imunidade aos representantes eleitos pelo povo – entre outros privilégios –, proteger-lhes-iam a irresponsabilidade, afastando-os conseqüentemente do controle popular; a democracia antiga, em contrapartida, com o objetivo de salvaguardar as bases sobre as quais se assentava a vital participação direta dos cidadãos nos assuntos da pólis, consubstanciada no igual direito à palavra (*isegoría*), negava a imunidade para todos, indistintamente<sup>512</sup> – quem quisesse influenciar a comunidade tinha toda a liberdade, na medida, é claro, em que se responsabilizasse por isto.<sup>513</sup>

---

<sup>511</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia* [...], p.316; FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.27. Convém ressaltar que o instituto da *graphé pará nomôn* também se destinava a garantir o mínimo de ordenação e coerência constitucional, na medida em que impedia a aprovação de uma lei em contradição com outra já existente. Cf. BONINI, Roberto. v. *Pólis In: BOBBIO, Norberto. (org.) Dicionário de Política* [...], p. 953; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], pp. 148-9.

<sup>512</sup> FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.27.

<sup>513</sup> A este respeito, acerca da *isegoría* e dos efeitos da *graphé pará nomôn*, Castoriadis enuncia: “[...] você tem o direito de propor absolutamente o que quiser – mas deve refletir cuidadosamente antes de fazer uma proposta apoiada em uma tendência momentânea do capricho popular”. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.315. Sobre este mesmo aspecto, Jeffrey Henderson assevera: “The democracy sanctioned free speech not to protect the individual but to promote and safeguard the interests of the demos, and through it, the collective well-being of the polis”. HENDERSON, Jeffrey. *Attic old comedy, Frank speech an Democracy* [...], p.259.



### 3.3.1.2 A *Boulé*

Deste modo, o povo afigurava-se, de fato, como verdadeiro soberano. Tudo na pólis lhe dizia respeito, assim como – conforme acima visto – não havia restrições externas à sua discricionariedade. O caráter imediato da intervenção popular, portanto, estava assegurado pelo supremo poder das votações na Assembléia. Para aquela democracia, dada a união indivisível da sociedade civil com o Estado, era inconcebível a existência de uma instância superior.

Por outro lado, seria humanamente impossível – salvo se a Atenas clássica se tratasse, na verdade, de um organismo comunitário prosaico ou deveras diminuto – concentrar todo o processo de coordenação político-judiciária em apenas um órgão. Assim, naturalmente, tornava-se necessário delegar grande parte deste trabalho a outras instituições;<sup>514</sup> sem que isto constituísse, bem entendido, uma outorga da faculdade pela qual o povo exercia controle direto sobre os assuntos da cidade; porquanto – tal como anteriormente observado –, em primeiro lugar, os encarregados destas funções não pertenciam a uma elite tecnocrática para todos os efeitos apartada do resto da coletividade e, *ipso facto*, capaz de se autoperpetuar, pois, na esmagadora maioria dos casos, eram designados por meios aleatórios (sorteio e rodízio), e, de mais a mais, em segundo lugar, quando se utilizava o recurso aristocrático da eleição (diga-se: também inventado pelos gregos)<sup>515</sup>, isto por certo não isentava o magistrado, dotado de um *savoir faire* específico, de prestar contas da sua atividade pública, quantas vezes fossem necessárias e de forma direta, perante o *démos*.<sup>516</sup> De tal maneira que, no auge do sistema democrático ateniense, tudo conspirava contra a possibilidade de vir-se a estabelecer um abismo no cerne do corpo de

---

<sup>514</sup> GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.150. Cf. BONINI, Roberto. v. *Pólis In: BOBBIO, Norberto. (org.) Dicionário de Política* [...], p. 950.

<sup>515</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.190.

<sup>516</sup> Sobre o controle dos magistrados, cf., neste mesmo item, as páginas acima.

cidadãos – a partir da criação de uma máquina partidária institucionalizada e de suas inevitáveis implicações –<sup>517</sup>, separando e distinguindo os governantes e os governados.<sup>518</sup>

Isto posto, a *Boulé*, idealizada por Clístenes quando da sua ampla reforma cívica,<sup>519</sup> se apresentava como um órgão fundamental para a conservação e o equilíbrio dos pressupostos democráticos, posto que, além de ser o maior corolário da união e igual representatividade de todos os dez distritos atenienses – que constituíam, em suma, a base do sinecismo clisteniano – ,<sup>520</sup> exercia um importantíssimo “papel moderador” face à onipotente soberania da Assembléia.<sup>521</sup> O Conselho, desta forma, era composto por quinhentos cidadãos com a idade mínima de trinta anos, sorteados anualmente à razão de cinquenta por tribo. Estando, ao contrário das outras instituições, em ritmo de contínuo funcionamento,<sup>522</sup> sua competência, em última análise, correspondia à administração geral da pólis.<sup>523</sup> Abrangia, portanto, atividades múltiplas, as quais, grosso modo, se relacionavam diretamente com: as questões atinentes à diplomacia; o estrito cumprimento do orçamento público; a organização militar do Estado; a supervisão da construção e conservação naval; o poder policial; determinadas decisões judiciais; a edificação e manutenção de obras públicas; a fiscalização das magistraturas; e, acima de tudo, o controle sobre o exercício

---

<sup>517</sup> A respeito do estatuto do partido para a filosofia política, vide o cáustico comentário de Castoriadis, no qual ele, chamando a atenção para a sua natureza essencialmente burocrática, observa que não haveria espaço para pluralismo de opiniões em tais instituições, porquanto estas “estruturas hierárquicas autocoptadas” tendem naturalmente a sufocar toda criatividade social. De qualquer maneira, Castoriadis evita o radicalismo temerário e, de resto, incoerente, absurdo, antilibertário, retrógrado e obscurantista de advogar a favor da interdição dos partidos; o que ele postula, na realidade, é que o essencial da vida política deixe de se desenvolver no seio das organizações partidárias, sob pena de os órgãos democráticos do poder coletivo terem toda a sua substância esvaziada. CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V* [...], p.74.

<sup>518</sup> Cf. ARISTÓTELES. *Política*, 1317 b; CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.308; FINLEY. M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.27; FINLEY, M.I (org.). *O legado da Grécia: uma nova avaliação* [...], p.36n.

<sup>519</sup> Cf. *supra*, o item 1.3.

<sup>520</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.23.

<sup>521</sup> *Ibid.*, p.109.

<sup>522</sup> BERGUER, A; DEKONSKI, A; NUDELMAN, D; ROTBERG, O. *História da Grécia Antiga*. Trad. João Netto. Lisboa: Editora Arcádia, s/d, p.159.

<sup>523</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.110.

das leis e a preparação dos projetos de decretos (*probouleuma*) a serem submetidos à votação da Assembléia.<sup>524</sup>

### 3.3.1.3 O sistema judiciário ateniense e o seu diletantismo demasiado democrático

O centro do sistema judiciário ateniense, por seu turno, se encontrava na *Heliéia*,<sup>525</sup> tribunal de cunho essencialmente amador, ao qual todo cidadão com mais de trinta anos e no gozo de seus direitos cívicos poderia ingressar,<sup>526</sup> recebendo, desde as reformas de Péricles, uma remuneração mínima por este encargo (*misthós heliastikhós*).<sup>527</sup> Formado por seis mil juízes escolhidos anualmente mediante sorteio,<sup>528</sup> numa simétrica proporção de seiscentos representantes por tribo,<sup>529</sup> o supremo tribunal da cidade democrática era, ao lado da Assembléia e da *Boulé*, a mais clara confirmação da soberania popular;<sup>530</sup> na medida em que, conforme aponta Goyard-Fabre – a partir da *Política* de Aristóteles –, o verdadeiro sentido de cidadania define-se, para os gregos, pelo “direito de administrar justiça e exercer funções públicas”.<sup>531</sup> Ora, escusado será dizer que em nenhum lugar da Hélade antiga este princípio havia se vulgarizado tanto e se incorporado de maneira tão profunda – chegando inclusive a se confundir com a própria identidade da pólis – como em Atenas.

<sup>524</sup> GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], pp.159-67; MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], pp.109-10.

<sup>525</sup> Will Durant informa que o nome *Heliéia* (derivado de *helios*, sol) se deve ao fato de as sessões deste tribunal serem realizadas ao ar livre. DURANT, Will. *Nossa herança clássica* [...], p.204.

<sup>526</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, LXIII, 2.

<sup>527</sup> MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p. 101.

<sup>528</sup> A respeito do número de seis mil heliastas, Glotz observa que este era o número o qual, “em direito público, representava a unanimidade do povo, como indica o procedimento da Assembléia plena”. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.196.

<sup>529</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, LXIII, 2.

<sup>530</sup> Cf. MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], pp.101-2.

<sup>531</sup> ARISTÓTELES. *Política*, 1275 b; GOYARD-FABRE, Simone. *O que é democracia?* [...], pp.48-9. No mesmo sentido, Roberto Bonini assevera: “[...] exercendo as funções judiciárias, o cidadão participa diretamente da soberania da pólis”. BONINI, Roberto. v. *Pólis In*: BOBBIO, Norberto. (org.) *Op.cit* [...], p.953.

Com efeito, diante da inexistência de um ministério público, além de participar diretamente das decisões da Assembléia, e de muito provavelmente – tendo em vista o democrático sistema aleatório de sorteio e rotação de cargos –, pelo menos durante um ano de sua vida vir a desempenhar as funções de algum cargo público oficial, entre eles o de heliasta,<sup>532</sup> a todo cidadão era facultado apresentar queixa contra qualquer indivíduo que supostamente tivesse cometido um crime – independentemente de ser dele vítima ou não.<sup>533</sup>

Portanto, o elemento mais característico e determinante da justiça ateniense, refletindo desta maneira um princípio geral daquela democracia, era o seu caráter não-profissional.<sup>534</sup> Assim, num sistema judiciário no qual não havia advogados,<sup>535</sup> juízes e promotores públicos,<sup>536</sup> a esmagadora maioria das causas (públicas e privadas) dependia exclusivamente da iniciativa dos

<sup>532</sup> Cf. COULANGES, Fustel. *A cidade antiga* [...], p.266. Visto que as sessões da Heliéia eram compostas por um grande número de cidadãos (variando de 201 a 2501), nas quais, após a exposição dos motivos das partes, se chegava ao veredicto através da votação dos sorteados para o caso, os heliastas exerciam simultaneamente as funções de jurado e juiz.

<sup>533</sup> De acordo com Aristóteles, tal prerrogativa (“a possibilidade de reclamação perante os injustiçados”) teria sido criada por Sólon. Portanto, mais de cem anos antes da consolidação do regime democrático, e da conseqüente afirmação do povo enquanto autoridade primeira da pólis. ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, IX. Ainda a este respeito, é digno de nota o fato de “o direito de intercessão judiciária em nome de terceiros” – expressão de Francisco Murari Pires –, extensivo a todos os cidadãos, ter permitido a emergência dos sicofantas, conhecida e tão temida quanto desprezada classe de pessoas venais que, mediante uma remuneração por parte de conspiradores interessados (ou ainda de uma porcentagem do valor da causa, paga pelo próprio Estado), geralmente em meio a uma disputa de forças política, acusavam determinados indivíduos, pertencentes à ideologia adversária, de algum tipo de crime ou imoralidade condenável. DURANT, Will. *Nossa herança clássica* [...], pp. 204-5; GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], pp.187-8; MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], pp. 102-3; PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: *Op. cit* [...], p.163. SOUZA, Raquel de. *O direito penal na Atenas clássica*. 2002. Dissertação (Mestrado na área de Ciência Jurídica). UNISUL, Tubarão (SC): 2002, pp.55-6. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Imagário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.195.

<sup>534</sup> Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *A pólis grega e a criação da democracia In: Encruzilhadas do labirinto II* [...], p.305.

<sup>535</sup> Se na Atenas clássica, quem fazia as vezes dos modernos promotores eram os sicofantas, e os juízes poderiam ser definidos em última análise como jurados, *mutatis mutandis*, o mais próximo da figura do advogado profissional eram os logógrafos, pessoas com notável cultura jurídica e habilidade retórica que escreviam, mediante pagamento, os discursos a serem proferidos pelos querelantes durante o julgamento, porquanto havia um princípio normativo segundo o qual cada um deveria expor o seu caso nos tribunais, estando terminantemente vedada a possibilidade de representação legal. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...] p.201; MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p.104; SOUZA, Raquel de. *Op.cit*, pp.55-6.; STONE, I.F. *Op. cit* [...], p.160.

<sup>536</sup> Cf. SOUZA, Raquel de. *Op.cit*, p.51.

cidadãos lesados ou interessados para virem a ser apreciadas pelo Tribunal,<sup>537</sup> “[...] desde as citações iniciais até a execução final da sentença”.<sup>538</sup> Do mesmo modo, tal como sucedia na *Ekklesia*,<sup>539</sup> era sobretudo a capacidade de persuasão do querelante frente a esta outra criação grega tipicamente democrática, o júri popular,<sup>540</sup> o que em última análise determinaria o sucesso ou o fracasso da sua postulação.<sup>541</sup>

Como apenas em princípio haveria reuniões judiciais plenárias – e, salvo indicação em um discurso forense de Andócides,<sup>542</sup> não há indícios de que um dia tenha ocorrido alguma –,<sup>543</sup> cada sessão da *Heliéia* apresentava um número de jurados proporcional à importância atribuída à causa a ser julgada. Logo, a distribuição dos heliastas e a escolha do local do julgamento, se dava, no mesmo dia, através de um tão intrincado quanto extravagante sorteio,<sup>544</sup> com o objetivo claro

<sup>537</sup> GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.191.

<sup>538</sup> Neste sentido, Finley observa, a seguir, que tal sistema propiciava situações injustas, na medida em que “o esforço próprio é um procedimento que funciona entre iguais, (porém) faz a balança pender muito de um lado no caso de desiguais”. FINLEY, M.I. *A liberdade do cidadão no mundo grego In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p. 89. Ainda acerca da citação, Gustave Glotz informa que ela deveria ser “feita pelo próprio queixoso, acompanhado por duas testemunhas instrumentárias cujo depoimento, em caso de ausência do réu, autorizaria o processo por contumácia”. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.199.

<sup>539</sup> Cf. MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], p. 102.

<sup>540</sup> MACDOWELL, Douglas. *The law in classical Athens*. New York: Cornell University Press, 1986, p.34 *apud* SOUZA, Raquel de. *Op.cit*, pp.51-2. A respeito do caráter democrático dos júris populares atenienses, Castoriadis observa: “[...] os júris atenienses, sorteados, não devem obediência à assembléia e podem, inclusive, censurá-la”. CASTORIADIS, Cornelius. *Feito e a ser feito: as encruzilhadas do labirinto V* [...], p.74.

<sup>541</sup> Sobre este aspecto central do aparelho judiciário da Atenas clássica, Raquel de Souza comenta o seguinte: Um julgamento em Atenas nada mais era do que uma disputa oral entre dois indivíduos diante de um corpo de jurados, que tinha como função apenas decidir-se por um dos dois lados. [...]O acusador, muitas das vezes, agia em seu próprio interesse e, em muitos casos, ele mesmo, e não o Estado, definia a pena exata que o tribunal deveria aplicar. Era a retórica, como instrumento de persuasão, muito mais que provas e evidências, que definia o veredicto do júri “. *Ibid.*, p.50.

<sup>542</sup> ANDÓCIDES. *Sobre os mistérios*. 78 *apud* GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.197.

<sup>543</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.113.

<sup>544</sup> Para uma descrição detalhada acerca do sistema de sorteio pelo qual eram designados os heliastas, e escolhido o lugar, para uma determinada sessão, cf. ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, LXIII-IX; PIRES, Francisco Murari. Notas explicativas In: *Op. cit* [...], pp.257-61.

de evitar o suborno destes <sup>545</sup> – ou ainda impedir que as sessões fossem compostas por árbitros imediatamente interessados no resultado do conflito judicial. <sup>546</sup>

Em contrapartida, sendo a *Helieia* composta, na sua maioria, por cidadãos desprovidos de grandes posses, <sup>547</sup> os quais enxergavam na função de jurado a possibilidade de receber o *misthós heliastikhós* fornecido pelo tesouro do tribunal; e a partir do fato de a quase totalidade das sentenças prescritas por este órgão constituírem penas pecuniárias a serem pagas, via de regra, pelos atenienses mais ricos, pesava sobre ela a suspeita de operar de maneira extorsiva, a favor da massa; <sup>548</sup> ecoando assim a controversa e delicada questão a qual durante boa parte do século V a.C havia sido eclipsada em virtude do sucesso político e econômico da Atenas democrática e imperialista; mas, principalmente depois do início da Guerra do Peloponeso e os inúmeros reveses por ela trazidos, <sup>549</sup> naquela altura dos acontecimentos, parecia provocar inapelavelmente a ruptura do “indivisível” espírito comunitário: afinal, a quem pertencia a pólis, aos muitos (*pollói*), aos poucos (*óligoi*) ou, conforme rezava o ideal democrático – sublinhe-se, vivo e dominante ao longo de várias décadas do “século de Péricles” –, a todo os cidadãos atenienses?

Seja como for, e não obstante as suas múltiplas imperfeições – posto que nunca se tratou de uma sociedade utópica de anjos imaculados –, <sup>550</sup> é inegável que a Atenas clássica erigiu um sistema institucional participativo suficientemente ordenado para conservar-se sob “os princípios

<sup>545</sup> GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.197; SOUZA, Raquel de. *Op.cit.*, p.66.

<sup>546</sup> ARISTÓTELES. *Constituição de Atenas*, LXIII. Cf. CASTORIADIS, Cornelius. *Imaginário político grego e moderno In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV* [...], p.191.

<sup>547</sup> De acordo com Gustave Glotz, “eram as classes médias da cidade, do porto e do subúrbio que fornecia a grande maioria dos *dikastai* (jurados)”. GLOTZ, Gustave. *A cidade grega* [...], p.198.

<sup>548</sup> MOSSÉ, Claude. *Atenas: a história de uma democracia* [...], p.113. No mesmo sentido, esta também era a queixa das pólis “súditas-aliadas” de Atenas, obrigadas a terem a maioria das suas causas julgadas pelos tribunais atenienses.

<sup>549</sup> Cf. MOSSÉ, Claude. *O processo de Sócrates* [...], pp.48-57.

<sup>550</sup> Cf. FINLEY, M.I. *A liberdade do cidadão no mundo grego In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...], p. 90.

do domínio da lei”, <sup>551</sup> e bastante maleável, aberto e versátil de modo a permitir responsabilmente a promoção contínua de sua própria transformação, <sup>552</sup> a partir da ampla, explícita e conjunta deliberação da coletividade cidadã (*démos*).

Por conseguinte, a tradicional e recorrente acusação segundo a qual a democracia ateniense teria sido um regime marcado pelo movediço signo da instabilidade, corresponderia, na realidade – a se contemplar o mesmo problema por um outro e mais agudo viés –, à sua principal virtude; <sup>553</sup> melhor dito, à essência mesma democrática. <sup>554</sup> Ora, a partir do momento em que a comunidade descobre-se como única autora possível das normas através das quais ela se auto-regula, e, com efeito, conscientiza-se acerca da inexistência de padrões éticos prévios, eternos e gerais a determinar de maneira infalível as suas escolhas, <sup>555</sup> a questão do julgamento adquire uma dimensão radical.

Neste sentido, pois, o permanente processo de transformação das instituições promovido pelos atenienses ao largo da evolução histórica da cidade democrática, revela que eles – conquanto inegável e indesculpavelmente excluíssem e explorassem um número de indivíduos (os estrangeiros das cidades avassaladas pelo imperialismo marítimo, os escravos, as mulheres e os metecos) muito maior se comparado ao restrito círculo de trinta ou quarenta mil cidadãos em tese plenipotenciários – se reconheciam como uma comunidade autônoma capaz de questionar em conjunto as condições de existência social na qual se encontravam, e de fazer escolhas criativas e responsáveis.

---

<sup>551</sup> *Ibid.*, p.91.

<sup>552</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A democracia ateniense: questões falsas e verdadeiras In: Encruzilhadas do labirinto - A ascensão da insignificância. Vol IV [...]*, p.213.

<sup>553</sup> FINLEY, M.I. *A liberdade do cidadão no mundo grego [...]*, p. 98.

<sup>554</sup> CASTORIADIS, Cornelius. *A democracia ateniense: questões falsas e verdadeiras [...]*, p.215.

<sup>555</sup> ARENDT, Hannah. *Responsabilidade e Julgamento*. Trad. Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004, p.07.

Por outro lado, não é o caso de submeter os erros por eles cometidos ao tribunal da razão.<sup>556</sup> Para os objetivos deste trabalho é bastante que se atente para o fato de os gregos-atenienses terem não apenas “inventado” a política – quiçá a criação social-histórica por excelência, porquanto pressupõe que haja indivíduos aptos a estabelecerem consenso (*homónoia*) e a se persuadirem uns aos outros mediante uma fala dotada de sentido. Sentido este compreendido por todos do grupo –, determinado a liberdade como a sua razão de ser,<sup>557</sup> e definido o seu âmbito de modo irrevogável, a saber: o espaço público, plural, e em eterno movimento, das relações humanas; mas pensado, vivido e realizado o político de uma maneira tão profunda, corajosa e radical, a ponto de tornar, doravante, inviável (ou vazia e insuficiente) qualquer reflexão sobre o tema que descuide dos princípios (assim como, virtudes e enganos) forjados quando a vida social humana encontrava na pólis – sem prejuízo aparente da esfera privada (*oikía*)<sup>558</sup> – a sua mais completa consubstanciação.<sup>559</sup>

---

<sup>556</sup> Sobre este aspecto, Moses Finley lança a seguinte pergunta: “The Athenians made mistakes. Which governmental system has not?” FINLEY, M.I. *Democracy ancient and modern* [...], p.33.

<sup>557</sup> ARENDT, Hannah. *Que é liberdade In: Entre o passado e o futuro* [...], p. 192.

<sup>558</sup> Cf. a oração fúnebre de Péricles In: TUCÍDIDES, II, 40.

<sup>559</sup> Cf. ARENDT, Hannah. *Que é liberdade In: Entre o passado e o futuro* [...], p. 201.



## CONCLUSÃO

*“[...] o desejo de um futuro a ser conquistado é garantido pela memória de um passado perdido”.*

Ítalo Calvino<sup>560</sup>

*“O passado morto nunca enterra os mortos. É o mundo que precisa ser mudado, não o passado”.*

M.I. Finley<sup>561</sup>

Não obstante o impiedoso passar dos séculos, o exemplo histórico da cultura democrática ateniense permanece como um convite sempre renovável à reflexão. Tal possibilidade, com efeito, em um tempo tão despido de coragem, inspiração e inteligência criativa como o nosso – sobretudo no que tange à criação de novas posturas e relações políticas – merece ser considerada com o devido respeito e atenção.

Pois de certa maneira, nós ainda somos aqueles gregos, suas inquietudes, feitos, atrocidades e indagações continuam sendo motivo de assombro e perturbação. Portanto, na medida em que – malgrado o declínio evidente da tradição humanista – seguimos mantendo, direta ou inadvertidamente, o diálogo com – e lançando mão das – diversas formas de discurso nascidas entre os helenos de outrora, e, ademais, como se isso não bastasse, tendo em vista o caráter originalmente problemático e contraditório de muitas de suas criações remanescentes; nossa contemporaneidade também é vivida, construída e posta em questão a partir do passado grego.

---

<sup>560</sup> CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. Trad. Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993, p.19.

<sup>561</sup> FINLEY, M.I. *Introdução à edição inglesa In: Economia e sociedade na Grécia antiga* [...] p.XXIX.

Por conseguinte, em que pese a indisfarçável e brutal tendência exclusivista daquela sociedade, há uma tão inesgotável quanto sublime força universalizante plasmada nas suas principais obras, e nos gestos e falas de seus maiores personagens e – por que não? – homens comuns. Assim, é como se toda a trajetória da civilização ático-helênica estivesse marcada pelo signo da humanidade trágica – pelo extremamente frágil e limitado e, ao mesmo tempo, infinitamente grandioso; por algo profundo e sensível, mas não inteiramente subsumível à razão – , como se, no limite, a sua história encerrasse alguma possibilidade singular (e universal) de interpretação do humano.

Pois, desde a epopéia homérica é o homem que começa a despontar enquanto ser autoconsciente e sagaz, com uma brilhante capacidade criativa matizada por uma intensa dimensão ético-moral. Ao longo do tempo, este desassossego irreprimível, esta necessidade imperativa de impor um sentido ao mundo se descobre não apenas gregária, mas fundamentalmente política. As famílias se reúnem em clãs e da fusão destes surge, enfim, a pólis: a inescapável fonte de normas e vida dos seus cidadãos. Cria-se o direito. Logo, tal processo de politização transcenderia os limites da cidade em formação para oferecer uma compreensão interessantíssima do cosmos. Nasce a filosofia. O real é político; entre os gregos, até os deuses se politizam.

Sem embargo, a eclosão e ulterior desenvolvimento da racionalidade grega revelam particularidades as quais não encontram paralelo com a moderna razão, na medida em que há categorias e conceitos os quais só podem ser compreendidos dentro do contexto cultural criado e vivenciado pelos próprios gregos. Por outro lado, nossa modernidade não é helenocêntrica; possuímos outras categorias de pensamento, estabelecemos diferentes formas de domínio,

exploração e cooperação; deste modo, conforme postula Vernant, a razão grega é uma das razões possíveis, não a única.<sup>562</sup>

De qualquer modo, vale dizer, a despeito das enormes diferenças, há continuidades evidentes entre a nossa e aquela cultura, de tal maneira que podemos nos arvorar enquanto seus livres e responsáveis depositários. Assim sendo, a possibilidade de o homem colocar a realidade circundante em xeque em conjunto com outros homens, de questionar continuamente as leis sobre as quais a sociedade se estrutura, a idéia segundo a qual o poder de administração da coletividade, porquanto diga respeito a todos, precisa ser vulgarizado; surge na Grécia antiga e continuam significando política e democracia.

---

<sup>562</sup> VERNANT, Jean- Pierre. *As origens do pensamento grego* [...], p.141.

## REFERÊNCIAS

ANAXIMANDRO. **Os Pensadores: Pré Socráticos**. (Trad.) Cavalcante de Souza 1.ed. São Paulo: Abril Cultural, 1973.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. 10.ed. (Trad.) Roberto Raposo. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

\_\_\_\_\_. **Entre o passado e o futuro**. (Trad.) Mauro W. Barbosa de Almeida. 5.ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

\_\_\_\_\_. **Responsabilidade e Julgamento**. (Trad.) Rosaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ARISTÓTELES. **Política**. 3.ed. (Trad.) Mário da Gama Kury. Brasília: UnB, 1997.

ARISTÓTELES. **A Constituição de Atenas**. (Tradução e comentários.) Francisco Murari Pires. São Paulo, Editora: Hucitec, 1995.

ARNAOUTOGLU, Ilias. **Leis da Grécia antiga**. (Trad.) Ordep Trindade Serra e Rosiléa Pizarro Carnelós. São Paulo: Odysseus, 2003.

BERGUER, A. e DEKONSKI, A. e NUDELMAN, D. etc. **História da Grécia antiga**. (Trad.) João Netto. Lisboa: Editora Arcádia, s/d.

BIGNOTTO, Newton. **O Tirano e a Cidade**. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

BOBBIO, Norberto. (Org.). **Dicionário de política**. (Trad.) João Ferreira e Luís G.P. Caçais. Brasília: UnB, 2002.

BORGES, Jorge Luis. **The total library – Non Fiction 1922-1986**. (Trad.) Esther Allen, Suzanne Jill Levine, Eliot Weinberger. London: Penguin Books, 1999.

BUIS, Emiliano J.e FERNÁNDEZ, Claudia N. **Censura e libertad de expresión em la Atenas clásica**: fronteras de la parrhesía em la comedia aristofánica do Instituto de Filologia Clássica da

Universidade de Buenos Aires. Mini-curso intitulado no V Congresso da Sociedade Brasileira de Estudos Clássicos, Pelotas – RS, 16 a 20 set. 2003.

CALVINO, Ítalo. **Por que ler os clássicos**. (Trad.) Nilson Moulin. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CAREY, C. **Comic ridicule and democracy**. In: OSBORNE, R. & HORNBLOWER, S. (Org.) *Ritual, finance, politics: Athenian democratic accounts presented to David Lewis*. Oxford, 1994.

CASSIN, Barbara. **Ensaio sofisticado**. (Trad.) Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Siciliano, 1990.

CASSIN, Barbara e LORAUX, Nicole e PESCHANSKI, Catherine. **Gregos, bárbaros, estrangeiros**: a cidade e seus outros. (Trad.) Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. Rio de Janeiro: Ed.34, 1993.

CASTORIADIS, Cornelius. **As encruzilhadas do labirinto II**: os domínios do homem. (Trad.) José Oscar de Almeida Marques. 2.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **As encruzilhadas do labirinto IV**: a ascensão da insignificância. (Trad.) Regina Vasconcellos. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

\_\_\_\_\_. **Feito e a ser feito**: as encruzilhadas do labirinto V. (trad.) Lílían do Valle. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

CORNFORD, F.M. **Principium Sapientiae**. As origens do pensamento filosófico grego. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, s/d.

COULANGES, Fustel de. **A cidade antiga**. (Trad.) Jonas Camargo Leite e Eduardo Fonseca. São Paulo: Hemus, 1975.

DETIENNE, Marcel. **Os mestres da verdade na Grécia antiga**. (Trad.) Andréa Daher. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

DUMONT, Louis. **O individualismo**: Uma perspectiva antropológica da ideologia moderna. (Trad.) Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.

DURANT, Will. **Nossa herança clássica II**. (Trad.) Mamede de Souza Freitas. Rio de Janeiro: Record, s/d.

FINLEY, Moses I. A cidade antiga: de Fustel de Coulanges a Max Weber e além. In: **Economia e sociedade na Grécia antiga**. (Trad.) Marylene Pinto Michael. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

\_\_\_\_\_. **Democracy ancient and modern**. Revised edition. New Jersey: Rutgers University Press, 1996.

\_\_\_\_\_. **Grécia antiga**: Idade do Bronze e Idade arcaica. (Trad.) Wilson R. Vaccari. 1.ed. São Paulo, Martins Fontes, 1990.

\_\_\_\_\_. (Org.) **O legado da Grécia**: uma nova avaliação. (Trad.) Yvette Vieira Pinto de Almeida. Brasília: UnB, 1998.

\_\_\_\_\_. **Os Gregos antigos**. (Trad.) José Ribeiro Ferrerira. Lisboa: Edições Setenta, s/d.

FERRATER MORA, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Edições Loyola, 2001. Paulo: Martins Fontes, 2000.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as formas jurídicas**. Trad. Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais. Rio de Janeiro: Nau Editora, 1999. .

GAVAZZI, Giacomo. Introdução: Kelsen e a doutrina pura do Direito. In: KELSEN, Hans. **A democracia**. (Trad.) Ivone Benedetti, Jefferson Camargo, Marcelo Cippola e Vera Barkow. São

GLOTZ, Gustave. **A cidade grega**. (Trad.) Henrique de Araújo Mesquita e Roberto Cortes de Lacerda. São Paulo: DIFEL, 1980.

GOYARD-FABRE, Simone. **O que é democracia?**. (Trad.) Cláudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

\_\_\_\_\_. **Os fundamentos da ordem jurídica.** (Trad.) Claudia Berliner. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

GUTHRIE, W.K.C. **Os sofistas.** (Trad.) João Rezende da Costa. São Paulo: Paulus, 1995.

HENDERSON, J. Comic hero versus political élite. In: WINKLER, J. & ZEITLIN, F. (Org.) **Nothing to do with Dionysos? Athenian drama in its social context.** Papers from the Greek drama Conference, Bari, 18-20 July 1990.

\_\_\_\_\_. Attic old comedy, Frank speech, and democracy. In: BOEDEKER, D. & RAATLAUB, K. (Org.). **Democracy, empire and the arts in the fifth-century Athens.** Cambridge (MA), Harvard University Press, 1995.

HESK, Jon. **Deception and democracy in classical Athens.** Cambridge (U.K.): Cambridge University Press, 2000.

HOMERO. **Ilíada** (em forma narrativa). (Trad. e adaptação) Fernando C. de Araújo Gomes. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

JAEGER, Werner. **Demóstenes: la agonía de Grécia.** (Trad.) Eduardo Nicol. 3. ed. México: Fondo de Cultura Económica, 1994.

\_\_\_\_\_. **Paidéia: A formação do Homem Grego.** (Trad.) Artur. M. Parreira. 4.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

JAGUARIBE, Hélio. (Org.). **A democracia grega.** Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

KAFKA, Franz. **Narrativas do espólio.** (Tradução e posfácio) Modesto Carone. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

KELSEN, Hans. **A democracia.** (Trad.) Ivone C.Benedetti, Jefferson L.Camargo, Marcelo B. Cippola, Vera Barkow. 2.ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

KIRK.G.S. e RAVEN.J.K. e SCHOFIELD.M. **Os filósofos pré-socráticos**: história crítica com seleção de textos. 4.ed. (Trad.) Carlos Alberto Louro Fonseca. Lisboa: Fundação Calouste Gulbekian, 1994.

LEVI, Mario Attilio. **Péricles: um homem, um regime, uma cultura**. Trad. Antonio Agenor Briquet de Lemos. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1991.

LORAUX. Nicole. **Invenção de Atenas**. (Trad.) Lílían Valle. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LUCE, John Victor. **Curso de filosofia grega**: do séc. VI a.C ao séc. III d.C.(Trad.) Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Zahar, 1994.

MACINTYRE, Alasdair. **Depois da virtude**. (Trad.) Jussara Simões. Bauru: Edusc, 2001.

MARSHALL, Francisco. **Édipo Tirano**: a tragédia do saber. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2000.

MOSSÉ, Claude. **Atenas**: A história de uma democracia. (Trad.) João Batista da Costa. 3.ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1997.

\_\_\_\_\_. **O processo de Sócrates**. (Trad.) Arnaldo Marques. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

NIETZSCHE, Friedrich. **A filosofia na idade trágica dos gregos**.(Trad.) Artur Mourão. Ed. Elfus, s/d.

\_\_\_\_\_. **Cinco prefácios para cinco livros não escritos**. (Trad.) Pedro Sussekund. Rio de Janeiro: Sete Letras, s/d.

\_\_\_\_\_. **O nascimento da tragédia ou helenismo e pessimismo**. (Tradução, notas e posfácio) J. Guinsburg. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

PLATÃO. **Protágoras**. (Tradução, estudo introdutório e notas) Eleazar Magalhães Teixeira. Fortaleza: Edições UFC, 1986.



ROMILLY, Jaquelline. **A tragédia grega**. (Trad.) Ivo Martinazzo. Brasília: UnB, 1998.

SISSA, Giulia e DETIENNE, Marcel.: **Os deuses gregos**. (Trad.) Rosa Maria Boaventura. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

SÓFOCLES. **Antígona**. (Trad.) Millor Fernandes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

SOUZA, Raquel de. **O direito penal na Atenas clássica**. 2002. Dissertação (Mestrado em Ciência Jurídica). UNISUL, Tubarão (SC): 2002, pp.55-6

STONE, I.F., **O julgamento de Sócrates**. (Trad.) Paulo Henriques Brito. São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

TUCÍDIDES. **História da Guerra do Peloponeso**. (Tradução, introdução e notas) Mário da Gama Curi. 3.ed. Brasília: UnB, 1999.

VERNANT, Jean-Pierre. **As origens do pensamento grego**. (Trad.) Isis Borges da Fonseca. 12. ed. Rio de Janeiro: DIFEL, 2002.

\_\_\_\_\_. **Entre Mito e Política**. (Trad.) Cristina Murachco. São Paulo: Edusp, 2001.

\_\_\_\_\_. **Mito e pensamento entre os gregos**. (Trad.) Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

\_\_\_\_\_. **Mito e Sociedade na Grécia antiga**. (Trad.) Myriam Campello. 2.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

VERNANT, Jean-Pierre e VIDAL-NAQUET, Pierre **Mito e Tragédia na Grécia antiga**. (Trad.) Anna Lia A. Almeida Prado. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

\_\_\_\_\_. **Trabalho e escravidão na Grécia antiga**. (Trad.) Marina Appenzeller. Campinas: Papirus, 1989.

VIDAL-NAQUET, Pierre. **Os gregos, os historiadores, a democracia:** o grande desvio. (Trad.) Jônatas Batista Neto. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

TOYNBEE, Arnold J. **A humanidade e a Mãe-Terra:** Uma história narrativa do mundo. (Trad.) Helena M.C.M.Pereira. Rio de Janeiro: Zahar.

\_\_\_\_\_. **Helenismo:** História de uma civilização. (Trad.) Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.